

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
MESTRADO EM CIÊNCIAS MILITARES – SEGURANÇA E DEFESA
2021/2023**



Dissertação de MCMSD 2021/2023

**A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM
MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

**Luís Miguel Rodrigues Gomes
TENENTE-CORONEL, INFANTARIA “CMD”**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS
PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A
AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL**

TENENTE-CORONEL, INFANTARIA Luís Miguel Rodrigues Gomes

Dissertação de MCMSD 2021/2023

Pedrouços 2023



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS
PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A
AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL**

TENENTE-CORONEL, INFANTARIA Luís Miguel Rodrigues Gomes

Dissertação de MCMSD 2021/2023

Orientador: CORONEL, INFANTARIA (DOUTOR)

Luís Manuel Brás Bernardino

Pedrouços 2023



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, **Luís Miguel Rodrigues Gomes**, declaro por minha honra que o documento intitulado **“A participação das Forças Armadas Portuguesas na EUTM Mali. Contributos para a afirmação de Portugal no Sahel”**, corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **Mestrado em Ciências Militares – Segurança e Defesa 2021/2023** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 15 de março de 2023

Luís Miguel Rodrigues Gomes



Agradecimentos

A minha primeira palavra de gratidão é para o meu orientador, Coronel de Infantaria, Brás Bernardino, pela confiança, permanente disponibilidade e constante apoio demonstrado ao longo de toda a investigação.

A todos os Oficiais entrevistados, o meu agradecimento pela disponibilidade e interesse, sem os quais não teria sido possível realizar esta dissertação.

Ao Tenente-coronel de Engenharia, Santos Ferreira da AEEEx/IUM que foi o impulsionador e a “motivação” para esta investigação.

Ao Tenente-coronel de Infantaria, Rocha e Silva do COT/CFT, ao Major de Material “Comando” Silva Monteiro da AEEEx/IUM, ao Major de Infantaria, Neves Sequeira do COT/CFT, ao Major de Infantaria, Silvano Brigas do CPOE/CCOM, ao Major de Infantaria “Comando” Passos Monteiro do J5/CCOM e ao Major de Cavalaria, Ascenso Silvestre da EUTM Mali, pelos seus contributos pertinentes que sem eles, a investigação não teria sido possível. O meu muito obrigado, caros camaradas e amigos.

A todos os camaradas e amigos que, de uma ou outra forma, me foram sempre apoiando. Bem hajam.

A toda a minha família e em especial aos dois amores da minha vida, à minha esposa, Tânia Teixeira e à minha filha, Maria Beatriz, que sempre estiveram presentes mesmo quando eu não estive. Por isso peço-vos desculpa e obrigado por todo o vosso amor e carinho. Amo-vos muito.



Índice

1. Introdução	1
2. Enquadramento teórico e conceptual	6
2.1. Revisão da literatura e conceitos estruturantes.....	6
2.1.1. Conceito de Segurança e Defesa	6
2.1.2. Conceito de Desenvolvimento e Cooperação.....	8
2.1.3. Conceito de Estratégia e Instrumento Militar	11
2.2. Modelo de Análise.....	13
3. Metodologia e método	14
3.1. Metodologia.....	14
3.2. Método.....	14
3.2.1. Participantes e procedimentos	14
3.2.2. Instrumentos de recolha de dados	14
3.2.3. Técnicas de tratamento dos dados	15
4. Desafios securitários para a Europa e Principais <i>Stakeholders</i> presentes no Mali.....	16
4.1. Desafios securitários para a Europa provenientes do Sahel (Mali).....	16
4.1.1. Tráfico de Droga	16
4.1.2. Migrações clandestinas e tráfico humano	19
4.1.3. Terrorismo	22
4.2. Principais <i>Stakeholders</i> presentes no Mali.....	24
4.2.1. Organização das Nações Unidas (MINUSMA)	24
4.2.2. União Europeia.....	26
4.2.3. União Africana	27
4.2.4. Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental.....	28
4.2.5. G5 Sahel	29
4.2.6. França	31
4.2.7. Rússia	33
4.2.8. Alemanha	34
4.2.9. China	35
4.3. Síntese Conclusiva	36



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

5. Estratégia Europeia e Estratégia Nacional para o Sahel	39
5.1. Estratégia da União Europeia para o Sahel	39
5.1.1. A Estratégia Global da União Europeia	39
5.1.2. A Bússola Estratégica.....	40
5.1.3. Estratégia da União Europeia para o Sahel	42
5.2. Estratégia Nacional para o Sahel.....	45
5.2.1. Posicionamento geopolítico e geoestratégico de Portugal	45
5.2.2. Bilateralismo, Multilateralismo e Bimultilateralismo	47
5.2.3. A aplicação do Instrumento Militar	50
5.3. Síntese Conclusiva	52
6. Participação das Forças Armadas Portuguesas na EUTM Mali	54
6.1. A EUTM Mali	54
6.1.1. Antecedentes	54
6.1.2. Estrutura e Organização	57
6.1.3. Mandatos	59
6.2. Participação das Forças Armadas Portuguesas	60
6.2.1. Efetivos.....	60
6.2.2. Mandatos e Cargos desempenhados.....	62
6.2.3. Participação dos Oficiais das FFAA	64
6.2.4. Participação dos Sargentos das FFAA	65
6.2.5. Participação das Praças das FFAA.....	66
6.3. Síntese Conclusiva	66
7. Conclusões	68
Bibliografia.....	73

Índice de Anexos

Anexo A — Estrutura e Organização das missões da UE e da EUTM Mali	Anx A-1
--	---------



Índice de Apêndices

Apêndice A —	Modelo de Análise	Apd A-1
Apêndice B —	Listas de participantes na investigação e guião das entrevistas ...	Apd B-1
Apêndice C —	Análise de conteúdo final das entrevistas	Apd C-1
Apêndice D —	Matrizes de unidades de contexto e de registo por questão da entrevista	Apd D-1
Apêndice E —	Efetivos e cargos desempenhados pelos militares das FFAA Portuguesas	Apd E-1
Apêndice F —	Contribuição dos militares da Marinha	Apd F-1
Apêndice G —	Contribuição dos militares do Exército	Apd G-1
Apêndice H —	Contribuição dos militares da Força Aérea	Apd H-1

Índice de Figuras

Figura 1 – Sahel.....	1
Figura 2 – Riscos e ameaças no Sahel	17
Figura 3 – Rotas terrestres de tráfico de cocaína na África Ocidental	18
Figura 4 – Rotas de migrações clandestinas e tráfico humano no Mali	21
Figura 5 – Nível de presença do JNIM nos <i>cercles</i> do Mali	23
Figura 6 – Regiões Militares do Mali	60
Figura 7 – Efetivos das FFAA Portuguesas na EUTM Mali	61
Figura 8 – Cargos desempenhados por militares das FFAA Portuguesas na EUTM Mali .	64
Figura 9 – Participação dos Oficiais das FFAA Portuguesas na EUTM Mali	65
Figura 10 – Participação dos Sargentos das FFAA Portuguesas na EUTM Mali	66
Figura 11 – Organigrama do comando das missões da UE.....	Anx A-1
Figura 12 – Estrutura e organização da EUTM Mali	Anx A-1
Figura 13 – Estrutura e organização do MFHQ – EUTM Mali.....	Anx A-2
Figura 14 – Estrutura e organização da ATF – EUTM Mali.....	Anx A-2
Figura 15 – Estrutura e organização da ETTF – EUTM Mali.....	Anx A-3
Figura 16 – Mandatos da EUTM Mali e resposta internacional à conflitualidade no território.....	Anx A-3
Figura 17 – Participação no ano de 2013	Apd E-1
Figura 18 – Participação no ano de 2014	Apd E-1



Figura 19 – Participação no ano de 2015	Apd E-1
Figura 20 – Participação no ano de 2016	Apd E-2
Figura 21 – Participação no ano de 2017	Apd E-2
Figura 22 – Participação no ano de 2018	Apd E-3
Figura 23 – Participação no ano de 2019	Apd E-3
Figura 24 – Participação no ano de 2020	Apd E-3
Figura 25 – Participação no ano de 2021	Apd E-4
Figura 26 – Participação no ano de 2022	Apd E-4
Figura 27 – Participação no ano de 2023	Apd E-5
Figura 28 – Participação dos Oficiais da MAR na EUTM Mali	Apd F-1
Figura 29 – Participação dos Sargentos da MAR na EUTM Mali	Apd F-1
Figura 30 – Participação das Praças da MAR na EUTM Mali.....	Apd F-1
Figura 31 – Participação dos Oficiais do EXE na EUTM Mali	Apd G-1
Figura 32 – Participação dos Sargentos do EXE na EUTM Mali	Apd G-1
Figura 33 – Participação das Praças do EXE na EUTM Mali.....	Apd G-1
Figura 34 – Participação dos Oficiais da FAP na EUTM Mali.....	Apd H-1
Figura 35 – Participação dos Sargentos da FAP na EUTM Mali.....	Apd H-1
Figura 36 – Participação das Praças da FAP na EUTM Mali	Apd H-1

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Lista de participantes na investigação (entrevista semiestruturada um)...	Apd B-1
Tabela 2 – Lista de participantes na investigação (entrevista semiestruturada dois).	Apd B-1

Índice de Quadros

Quadro 1 – Modelo de Análise.....	Apd A-1
Quadro 2 – Análise de conteúdo final das respostas à questão 1	Apd C-1
Quadro 3 – Análise de conteúdo final das respostas à questão 2	Apd C-1
Quadro 4 – Análise de conteúdo final das respostas à questão 3	Apd C-2
Quadro 5 – Análise de conteúdo final das respostas à questão 4	Apd C-2
Quadro 6 – Análise de conteúdo final das respostas à questão 5	Apd C-2
Quadro 7 – Análise de conteúdo final das respostas à questão 6	Apd C-3
Quadro 8 – Análise de conteúdo final das respostas à questão 7	Apd C-4
Quadro 9 – Análise de conteúdo final das respostas à questão 8	Apd C-4



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

Quadro 10 – Análise de conteúdo final das respostas à questão 9	Apd C-5
Quadro 11 – Análise de conteúdo final das respostas à questão 10	Apd C-5
Quadro 12 – Análise de conteúdo final das respostas à questão 11	Apd C-5
Quadro 13 – Análise de conteúdo final das respostas à questão 12	Apd C-6
Quadro 14 – Matriz de unidades de contexto e de registo da questão 1.....	Apd D-1
Quadro 15 – Matriz de unidades de contexto e de registo da questão 2.....	Apd D-2
Quadro 16 – Matriz de unidades de contexto e de registo da questão 3.....	Apd D-4
Quadro 17 – Matriz de unidades de contexto e de registo da questão 4.....	Apd D-6
Quadro 18 – Matriz de unidades de contexto e de registo da questão 5.....	Apd D-7
Quadro 19 – Matriz de unidades de contexto e de registo da questão 6.....	Apd D-9
Quadro 20 – Matriz de unidades de contexto e de registo da questão 7.....	Apd D-13
Quadro 21 – Matriz de unidades de contexto e de registo da questão 8.....	Apd D-16
Quadro 22 – Matriz de unidades de contexto e de registo da questão 9.....	Apd D-18
Quadro 23 – Matriz de unidades de contexto e de registo da questão 10.....	Apd D-19
Quadro 24 – Matriz de unidades de contexto e de registo da questão 11.....	Apd D-21
Quadro 25 – Matriz de unidades de contexto e de registo da questão 12.....	Apd D-23



Resumo

Neste estudo procurou-se analisar a participação das Forças Armadas Portuguesas na Missão de Treino da União Europeia no Mali, tendo em vista identificar possíveis contributos para desenhar uma estratégia nacional para o Sahel.

A investigação seguiu um método de raciocínio dedutivo, consubstanciado numa estratégia qualitativa e utilizou-se o estudo de caso como desenho de pesquisa, sustentado na pesquisa bibliográfica e documental, bem como em entrevistas semiestruturadas.

Desta investigação resultou que, a União Europeia está interessada em garantir a segurança na região do Sahel porque algumas das ameaças originárias desta região podem potencialmente colocar em perigo os seus Estados-membros. Com a deterioração da situação no norte do Mali, a Europa decidiu tornar-se mais ativa neste país através de missões no quadro da Política Comum de Segurança e Defesa.

Concluiu-se que a participação militar nacional na Missão de Treino da União Europeia no Mali, tem procurado contribuir para a satisfação dos compromissos internacionais assumidos pela União Europeia, mostrando que Portugal se empenha multilateralmente, onde à sua dimensão, demonstra ser um parceiro produtor de segurança regional e internacional, possuindo a credibilidade necessária para influenciar decisões relativamente a África, dentro das organizações a que pertence.

Palavras-chave:

Sahel, Mali, União Europeia, Portugal, Forças Armadas Portuguesas, Missão de Treino da União Europeia no Mali



Abstract

This study sought to analyze the participation of the Portuguese Armed Forces in the European Union Training Mission in Mali, with a view to identify possible contributions to a national strategy for the Sahel.

The investigation followed a method of deductive reasoning, embodied in a qualitative strategy. The case study was used as a research design, supported by bibliographical and documentary research, as well as semi-structured interviews.

As a result of this investigation, it was observed that the European Union is interested in guaranteeing the security of the Sahel region, has a result some of the threats originating in this region can potentially endanger its Member States. With the deteriorating situation in northern Mali, Europe has decided to become more active in this country through missions within the framework of the Common Security and Defense Policy.

It was concluded that the national military participation in the European Union Training Mission in Mali, has sought to contribute to the satisfaction of the international commitments assumed by the European Union, showing that Portugal continues committed multilaterally, where, in terms of its size, it proves to be a producing partner of regional and international security, having the necessary credibility to influence decisions regarding Africa, within the organizations to which it belongs.

Keywords:

Sahel, Mali, European Union, Portugal, Portuguese Armed Forces, European Union Training Mission in Mali.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

A

AEEE _x	Área de Ensino Específico do Exército
AFISMA	<i>African-led International Support Mission in Mali</i>
AQIM	<i>Al-Qaeda in the Islamic Maghreb</i>
ATF	<i>Advisory Task Force</i>

B

BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BE	Bússola Estratégica
BM	Banco Mundial
BRI	<i>Belt and Road Initiative</i>

C

CDD	Cooperação no Domínio da Defesa
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEE	Comunidade Económica Europeia
CEL	<i>Crisis Establismen List</i>
CNRDE	Comité Nacional para a Restauração da Democracia e do Estado
COVID-19	<i>Coronavirus disease 2019</i>
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPS	Comité Político e de Segurança
CSDN	Conselho Superior de Defesa Nacional
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas

D

DDR	<i>Disarmament, Demobilization, Reintegration</i>
DGPDN	Direção-Geral de Política de Defesa Nacional



**A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI.
CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL**

E

EATF	<i>Education & Advisory Task Force</i>
EES	Estratégia Europeia de Segurança
EGUE	Estratégia Global da União Europeia
END	Elementos Nacionais Destacados
ESDS	Estratégia para a Segurança e Desenvolvimento do Sahel
ETTF	<i>Educational and Training Task Force</i>
EUA	Estados Unidos da América
EUCAP	<i>European Union Capacity Building Mission</i>
EUMS	<i>European Union Military Staff</i>
EUNAVFOR ATALANTA	<i>European Union Naval Forces Operation ATALANTA</i>
EUTM Mali	<i>European Union Training Mission in Mali</i>
EUTM MOZ	<i>European Union Training Mission in Mozambique</i>
EUTM RCA	<i>European Union Training Mission in the Central African Republic</i>
EUTM Somalia	<i>European Union Training Mission in Somalia</i>
EXE	Exército Português

F

FAMa	Forças Armadas do Mali
FAP	Força Aérea Portuguesa
FFAA	Forças Armadas
FLM	Frente de Libertação de Macina
FND	Forças Nacionais Destacadas
FTAC	<i>Forward Tactical Air Controller</i>

G

GTIA	<i>Groupement Tactique Interarmes</i>
G5S	<i>Group of Five for the Sahel</i>
G5S JF	<i>G5S Joint Force</i>



I

InfoOps	<i>Information Operations</i>
ISSAT	<i>International Security Sector Advisory Team</i>
IUM	Instituto Universitário Militar

J

JNIM	<i>Jama'at Nasr al-Islam wal Muslim</i>
------	---

K

KTC	<i>Koulikoro Training Camp</i>
-----	--------------------------------

M

MAR	Marinha Portuguesa
MCMSD	Mestrado em Ciências Militares – Segurança e Defesa
MFCdr	<i>Mission Force Commander</i>
MFHQ	<i>Mission Force Headquarters</i>
MILREP	<i>Military Representative</i>
MINUSMA	<i>United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali</i>
MISAHEL	<i>Mission de l'Union africaine pour le Mali et le Sahel</i>
MNLA	Movimento Nacional de Libertação do Azawad
MPCC	<i>Military Planning and Conduct Capability</i>

N

NSPA	<i>NATO Support and Procurement Agency</i>
------	--

O

OE	Objetivo Específico
OEACP	Organização dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico
OG	Objetivo Geral
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte



**A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI.
CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL**

OUA	Organização da Unidade Africana
P	
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCSD	Política Comum de Segurança e Defesa
PE	Política Externa
PESC	Política Externa de Segurança Comum
PMC	<i>Private Military Companies</i>
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Q	
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
QG	Quartel-General
R	
RCA	República Centro-Africana
S	
SEAE	Serviço Europeu de Ação Externa
SNR	<i>Senior National Representative</i>
T	
TACPTT	<i>Tactical Air Control Party Training Team</i>
TO	Teatro de Operações
TUE	Tratado da União Europeia
U	
UA	União Africana
UE	União Europeia
UNODC	<i>United Nations Office on Drugs and Crime</i>



**A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI.
CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL**

W

WG

Wagner Group



1. Introdução

*“O Sahel é uma região estratégica para a UE [...]”
“África será sempre uma prioridade para Portugal.”*

António Costa, Primeiro-Ministro de Portugal (República Portuguesa, 2021)

A presente dissertação, realizada no âmbito do MCMSD 2021/2022, enquadra-se no âmbito das Ciências Militares, mais precisamente na área de investigação do Estudo das Crises e dos Conflitos Armados e na Área de Investigação de Operações Militares (Instituto de Estudos Superiores Militares [IESM], 2015, p. 7).

O Sahel (Figura 1) é uma região transitória, semiárida, localizada entre o deserto do Sahara e a savana africana, com uma largura média de 600 Km, estendendo-se desde a costa ocidental do continente africano (Senegal e Mauritânia) até á sua costa mais oriental (Sudão e Eritreia) (Observatório de Crises Internacionais, 2021).

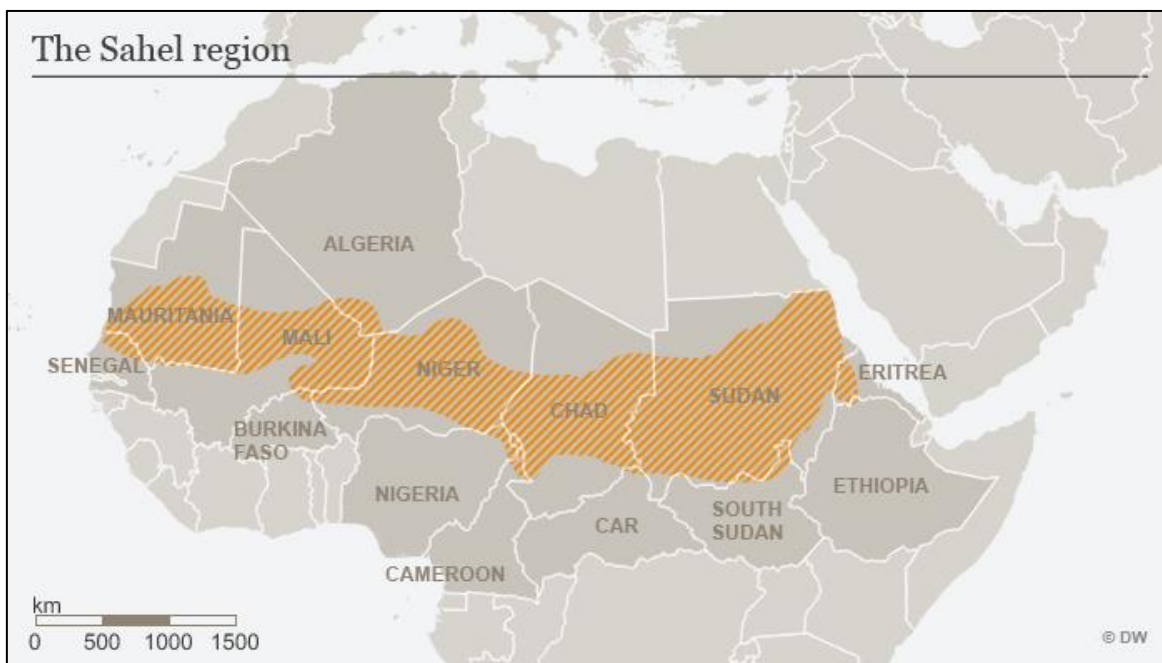


Figura 1 – Sahel

Fonte: (Observatório de Crises Internacionais, 2021)

Os países do Sahel, Mauritânia, Mali, Níger, Burkina Faso e Chade enfrentam muitos desafios, incluindo insegurança crónica, extremismo crescente, falta de perspetivas económicas e acesso deficiente à educação, emprego e serviços essenciais, como água e



eletricidade e onde as mudanças climáticas estão a enfraquecer ainda mais a região, sendo necessário uma resposta que leva em consideração os desafios de segurança, capaz de garantir o desenvolvimento duradouro e sustentável da região (Alliance Sahel, 2023).

A estabilidade dos países do Sahel e a capacidade dos seus governos fornecerem segurança e conseguirem gerir mudanças sociais, têm implicações importantes nos fluxos migratórios, no desenvolvimento económico e nas preocupações com a saúde, tanto para a população local quanto para a comunidade internacional (Eizenga, 2019, p. 6).

A União Europeia (UE) é um dos maiores doadores de ajuda humanitária para a região do Sahel. Em 2023, a assistência humanitária europeia (apoio médico, vacinação, assistência alimentar, higienização, proteção e segurança, abrigos e fornecimento de água) aos países do Sahel irá ser de 181,5 milhões de euros, onde se incluem a República Centro-Africana (RCA), a Nigéria e os Camarões, uma vez que estes países continuam a enfrentar prolongadas crises causadas pelos conflitos que assolam a região (European Commission, 2023). Devido à situação instável no Sahel, os Estados-membros da UE (principalmente do Sul) estão sujeitos a riscos significativos, levando a que haja um investimento e à mobilização de recursos significativos por forma a melhorar as condições de segurança da região.

Em 16 de abril de 2021, o Conselho da UE emitiu as conclusões sobre a Estratégia Integrada para o Sahel, definindo e realinhando as suas novas prioridades estratégicas. Os Estados-membros demonstram o desejo de reforçar e aprofundar a sua parceria com o *G5 Sahel*¹ (G5S), os seus Estados-membros, as suas Instituições e as suas populações, onde através de um espírito de responsabilização mútua e com base em compromissos concretos palpáveis para as populações, pretendem contribuir para a consolidação da paz e estabilidade, da democracia e do desenvolvimento sustentável do Sahel (Conselho da União Europeia, 2021).

A instabilidade política perdura em todos os países do Sahel, existindo uma conflitualidade latente no Mali, praticamente desde a sua independência. A crise no Mali começou a agravar-se logo após a crise na Líbia (2011), bem como em outras crises de segurança nas imediações da Europa. Consequentemente, a UE dispôs-se a afirmar o seu papel de ator de segurança na crise regional, uma vez que viu a crise do Mali como parte das novas e maiores ameaças à segurança global e concretamente à Europa (Ibrahim, 2019).

¹ *Group of Five for the Sahel.*



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

A violência continua a espalhar-se por todo o território do Sahel, coroada com os acontecimentos no Mali em maio de 2021, prejudicando significativamente parcerias frágeis e desencorajando a UE, e a França em particular, de depender amplamente da estreita cooperação com o imprevisível Estado maliano e as autoridades militares do Sahel. A nova estratégia europeia, com ênfase na sociedade civil, reconhece os limites das abordagens resilientes exclusivamente baseadas na segurança e tenta restabelecer parcialmente a abordagem de longo prazo baseada em valores com foco em reformas de governação e responsabilidade (Freitag, 2021, pp. 5-6).

Muitas das missões da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), quer militares, quer civis, decorrem no continente africano, onde em fevereiro de 2013, a UE lançou uma missão militar de treino designada por EUTM² Mali. Desde 2020 que a missão decorre no quinto mandato. O objetivo da *European Union Training Mission in Mali* (EUTM Mali) passa por formar e aconselhar as Forças Armadas do Mali (FAMa), contribuindo para aumentar a sua capacidade de defesa do território e proteção da população (MDN, 2022), procurando dar resposta às necessidades operacionais das FAMa e da *G5S Joint Force*³ (G5S JF), bem como reforçar as condições para o controlo das FAMa por parte do poder político (civil) legítimo (Portaria n.º 301/2019, 2019).

A contribuição de Portugal para a EUTM Mali, através das suas Forças Armadas (FFAA), iniciou-se ainda nos alicerces da missão, com um efetivo, na altura, de sete militares, num total de 132 militares até ao final de 2022. Para 2023, a participação nacional na missão será previsivelmente de cinco militares a desempenharem funções no Estado-Maior da missão. Assim o tema proposto, permite refletir sobre os problemas securitários que o Sahel traz para o espaço europeu, as estratégias para mitigar e conter essas ameaças e garantir a estabilidade na região e analisar a participação das FFAA portuguesas na missão.

Esta dissertação tem como objeto de estudo a EUTM Mali, de forma a analisar a participação das FFAA Portuguesas na missão e identificar contributos exequíveis para a afirmação nacional no Sahel.

De acordo com o objeto de estudo definido, delimitou-se a dissertação nos domínios de tempo, espaço e conteúdo (Santos & Lima, (Coordenadores), 2019, p. 42). Em termos

² *European Union Training Mission*.

³ A G5S JF, formada pelos cinco países que constituem a região do Sahel (Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger e Chade), foi criada em 2017 para responder à expansão dos grupos armados e à deterioração das condições de segurança da região - [https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document.html?reference=EPRS_BRI\(2020\)652074](https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document.html?reference=EPRS_BRI(2020)652074)



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

temporais, delimitou-se o estudo entre 2013, ano em que se iniciou a participação militar portuguesa nesta missão e o final de 2022. Em termos de espaço, restringiu-se o estudo, geograficamente, ao território do Mali. Quanto ao conteúdo, focou-se o estudo na participação portuguesa na EUTM Mali, essencialmente com o enfoque no domínio militar (operacional).

A dissertação, de acordo com o tema proposto e segundo a delimitação definida, tem como Objetivo Geral (OG) “Analisar a participação das FFAA Portuguesas na EUTM Mali tendo em vista dar possíveis contributos para uma estratégia nacional para o Sahel”.

Por forma a cumprir com o OG da dissertação, identificou-se três Objetivos Específicos (OE) concorrentes e distintos entre si:

OE 1 – Identificar os desafios securitários para a Europa na região do Sahel (Mali) e os principais *stakeholders* presentes no Mali;

OE 2 – Analisar a estratégia europeia e a estratégia nacional para o Sahel;

OE 3 – Interpretar a participação das FFAA Portuguesas na EUTM Mali.

De modo a alcançar os objetivos anteriormente apresentados, identificou-se uma Questão Central (QC) e três Questões Derivadas (QD), cujas respostas permitirão alcançar os respetivos objetivos definidos.

Neste contexto, a QC da dissertação, “De que modo é que a participação das FFAA Portuguesas na EUTM Mali contribui para a estratégia nacional para o Sahel?”, é decomposta na seguinte forma:

QD 1 – Quais os desafios securitários para a Europa provenientes do Sahel (Mali) e quais os principais *stakeholders* presentes no Mali?

QD 2 – Qual a estratégia europeia e qual a estratégia nacional para o Sahel?

QD 3 – Como se interpreta a participação das FFAA Portuguesas na EUTM Mali?

A investigação seguiu um método de raciocínio dedutivo, consubstanciado numa estratégia qualitativa e utilizou-se o estudo de caso como desenho de pesquisa, sustentado na pesquisa bibliográfica e documental, bem como em entrevistas semiestruturadas a personalidades de referência.

Estruturalmente, a dissertação segue uma lógica de desenvolvimento sequencial, organizada em sete capítulos, enquadrados pela introdução e conclusões. O segundo capítulo constitui o enquadramento teórico e conceptual, e o modelo de análise. No terceiro capítulo é explanada a metodologia e o método utilizado na dissertação. O quarto capítulo centra-se na identificação dos principais desafios securitários para a UE provenientes do Sahel e mais



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

propriamente no Mali, bem como os principais *stakeholders* presentes naquele país, e consequentemente responder à QD1. No quinto capítulo, analisa-se a estratégia europeia e a estratégia nacional para o Sahel, respondendo assim à QD2. No sexto capítulo, efetua-se a interpretação da participação das FFAA Portuguesas na EUTM Mali, pretendendo-se responder à QD3. Para finalizar, apresentam-se as conclusões, dando resposta à QC, evidenciando alguns contributos para o conhecimento, bem como as limitações de investigação e respetivas recomendações.



2. Enquadramento teórico e conceptual

No presente capítulo apresenta-se a revisão da literatura, os conceitos estruturantes relativos à temática em estudo e o modelo de análise.

2.1. Revisão da literatura e conceitos estruturantes

2.1.1. Conceito de Segurança e Defesa

Estando o conceito de segurança em permanente transformação, é necessário, no campo da disciplina de Relações Internacionais, entender a evolução teórica do conceito, à luz da Escola de Copenhaga e dos Estudos de Segurança na linha da Teoria Construtivista.

A escola Realista, define a segurança a partir do Estado, fazendo este o uso da força para proteger os seus interesses face ao surgimento de ameaças externas, ou seja, esta teoria mantém apenas o Estado e as questões militares como o foco dos assuntos de segurança, em que a segurança aparece indissociável da guerra e do poder político, sendo definida como o estudo das ameaças, do uso e do controlo da força militar (Walt, 1991; Santos, 2019, p.10).

Fundada em 1985, a Escola de Copenhaga pensou a segurança de uma perspetiva construtivista, criticando a perspetiva realista, optando por um conceito ampliado de segurança, que segundo Barry Buzan e Lene Hansen (2009), passa por compreender a segurança internacional, a partir de abordagens interdisciplinares, integrando a política, a economia, o ambiente e a sociedade. A contribuição da teoria para os estudos de segurança é considerada relevante, e a sua abordagem abrangente, representando atualmente, uma boa referência nos estudos de segurança e na problemática relacionada com a conflitualidade.

Segundo Marianne Stone (2009), o conceito de segurança para Bary Buzan, assenta nas relações e equilíbrios que os setores político, militar, económico, social e ambiental estabelecem entre si ao longo de três níveis: o do indivíduo, dos Estados e dos Sistemas Internacionais.

A abordagem construtivista, mais centrada nas Pessoas e menos nos Estados, surgiu na década de 90, após o fim da Guerra Fria, onde as ameaças não-militares passaram a ser debatidas em matéria de segurança, tais como o aquecimento global ou a disputa pelos recursos estratégicos (Vieira, 2014, p. 7). Segundo o mesmo autor (2014, p. 8), o debate sobre segurança inclui novas problemáticas “que passam pela segurança ambiental, energética e sanitária, pela assunção do conceito de “Estado falhado”, pelas organizações criminosas e terroristas, e inclui novos espaços de ameaça à segurança como o ciberespaço”, conferindo maior amplitude e alcance à definição de segurança.



Importa realçar a teoria de securitização da Escola de Copenhaga que oferece elementos importantes para entender a situação de segurança na região do Sahel. Segundo Barry Buzan, Ole Waever e Jaap de Wilde, o processo de securitização, é o ato da fala, ou seja, o discurso e a atribuição do significado tornam-se elementos cruciais para a compreensão de uma ameaça, em que uma audiência aceita esse discurso como legítimo, reconhecendo a ameaça e legitimando a securitização da mesma (Oliveira, 2019).

Importa também realçar algumas vertentes do conceito de segurança, como a segurança cooperativa, a segurança coletiva e a segurança humana. Segundo Luís Tomé (2010, pp. 42-43), a segurança cooperativa não pode ser imposta, e tem de ser baseada em instituições e normas comuns, levando à gestão e prevenção de vários conflitos, sustentando as políticas e interesses rivais em prol da estabilidade internacional. Já a segurança coletiva, segundo o mesmo autor (2010, p. 43), deve ser entendida como um acordo entre um conjunto de Estados, para se protegerem mutuamente em caso de agressão a um deles, existindo em complementaridade, um pacto de não-agressão entre todos os Estados-membros.

Estas duas vertentes de segurança podem ser entendidas também como “a capacidade de mobilizar recursos materiais e humanos, para produzir paz e segurança nos vários espaços de atuação e em cumprimento de missões da ONU, da OTAN e da UE” (Grupo de Reflexão Estratégica Independente, 2019, p. 86). A contribuição nacional para a segurança coletiva, tem permitido a Portugal afirmar-se no mundo como produtor de segurança, através de uma rede de alianças e organizações, “com retornos claros ao nível da sua credibilidade e papel na promoção da paz e da segurança internacional”. Para concretizar os interesses nacionais, a presença em missões internacionais constitui um dos eixos estratégicos da Política Externa (PE) Portuguesa (Dias & Freire, 2021, p. 4).

Por fim, a vertente da segurança humanitária é “compreendida como a capacidade de participar e cooperar na resolução dos problemas da paz, da segurança das populações, na defesa dos direitos humanos e na dignidade da pessoa humana”, estando o conceito vinculado às pessoas, às suas expectativas de vida e ao seu futuro longe das dificuldades (Grupo de Reflexão Estratégica Independente, 2019, p. 86). Com a vertente humana da segurança, surge então o elo de ligação entre segurança e defesa, e o conceito de desenvolvimento, apresentado no ponto seguinte.

Relativamente ao conceito de defesa, este é caracterizado pela ação ou conjunto de ações tomadas para proteger alguém ou alguma coisa de um ataque e por conseguinte, garantir a segurança. Para Hector Saint-Pierre (2011, p. 412), a defesa é um “conjunto de



medidas e ações destinadas a enfrentar distintos tipos de situações de riscos potenciais ou efetivos e reduzir a vulnerabilidade ante as mesmas”.

Segundo Johan Galtung (1987, p. 329), ao longo da história recente, por forma a garantir a defesa territorial, vários conceitos de defesa nacional foram desenvolvidos. Este conceito, por tradição conjugado com a defesa militar, tem evoluído para outros instrumentos do poder. Em Portugal, o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) de 2013, em revisão, “deriva da evolução da guerra, que deixou de ser um confronto exclusivamente entre Forças militares, para obrigar à mobilização de todos os recursos da nação”, sendo estes recursos económicos, políticos, tecnológicos, psicológicos, e outros (Barroso, 2008, p. 399).

O Ciclo de Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, que tem por missão elaborar uma proposta das Grandes Opções do CEDN, refere que “a segurança e a defesa nacional são inseparáveis das dimensões económica, tecnológica e ambiental, assentam na resiliência institucional, política e societal, reclamam a reforma das estruturas de decisão e o reforço significativo dos meios e das capacidades militares e exigem uma orientação estratégica com prioridades bem definidas.” (Instituto de Defesa Nacional, 2023, p. 9).

A nova realidade internacional é moldada pela globalização (Held, McGrew, Goldblatt, & Perraton, 1999), onde os atuais fenómenos socio-políticos deverão ser encarados segundo uma dimensão nacional, regional e mundial. O mundo tem assistido à globalização da diplomacia, da política, das finanças, da economia e, sobretudo, nas matérias de segurança e defesa, onde estas assumiram um protagonismo diferenciado no atual sistema de relações internacionais, “passando a estar contextualizadas no âmbito das políticas de segurança/defesa nacionais e dos conceitos estratégicos, com especial incidência na participação em alianças militares e assistência/assessoria militar e na cooperação técnico-militar.” (Bernardino, 2019, p. 103).

2.1.2. Conceito de Desenvolvimento e Cooperação

Segundo Rogério Amaro (2003, p. 36), o conceito de desenvolvimento “tem sido um dos mais importantes e polémicos nas Ciências Sociais”, sendo “mobilizador de vontades de mudança e de transformação das sociedades e dos indivíduos”.

Associado aos conceitos de segurança e defesa, está o conceito de desenvolvimento, podendo ser interpretado de várias formas dependendo do contexto específico onde é utilizado. Desta forma, tal como referido no conceito de segurança, parece necessário estabelecer a ligação entre os dois, já que não existe desenvolvimento de um Estado sem



segurança. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) (2004), estes dois conceitos estão intrinsecamente ligados, referindo que os países subdesenvolvidos ao conseguirem uma oportunidade para se desenvolverem, tornarão o mundo mais seguro. É por este motivo que se torna “fundamental que a UE apoie os países parceiros e as suas populações de forma eficiente, para construir sociedades estáveis, seguras e resilientes” (Ferreira, 2017, p.7), pois a sua própria segurança depende da operacionalização desta dicotomia estratégica. Este apoio surge através de mecanismos de cooperação onde a UE surge como “um dos grandes atores internacionais que conduzem uma visão do mundo baseada na cooperação entre todos os elementos do sistema internacional” (Saraiva, 2019, p. 166).

As agendas globais passaram assim a ser dominadas pela temática segurança-desenvolvimento e “a comprometer os Estados e as suas Forças Armadas, pois estas são um dos seus principais instrumentos de ação externa, nomeadamente através da cooperação militar, o que se aplica especialmente ao caso da presença portuguesa no continente africano.” (Bernardino, 2019, p. 104).

Conceptualmente, considera-se que cooperar é agir conjuntamente com o outro, ou interagir em vista à realização de um fim comum. O sucesso na consecução deste objetivo comum depende de determinadas condições que a cooperação implica, tais como um consenso em relação aos fins a atingir, a existência de interesses e vantagens comuns, a confiança recíproca dos atores, a elaboração em comum de um conjunto de regras, um acordo sobre o modo de coordenação das ações e a participação ativa de todos os elementos (Sousa, 2005, p. 53).

A cooperação internacional para a segurança, na perspetiva das relações internacionais, evoluiu do realismo e idealismo ao construtivismo, onde ao longo da história se efetivou entre Estados “consubstanciando-se num fluxo de interesses e de prioridades estratégicas para a segurança, que em determinadas conjunturas geopolíticas de oportunidade, constituem elementos sistémicos e materializam as prioridades das Políticas Externas dos Estados” (Bernardino, 2012, p. 1).

Neste contexto, a cooperação da UE com África, através de vários mecanismos, como por exemplo, a cooperação militar com a presença de missões no terreno, são um dos principais instrumentos que os Estados têm na sua PE, por forma a garantirem a segurança e defesa, bem como fomentar o seu desenvolvimento.

Já Portugal, com uma forte ligação histórica e cultural a África e sendo simultaneamente um país atlântico e europeu, desenvolve através das suas FFAA, relações



externas de segurança e defesa a nível multilateral, como a nível bilateral. Assim, o multilateralismo definido por Fernando de Sousa (2005, p. 121), como um “sistema de coordenação de relações entre três ou mais Estados de acordo com determinados princípios de conduta, e com objetivos definidos”, é uma característica da PE portuguesa, sendo a UE um dos seus pilares, tornando-se um instrumento para o cumprimento dos objetivos estratégicos nacionais. Portugal integrando a identidade europeia, leva a que a sua PE seja mais coerente com o pilar UE, “favorecendo o multilateralismo como forma de inserção no sistema internacional que se apresenta crescentemente globalizado” (Palmeira, 2019, p. 213). O Ciclo de Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional define o reforço da posição internacional de Portugal, através do investimento “[...] no multilateralismo em vários domínios, designadamente no campo da segurança e defesa [...]”, como uma das prioridades para a autonomia estratégica nacional (Instituto de Defesa Nacional, 2023, p. 14).

Nas Relações Internacionais, a cooperação bilateral é geralmente usada para indicar políticas conjuntas adotadas por dois atores (Sousa, 2005, p. 27), onde é necessário estabelecer regras internacionais para regulamentar áreas de atuação ou mesmo para um país reafirmar a sua participação em organizações internacionais. A este nível, Portugal mantém centrada a sua cooperação “nos PALOP⁴ e em Timor-Leste” (Presidência do Conselho de Ministros, 2014), e mantém relações bilaterais⁵ com dois países do Sahel, a Mauritânia (acordo bilateral assinado em 2010) que integra o G5S, e a Argélia, cujo acordo mais recente foi assinado em 2016.

Sendo a UE vital para a segurança e defesa nacional, onde Portugal dá primazia ao multilateralismo, importa, em complemento, “aprofundar ou estabelecer parcerias estratégicas bilaterais, quer com outros membros da comunidade europeia e ocidental, quer no espaço lusófono, quer, ainda, na zona do Magrebe e com as potências emergentes.” (Presidência do Conselho de Ministros, 2013). Tal como a nível multilateral, o Ciclo de Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional define o reforço da posição internacional de Portugal, através do fortalecimento da cooperação no domínio da defesa, “[...] com a consolidação das parcerias existentes com os países de língua oficial portuguesa, e o estabelecimento de novas parcerias com outros países em áreas de interesse estratégico

⁴ Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

⁵ No que concerne a África, Portugal mantém relações bilaterais com 11 países - <https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/rb>



para Portugal.”, como uma das prioridades para a autonomia estratégica nacional (Instituto de Defesa Nacional, 2023, p. 14).

Atualmente, é necessário um nível mais interligado e estruturado entre estas duas formas de cooperação (Ferreira, Faria, & Cardoso, 2015, p. 67), já que o bilateralismo atua em paralelo com uma ação multilateral, numa ação de complementaridade. Neste contexto, surge então o conceito de cooperação “bi-multilateral⁶” para o desenvolvimento e segurança, “representando um paradigma de mudança para a cooperação militar em África, que Portugal deve saber capitalizar no quadro da sua política externa”, aspeto este que reflete uma visão para a cooperação militar e o enquadramento das FFAA em apoio da PE, onde é necessário uma cooperação e assessoria estratégica, “pois só uma cooperação militar estratégica pode beneficiar Portugal e as suas Forças Armadas” (Bernardino, 2019, p. 8).

2.1.3. Conceito de Estratégia e Instrumento Militar

Atualmente, a natureza dos desafios de segurança que a Europa enfrenta, implica uma abordagem integrada de todos os Estados-membros, onde se torna necessário a existência de estratégias da UE para fazer face às ameaças atuais.

O conceito de estratégia é amplo e pode ser definido como um plano, uma modalidade de ação, uma diretriz (ou conjunto de diretrizes) para lidar com uma situação (Mintzberg, 1987), ou genericamente, como “um plano de acção destinado a alcançar-se um fim”, sendo “uma finalidade juntamente com um sistema de medidas para a sua consecução” (Couto, 2020, p. 216). Segundo o mesmo autor (2020, p. 216), a estratégia nacional é entendida como “a arte e ciência de desenvolver e usar o poder político, económico e psicológico de uma nação, juntamente com as suas Forças Armadas, durante a paz e a guerra, para assegurar a consecução de objectivos nacionais”. Por outro lado, para Harry Yarger (2006, p. 1), a estratégia é uma arte e uma ciência de desenvolver e usar os poderes políticos, económicos, sociopsicológicos e militares do Estado, de acordo com a orientações políticas para criar efeitos que protejam ou promovam os interesses nacionais em relação a outros Estados, atores ou circunstâncias.

Bernardo Venturi (2017, pp. 2-3) refere que o Sahel representa um teste na nova abordagem europeia em relação a África, e que a UE, segundo a sua estratégia global,

⁶ Conceito definido em 2005, com o propósito de “potenciar a cooperação bilateral, colocando-a em parceria com esforços multilaterais, e de, ao mesmo tempo, assegurar que os esforços no âmbito bilateral sejam dirigidos de forma coordenada no sentido de convergência com as intervenções de outros parceiros.” (Presidência do Conselho de Ministros, 2005).



investirá no desenvolvimento e na paz do continente africano como se estivesse a investir na sua própria segurança e prosperidade. Esta ideia ficou bem patente na VI Cimeira UE-União Africana (UA)⁷, que teve como principais resultados, o anúncio de um pacote de investimento África-Europa no valor de 150 mil milhões de euros, que apoiará uma ambição comum para 2030, e a Agenda 2063⁸ da UA. Este pacote de investimento ajudará a construir economias mais diversificadas, sustentáveis, inclusivas e resilientes, sendo os objetivos da parceria, a solidariedade, a segurança, a paz e o desenvolvimento e prosperidade económicos sustentáveis e sustentados para os cidadãos das duas Uniões (Conselho Europeu, 2022b).

Já Elisa Lucia (2017), refere que a estratégia da UE para a Segurança e Desenvolvimento do Sahel (ESDS) tem sido usada como um laboratório experimental para a implementação da “*comprehensive approach*” europeia, já que existe a necessidade de respostas abrangentes e coordenadas por parte da organização para atingir o desenvolvimento sustentável, a paz e a segurança, especialmente em situações frágeis e complexas, como é o caso do Sahel.

As temáticas da paz e da sustentabilidade do desenvolvimento, estão em permanência nas agendas globais como prioridades estratégicas. Portugal, segundo Luís Bernardino (2019, p. 119), deverá incorporá-las no CEDN e “numa PE de defesa para África”, onde as FFAA portuguesas “continuarão a desempenhar um papel central na relação com os PALOP” e na vertente multilateral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O instrumento militar é um “recurso de poder tangível e mensurável constituído pelas Forças armadas” (Gonçalves, 2016, p. 118), sendo “um dos meios disponíveis para um governo prosseguir os objetivos nacionais” (Cortinhas, 2021, p. 166). Este instrumento do poder é fulcral nas relações internacionais, mas a sua utilização prioritária sofreu alterações ao longo do tempo, adaptando-se à evolução do contexto estratégico, sendo utilizado como ferramenta para a prevenção e resolução de conflitos (Oliveira, 2016).

Nas últimas décadas verificou-se um incremento da utilização das FFAA como ferramenta de PE, atuando em ambientes operacionais diferenciados como a Ásia, África e Europa (Bernardino, 2019, p. 112). No final de 2022, as FFAA portuguesas contavam com

⁷ Realizada em Bruxelas, nos dias 17 e 18 de fevereiro de 2022, foi copresidida por Charles Michel, presidente do Conselho Europeu, e Macky Sall, presidente do Senegal e presidente da UA - <https://www.consilium.europa.eu/pt/meetings/international-summit/2022/02/17-18/>

⁸ A Agenda 2063 foi lançada pela UA em 2015, com o principal objetivo de desenvolver um crescimento económico do continente africano - https://au.int/sites/default/files/documents/36204-doc-agenda2063_popular_version_po.pdf



um efetivo de 27.250 militares (The International Institute for Strategic Studies, 2022), “[...] cujas missões prioritárias são a defesa de Portugal, a proteção e o apoio à projeção externa dos interesses nacionais, [...]” por forma a contribuírem para a “[...] segurança e defesa coletiva dos seus Aliados e Parceiros e participam em missões militares internacionais [...]” da ONU, da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da UE (Instituto de Defesa Nacional, 2023, p. 7), onde estas missões concorrem para consolidar processos de parcerias estratégicas e, ao mesmo tempo, “para a edificação e consolidação das arquiteturas de segurança e defesa das principais organizações regionais do mundo, com especial realce para o continente africano.” (Bernardino, 2019, p. 112).

O Mali é um dos países onde as FFAA Portuguesas atuam desde 2013, no quadro da UE e da ONU. A crise no Mali é vista pela Europa como parte das novas e maiores ameaças à segurança dos Estados-membros, sendo necessário identificar os desafios securitários para o espaço europeu provenientes do Mali e no Sahel em geral, bem como identificar os principais *stakeholders* presentes no país em análise.

2.2. Modelo de Análise

Esta investigação é desenvolvida em conformidade com o modelo apresentado no Quadro 1 do Apêndice A.



3. Metodologia e método

Neste capítulo descreve-se a metodologia e o método nos quais se baseia a investigação.

3.1. Metodologia

O objetivo da investigação, que se traduz na QC, seguiu o percurso metodológico consignado nas Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação, obedecendo a três fases: exploratória, analítica e conclusiva (Santos & Lima, (Coordenadores), 2019, p. 41).

A fase exploratória, materializada pelo Projeto de Investigação, desenvolveu-se através de pesquisa bibliográfica, de análise documental e entrevistas exploratórias a dois Oficiais Superiores que integraram a estrutura da EUTM Mali em 2020 e 2021, permitindo assim enquadrar conceptualmente o objeto de estudo, formular o problema de investigação e a definição dos objetivos materializados no modelo de análise (Apêndice A).

Na fase analítica procedeu-se à recolha e análise de dados, que permitiram realizar a sua discussão e interpretação, o que possibilitou extrair os resultados necessários para a investigação.

Na fase conclusiva, através da avaliação e discussão dos resultados, procurou-se formular contributos para o conhecimento.

A investigação seguiu um método de raciocínio dedutivo, consubstanciado numa estratégia qualitativa e utilizou-se o estudo de caso como desenho de pesquisa, sustentado na pesquisa bibliográfica e documental, bem como em entrevistas semiestruturadas.

3.2. Método

3.2.1. Participantes e procedimentos

Aceitaram participar na investigação desenvolvida sete Oficiais das FFAA Portuguesas cuja identidade consta no Apêndice B, incluindo o guião da entrevista que receberam previamente por *email*.

3.2.2. Instrumentos de recolha de dados

Os dados foram recolhidos através da análise bibliográfica e documental baseada sobretudo em fontes primárias, legislação nacional e internacional, bem como em conceitos estratégicos. Adicionalmente, foram realizadas entrevistas, semiestruturadas, a entidades de referência que desempenharam funções no comando das Forças Terrestres, na Capacidade Militar de Planeamento e Condução da UE, no comando da EUTM Mali ou como *Senior National Representative* (SNR) no Teatro de Operações (TO) do Mali.



3.2.3. Técnicas de tratamento dos dados

O estudo dos dados realizou-se através de uma análise de conteúdo (Apêndice C), recorrendo a uma metodologia de análise de entrevistas, transcreveram-se as mesmas, procedeu-se à sua leitura, construíram-se sinopses (Apêndice D) e executou-se a sua análise descritiva e interpretativa (Guerra, 2014, pp. 68-86), procurando confirmar os indicadores relativos às QD (Apêndice A).



4. Desafios securitários para a Europa e Principais *Stakeholders* presentes no Mali

No presente capítulo apresenta-se os principais desafios securitários para a UE provenientes do Sahel e mais propriamente no Mali, bem como os principais atores presentes neste país.

4.1. Desafios securitários para a Europa provenientes do Sahel (Mali)

“Europe is in danger, as I have said this many times. We live in an era of strategic competition and complex security threats.”

Josep Borrell, (European Union Military Committee [EUMC], 2023)

A Europa tem enfrentado vários desafios securitários com origem em África, sendo o Sahel uma área dinâmica e de grandes dimensões. Esta região tem estado recentemente no centro das atenções globais devido ao terrorismo, tráfico humano, tráfico de drogas e à presença de grupos armados, derivando potenciais consequências prejudiciais para a segurança na Europa (Helly & Galeazzi, 2015; Rouppert, 2011; Dewal, 2021).

Segundo a corrente construtivista da Escola de Copenhaga, estas ameaças possuem, na sua génese, componentes ligadas a dinâmicas socioeconómicas e políticas locais (geralmente associadas a Estados frágeis). A securitização da região do Sahel, tem sido marcada pela incapacidade de conter as ameaças, já que o discurso do processo de securitização proferido pelos líderes políticos e governamentais para aceitação do governo e garantirem segurança, não é legitimado pelas populações e pelos grupos insurgentes presentes na sociedade da região (Cardoso, 2020).

Olhando para a situação securitária na região do Sahel, a UE aposta no fortalecimento da coordenação com o nível político e um maior envolvimento com todas as organizações, mantendo a cooperação de segurança na região, por forma a conseguir normalizar a paz na região e assim conter a propagação de riscos e ameaças para o espaço europeu.

4.1.1. Tráfico de Droga

Segundo Maio (entrevista por *Zoom*, 11 de março de 2022), “o terrorismo, tráfico de droga, tráfico humano e as migrações, são obviamente neste momento, as grandes preocupações para a Europa como desafios à segurança [...]” provenientes do Sahel. Já Varregoso (entrevista por *email*, 12 de março de 2022), refere que “[...] o crime organizado que tem rotas nesta região, pode utilizar os movimentos migratórios para a Europa para trazer tráfico de droga [...]”.



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

O narcotráfico é um problema mundial que se tornou mais perigoso na última década. Cerca de um quarto a dois terços da cocaína que transita da América do Sul para a Europa passa por países da África Ocidental, como o Mali. Desde 2012, o país tornou-se cada vez mais, um centro de trânsito para o tráfico internacional de narcóticos, emanados de cartéis latino-americanos. Com esses cartéis a aproveitar o vazio de poder, devido à falta deste nas vertentes judicial e institucional, o Sahel em geral e o Mali em particular, tornaram-se inegavelmente o centro de todos os tipos de tráfico ilegal (Abderrahmane, 2012).

O mercado norte-americano é o maior mercado mundial de consumo de cocaína, seguido do mercado europeu. O Sahara tem sido utilizado como rota terrestre de cocaína a partir da África Ocidental para a Europa, a partir do Mali e da Mauritânia, passando por Marrocos (Figura 2), onde são utilizados os canais de tráfico de haxixe para Espanha. No Mali existem grupos armados, os quais poderão estar envolvidos no tráfico de droga (Nunes, 2015, p. 21).

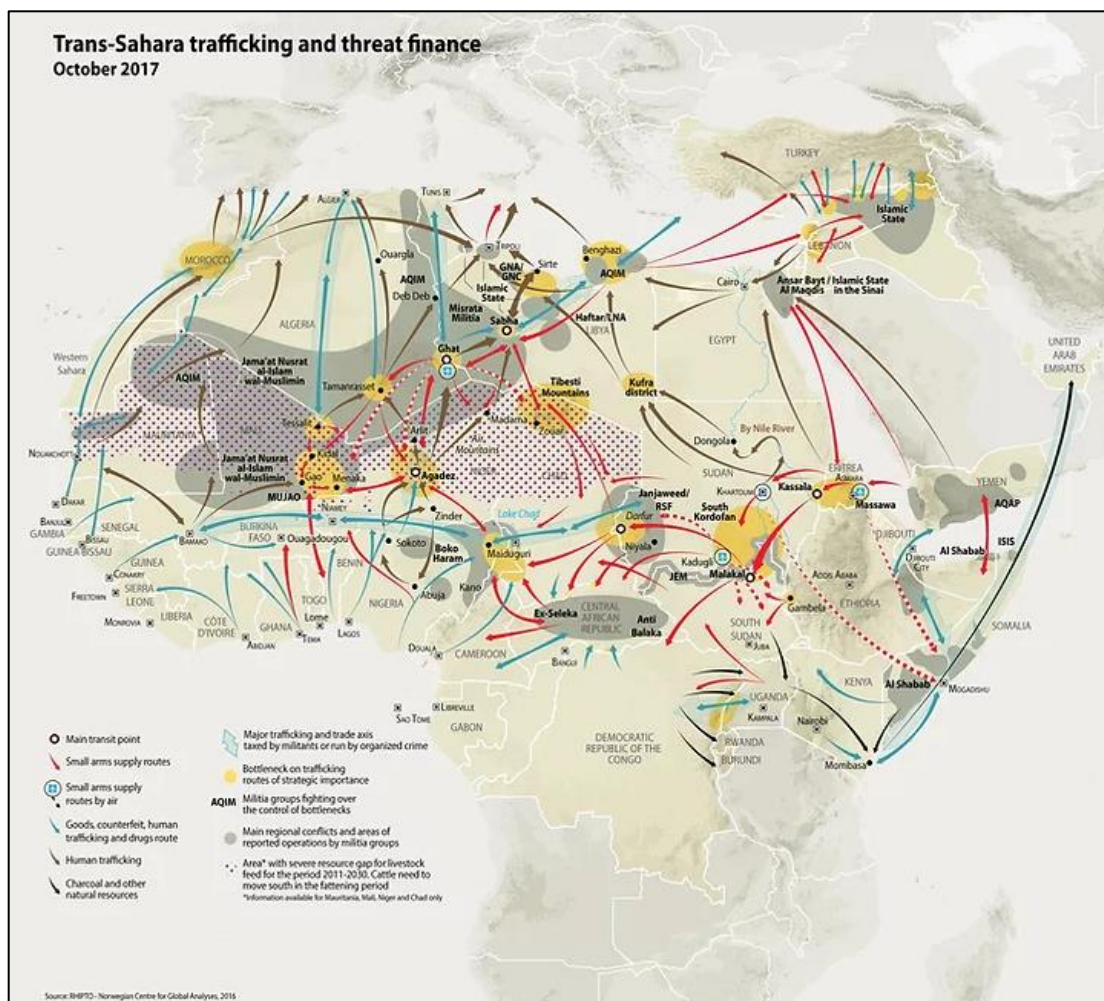


Figura 2 – Riscos e ameaças no Sahel

Fonte: (RHIPTO, 2019)



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

Uma das duas rotas terrestres principais utilizadas para o transporte de cocaína latino-americana é através do Mali (Figura 3), passando quer pela fronteira sul com o Senegal, Guiné-Conacri, Costa do Marfim e Burkina Faso, quer pela fronteira noroeste com a Mauritânia, antes de chegar ao norte do Níger e ao sul da Líbia, rumo aos mercados de destino, como é o caso da Europa (Bird, 2021, p. 5).

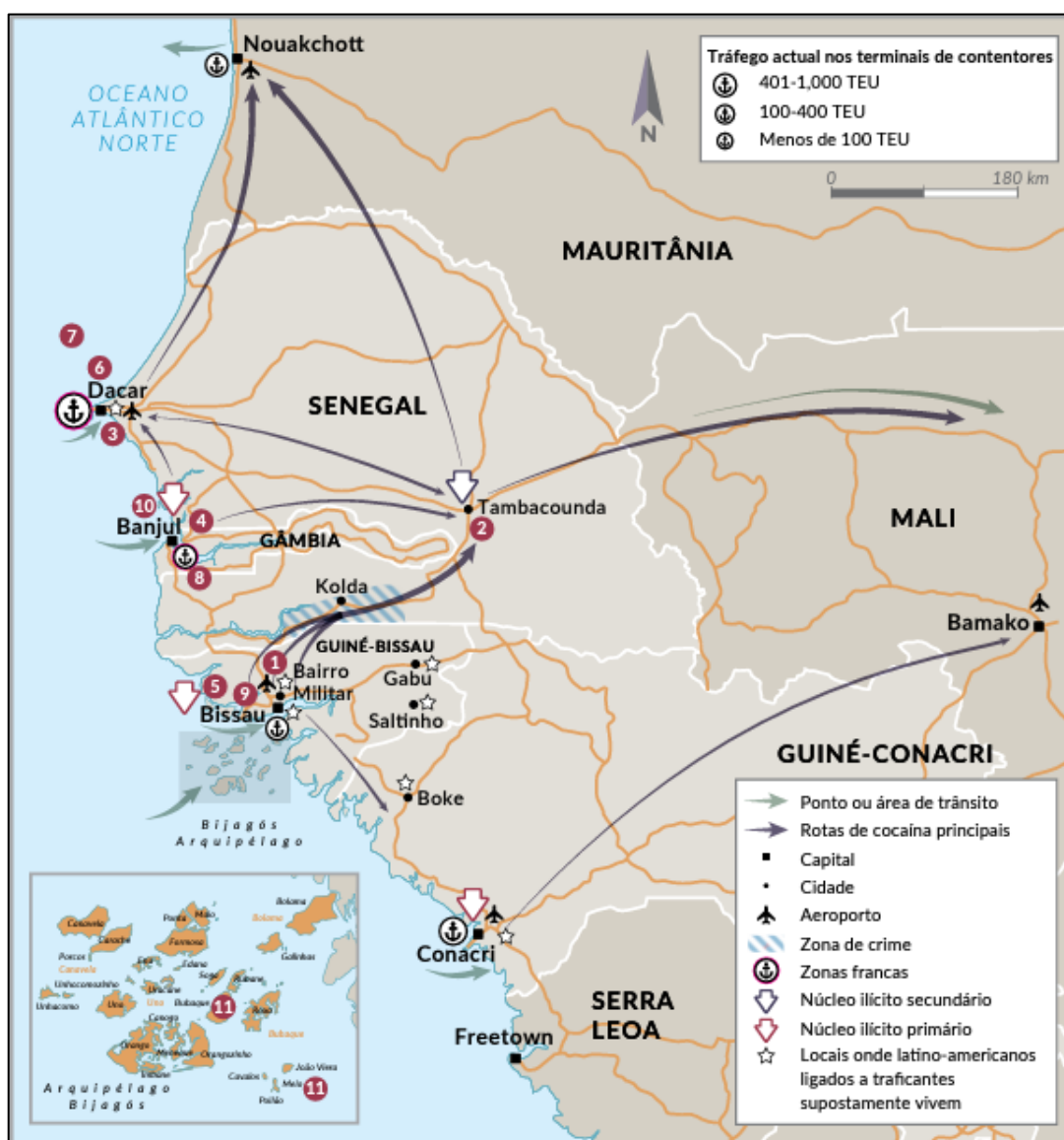


Figura 3 – Rotas terrestres de tráfico de cocaína na África Ocidental

Fonte: (Bird, 2021, p. 2)

O narcotráfico no Norte do Mali está a gerar um nível de violência sem paralelo na sub-região, onde muitos dos grupos armados do Norte dependem do comércio de drogas para financiar operações, atender às necessidades logísticas e adquirir armas e veículos. As autoridades do Mali são ativas na luta contra o narcotráfico, amplamente incentivadas neste



esforço pela UE, pelo *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC) e pela polícia francesa (International Crisis Group, 2018).

A estratégia da UE, em matéria no combate às drogas 2021-2025⁹, apresenta o quadro e as prioridades dos Estados-membros e da UE para abordar a política de drogas a nível europeu. Um dos domínios de ação desta estratégia passa pela redução da oferta de drogas, reforçando a segurança e para isso é necessário “combater os grupos de criminalidade organizada de alto risco ativos na UE e nos mercados transfronteiras de drogas”, como o Mali (Conselho Europeu, 2022a).

4.1.2. Migrações clandestinas e tráfico humano

“O Sahel é uma linha de defesa da Europa contra a instrumentalização dos fluxos migratórios.”

Ciclo de Revisão do CEDN 2022-2023 (Instituto de Defesa Nacional, 2023)

O tráfico humano, que se tornou um fenómeno global, é um problema social endémico e envolve principalmente pessoas jovens e fisicamente aptas para trabalho forçado e prostituição, tornando-se um dos principais crimes de direitos humanos em todo o mundo, e no Sahel em particular. Para Pereira (entrevista por *email*, 03 de abril de 2022), “Os riscos securitários para a Europa prendem-se com [...] vagas de refugiados e migrantes para a vizinhança da Europa no Mediterrâneo e para a própria Europa e a perturbação das comunidades europeias migrantes nestes países [...]”.

O tráfico de seres humanos e as migrações clandestinas são uma grave violação dos direitos humanos que desafiam uma sociedade global aberta. São um modelo de negócio criminoso que prospera na vulnerabilidade das mulheres, homens e crianças que exploram por uma variedade de motivos, incluindo trabalho forçado, casamento forçado, prostituição e abuso sexual. Os traficantes, que não conhecem nenhuma limitação geográfica, operam internamente, escravizando vítimas dentro dos seus próprios países, ou explorando fronteiras porosas para transportar os seus alvos através das fronteiras (International Center for Migration Policy Development, 2020).

⁹ Esta estratégia estabelece o quadro político geral e as prioridades da política da UE em matéria de drogas, definidos pelos Estados-membros e pelas instituições europeias - <https://www.consilium.europa.eu/pt/documents-publications/publications/european-union-drugs-strategy-2021-2025/>



A frágil situação económica dos países do Sahel levou ao crescimento do desemprego e altas taxas de abandono escolar, circunstâncias estas que impeliram um conjunto de crianças e adolescentes vulneráveis ao tráfico humano e migrações clandestinas, a emigrar para países mais desenvolvidos. Vários fatores contribuem para o tráfico humano de crianças na região do Sahel, como a pobreza, a dimensão do agregado familiar, a falta de oportunidades de educação e mesmo a falta de emprego (Onyekachi & Azubike, 2021, p. 21).

Existem também outros fatores que contribuem para o tráfico humano e migrações clandestinas na região, como a permeabilidade das fronteiras dos países do Sahel, a corrupção em instituições governamentais, o envolvimento do crime organizado transnacional, a capacidade limitada dos agentes policiais e de imigração para controlar o tráfico nas fronteiras e a falta de vontade política ou desejo de fazer cumprir a legislação ou mandatos existentes (Onyekachi & Azubike, 2021, p. 21).

O Mali foi importante para a passagem de migrações clandestinas e tráfico humano que ligam a África Ocidental ao Norte de África, devido à sua geografia política. No entanto, estas atividades ilícitas foram interrompidas entre abril e setembro de 2020 devido às restrições de movimento relacionadas com a *coronavirus disease 2019* (COVID-19), sendo retomadas no final desse ano, embora com algumas limitações¹⁰ (Micallef, et al., 2021, p. 3).

Segundo os mesmos autores (2021, p. 11), antes do início da pandemia, os contrabandistas agilizavam as travessias para a Argélia (Figura 4) camuflando os migrantes clandestinos (com documentos falsos) com os regulares, subornando funcionários ou evitando pontos de passagem na fronteira. O *status* de isenção de visto dos malianos na Argélia cria um mercado negro natural para documentos malianos falsos. As redes transnacionais, que operam a partir de Argel e Bamako, também se especializaram na obtenção de vistos europeus entre 6.097 e 7.621 euros. As cidades de Gao e Timbuktu serviram como os dois principais centros de atividades de contrabando de seres humanos no Norte do Mali.

No entanto, de 2018 até o final de 2019, a cidade de Gao ficou cada vez mais isolada, devido à insegurança no centro do Mali e nas áreas vizinhas de Burkina Faso e Níger. Uma

¹⁰ Com a COVID-19, houve um decréscimo entre os 25% e os 50% de migrações clandestinas - <https://www.rhpto.org/maps-and-graphics>



rota que liga Timbuktu à Argélia, via In-Afarak (Figura 4), surgiu no final de 2020 como a mais popular para os migrantes. Enquanto a atividade em Timbuktu estava a retomar aos níveis pré-pandemia, as redes de contrabando em Gao permaneceram inativas, devido à insegurança generalizada na região de Liptako-Gourma¹¹. A segurança no Centro e Norte do Mali permanece fluida, mas fatores externos – como dificuldades económicas nos países de origem e recuperação dos mercados de trabalho nos países de destino – continuarão a moldar a economia política do contrabando de seres humanos no Mali, com destino ao espaço europeu (Micallef, et al., 2021, p. 11).

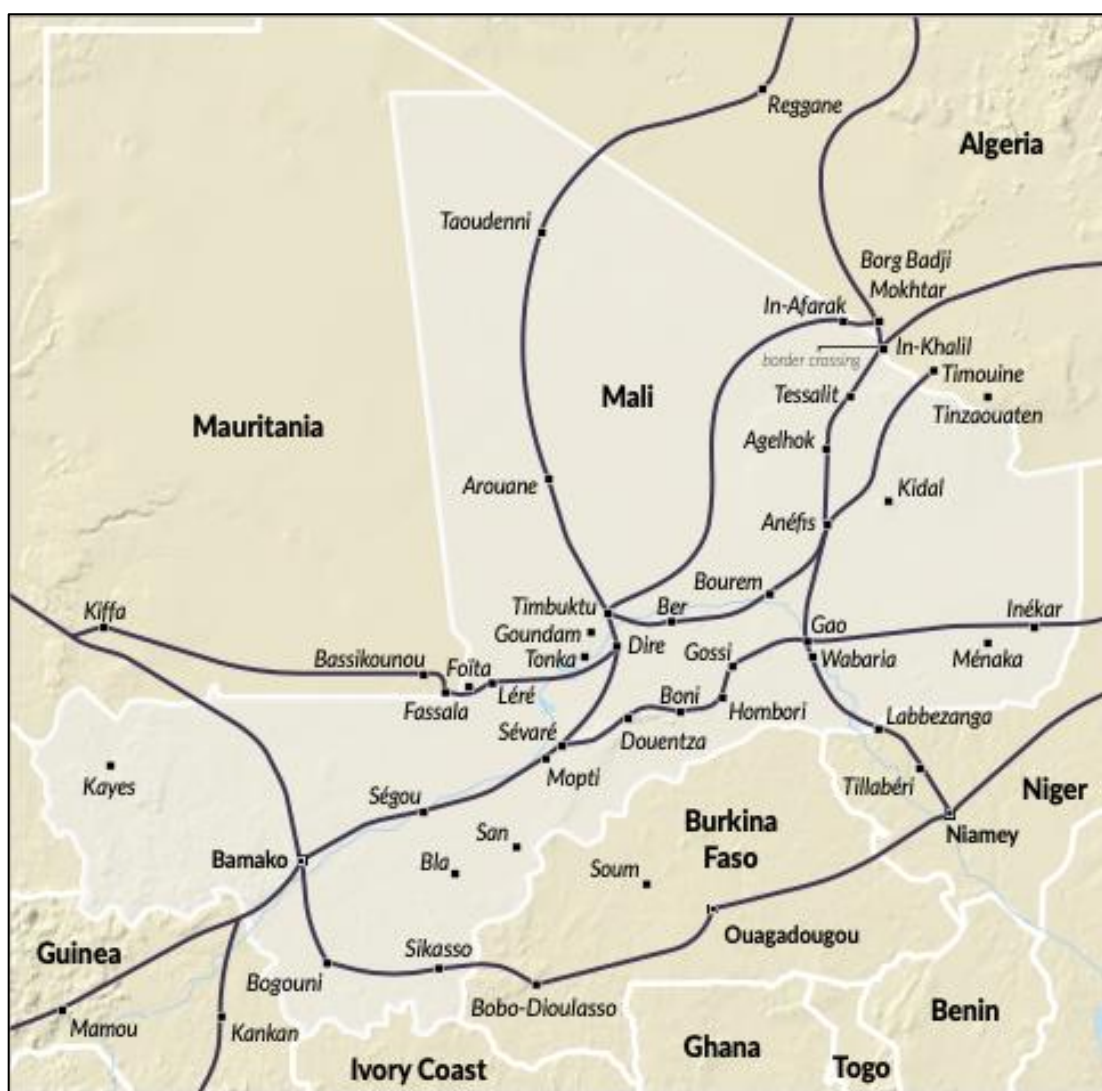


Figura 4 – Rotas de migrações clandestinas e tráfico humano no Mali

Fonte: (Micallef, et al., 2021, p. 92)

¹¹ Liptako-Gourma é uma região fronteiriça entre o Níger, o Mali e o Burkina Faso, associada a fenómenos de insurgência - <https://issafrica.org/fr/recherches/rapport-sur-lafrique-de-louest/repondre-a-linsecurite-dans-le-liptako-gourma>



4.1.3. Terrorismo

Segundo Luís Saraiva (2016, p. 129), existem indícios da presença em vários países de África de elementos e grupos ligados às atividades terroristas. Apesar dos milhões de dólares gastos em armamento, equipamento e treino das Forças militares regionais, bem como a presença de Forças norte-americanas e francesas no terreno, os jihadistas continuam a ganhar terreno no Sahel (Institute for African Studies of the Russian Academy of Sciences, 2021, p. 44).

Para Ribeiro (entrevista por *email*, 20 de março de 2022), “os desafios securitários para a Europa são originados ou facilitados pelas condições e características de vulnerabilidade e instabilidade desta região (Sahel), que geram as condições particulares para a implementação e crescimento de organizações terroristas, locais e/ou com afiliações a outras de aspiração global (em particular o Estado Islâmico e a *Al-Qaeda*) [...]”.

Segundo o *Institute for Security Studies* (2020), desde o início da crise do Mali em 2012, surgiram várias especulações sobre a origem das armas dos terroristas. A Líbia já foi a principal fonte de armamento, mas após a intervenção militar da OTAN, a Líbia perdeu o controlo de grande parte das reservas de armamento acumuladas ao longo de 40 anos. A transferência de armamento da Líbia fortaleceu os movimentos rebeldes no Mali em 2012, já que facilitou a aquisição de armas por grupos terroristas, como por exemplo, o *Al-Qaeda in the Islamic Maghreb* (AQIM).

Após uma retirada estratégica de grupos insurgentes, que se seguiu à reconquista do Norte do Mali pelas Forças malianas e francesas em 2013, grupos armados terroristas voltaram e estão a exercer a sua influência em grandes partes do território. A partir de 2015, chegaram mesmo a anunciar a sua nova estratégia, conquistando o centro do país e espalhando a sua influência pelos países vizinhos (Burkina Faso, Níger). Nos anos de 2016, 2017 e início de 2018 assistiu-se à efetiva implementação desta estratégia, com o surgimento de organizações terroristas locais (Frente de Libertação Macina (FLM) de Amadou Kouffa no Mali (*Katibat Macina*), *Ansaroul Islamby Ibrahim Malam Dicko* no Burkina Faso, etc.), verificando-se a sua crescente influência sobre a população (European Union Training Mission in Mali [EUTM Mali], 2018). A coligação das principais organizações terroristas a



A cooperação entre grupos jihadistas ligados à *Al-Qaeda* e afiliados ao Estado Islâmico aumenta a sua capacidade no Norte e no Centro do Mali e a sua capacidade de realizar ataques através das fronteiras, particularmente no Burkina Faso e Níger, com risco de se espalhar pelo Sul do Mali e pela África Ocidental. A estratégia dos jihadistas de fomentar rivalidades tradicionais entre comunidades, desestabilizará ainda mais o Mali e a região do Sahel. Em paralelo, o JNIM continua a aproveitar a extensa dimensão de deserto e as rotas de tráfico de drogas, de armamento e humano que passam pelo Sahel como meio de financiamento, utilizando este para aliciar os jovens afetados pelo abandono escolar e desemprego, proporcionando-lhes um rendimento, serviços básicos e um sentimento de comunidade, permitindo assim a estes grupos terroristas estabelecerem-se na região (CRISIS24, 2022).

A UE, na conferência internacional que decorreu em Bruxelas, em 23 de fevereiro de 2018, anunciou fundos adicionais no valor de 50 milhões de euros a juntar aos quase 130 milhões para a chamada Força militar conjunta do G5 Sahel, composta por militares do Burkina Faso, Mali, Chade, Mauritânia e Níger, por forma a combater o terrorismo naquela região (Deutsche Welle, 2018).

Os Estados-membros continuam preocupados com o aumento da violência terrorista e intercomunitária no Mali. A UE exortou os governos a desmantelar e desarmar todas as milícias ativas no seu território e a iniciar um processo político ambicioso e inclusivo de diálogo e reconciliação para as regiões envolvidas, bem como a resolver os problemas de coesão e confiança social, em particular entre a população e as FAMA (Council of the European Union, 2019, p. 4). Além disso, a Europa poderá conceder apoio através de ajuda humanitária e através do aumento dos fluxos comerciais com o Estado maliano, para que este se possa organizar, aplicar a justiça e garantir a segurança da sua população, em particular aquela que vive com medo e almeja melhor condições de vida (Galito, 2019, p. 23).

4.2. Principais Stakeholders presentes no Mali

4.2.1. Organização das Nações Unidas (MINUSMA¹⁵)

Do universo de entrevistados, a totalidade refere a ONU através da MINUSMA, como um dos principais atores presente na região, em que “As Nações Unidas são o principal ator que procura a estabilidade no Mali, sendo a MINUSMA a maior missão multidimensional

¹⁵ *United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali.*



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

da atualidade [...]” (Pereira, *op. cit.*), “com uma presença significativa no Mali, através da MINUSMA que é uma missão de estabilização.” (Maio, *op. cit.*), “com grande implementação no terreno e que conduz operações no território do Mali para neutralização das ações dos diferentes grupos armados e de apoio à população e ao Governo do Mali.” (Conde, entrevista por *email*, 21 de março de 2022).

A missão da ONU foi estabelecida pela resolução 2100¹⁶ do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), de 25 de abril de 2013, para apoiar o processo político do Mali e a manutenção das condições de segurança (United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali [MINUSMA], 2022). Este ator iniciou a sua atividade operacional no território do Mali no primeiro dia de julho de 2013, inicialmente com 6.000 capacetes azuis num total de 12.600, após a transferência de autoridade da Missão Internacional de Apoio ao Mali (AFISMA¹⁷).

A participação nacional na missão iniciou-se em 2014 com a contribuição de dois militares para o EM da Força, mantendo-se o mesmo efetivo até aos dias de hoje. Em setembro de 2014, a participação foi reforçada com uma aeronave C-130 da Força Aérea Portuguesa (FAP) perfazendo um total de 47 militares, a qual durou até 2020 com quatro participações, onde se destaca a última com a participação de um total de 63 militares¹⁸ (Portaria n.º 679/2014, 2014b). No final de 2022, a MINUSMA contava no seu efetivo com 12.261 militares (dois militares portugueses¹⁹), 1.718 polícias e 1.180 civis (MINUSMA, 2022), “sendo uma missão multidisciplinar que persegue dois objetivos fundamentais, nomeadamente o cumprimento dos acordos de Argel de 2015²⁰ e a proteção da população.” (Ribeiro, *op. cit.*).

Para fazer face às ameaças provenientes do Mali, a MINUSMA tem procurado integrar os insurgentes através do programa DDR²¹, por forma a conseguir barrar as rotas migratórias responsáveis pelo comércio ilícito, “através do apoio monetário, securitário e formação aos

¹⁶ <https://minusma.unmissions.org/en>

¹⁷ A AFISMA (*African-led International Support Mission in Mali*) foi uma missão militar organizada pela CEDEAO em apoio ao governo do Mali - <https://www.peaceau.org/en/article/afisma-transfers-its-authority-to-minusma>

¹⁸ O destacamento português, composto por 63 militares, participou na missão entre 1 de julho e 31 de dezembro - <https://www.emfa.pt/noticia-3017-forca-aerea-integra-minusma>

¹⁹ <https://www.emgfa.pt/>

²⁰ O Acordo de Argel foi um acordo de paz e reconciliação, assinado em 15 de maio e 20 de junho de 2015 em Bamako, entre a República do Mali e os grupos armados do norte do país, por forma a cessar a violência - [https://www.wikiwand.com/pt/Acordos_de_Argel_\(2015\)](https://www.wikiwand.com/pt/Acordos_de_Argel_(2015))

²¹ *Disarmament, Demobilization, Reintegration.*



países de origem, com o objetivo de estancar o maior apoio financeiro dos grupos insurgentes existentes no Sahel, em especial o AQIM” (Louro, 2019, p. 14).

4.2.2. União Europeia

Em 2011 a UE difundiu a ESDS, que assentava em quatro temas principais. O objetivo inicial desta estratégia focava-se na correlação entre desenvolvimento e segurança, para fazer face aos numerosos desafios sociais, enfatizando a necessidade de uma governação mais eficaz, além da utilização do instrumento militar como produto de segurança regional. A ESDS deu origem ao Plano de Ação Regional 2015-2020²², que constitui ainda hoje, o quadro geral para colocar em prática a estratégia e permitiu reafirmar o envolvimento contínuo da UE na região do Sahel.

A PCSD fornece à UE uma capacidade operacional para a implementação de missões e operações militares e civis no exterior da Europa (European External Action Service [EEAS], 2022a), em que os “Tratados da União Europeia definem as ações que são levadas a cabo e que vão desde a prevenção de conflitos e manutenção da paz, a gestão de crises e operações conjuntas de desarmamento.” (Senra, 2022, p. 43). As missões e operações da PCSD contribuem para a segurança global, sendo o seu objetivo ajudar a prevenir ou mesmo resolver crises e conflitos, reforçar as capacidades dos parceiros e, em última análise, proteger a UE e os seus cidadãos (EEAS, 2022a). A UE é considerada um ator chave na segurança regional do Sahel, desenvolvendo atualmente três missões no âmbito da PCSD²³, nomeadamente: *European Union Capacity Building Mission* (EUCAP) Sahel Níger (desde 2012), EUTM Mali (desde 2013) e EUCAP Sahel Mali (desde 2014).

Relativamente ao Mali, a UE tem contribuído substancialmente para apoiar as autoridades malianas a garantir a paz e a estabilidade, a governação e o desenvolvimento sustentável do país.

A EUTM Mali é uma missão não executiva de treino e mentoria, criada em 2013, logo após a ofensiva de grupos jihadistas em direção a Bamako e da operação militar francesa

²²As conclusões do Plano foram apresentadas a 20 de abril de 2015 -

<https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2015/04/20/council-conclusions-sahel-regional-plan/>

²³ Além das missões no Sahel, a UE participa em missões e operações em outros quatro países do continente africano, nomeadamente a República Centro-Africana (RCA), a Líbia, a Somália e mais recentemente em Moçambique - https://eeas.europa.eu/topics/military-and-civilian-missions-and-operations/430/military-and-civilian-missions-and-operations_en



“*Serval*”²⁴, para ajudar na reconstrução do Exército maliano, após ter sido invadido pela insurreição conjunta dos separatistas *Tuareg* e pelos grupos armados islâmicos que ocuparam grande parte do território do Mali. O principal objetivo da EUTM Mali é aumentar as capacidades das FAMA, a fim de promover a estabilização e a restauração do estado de autoridade em todo o território maliano (Tull, 2020, p. 4).

Esta missão desenvolve as suas atividades operacionais em quatro pilares, nomeadamente: treino, educação/mentoria, aconselhamento estratégico, e apoio à G5S JF. No final de 2022, a missão era constituída por cerca de 700 militares de 25 países (22 Estados-membros da UE e três Estados-não membros)²⁵ (EUTM Mali, 2022), em que as suas atividades eram realizadas em estreita coordenação com outros atores envolvidos no apoio às FAMA, em particular a ONU e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

4.2.3. União Africana

Apesar de menos de metade dos entrevistados considerar a UA um dos principais *stakeholders* presentes no Mali, esta organização demonstra ser relevante na paz e estabilidade do Sahel apesar de que, segundo Maio (*op. cit*), “[...] talvez por limitações de recursos e por ter muitos problemas com que lidar, não se tem mostrado suficientemente ativa.”. Para Ribeiro (*op. cit*), o interesse desta organização na região do Sahel passa pela, “[...] criação de condições de segurança e estabilização regional, com meios locais e alguns apoios internacionais.”.

A UA²⁶, é uma organização Internacional composta por 55 Estados-membros que formam o continente africano. Tem sede em Adis Abeba, Etiópia, e foi instituída oficialmente em 2002 na África do Sul (Vela, 2019). Esta organização foi criada para substituir a Organização da Unidade Africana (OUA), criada em 25 de maio de 1963, em Adis Abeba por 32 governos signatários.

A estratégia para o Sahel foi desenvolvida em 2014, sendo as áreas prioritárias de atuação: a governação, a segurança e o desenvolvimento, onde é enfatizada a importância de

²⁴ A pedido do Mali, a operação *Serval* foi iniciada com o aval do CSNU, para impedir o avanço de radicais islâmicos até Bamako, apoiados pelas FAMA e por contingentes do Chade e da Nigéria provenientes da AFISMA - <https://www.arquus-defense.com/start-operation-serval>

²⁵ Os Estado-membros que contribuem para a EUTM Mali são: Áustria, Bélgica, Bulgária, República Checa, Estónia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Roménia, Eslováquia, Eslovénia, Espanha e Suécia, onde a contribuição de Estados-não membros é feita pela Geórgia, Moldávia e Montenegro - <https://eutmmali.eu/organization/>

²⁶ Territorialmente, a UA possui 30,3 milhões de Km², abrange todo o continente africano e tem por objetivos a unidade e solidariedade africana - <https://www.infoescola.com/geografia/uniao-africana/>



uma abordagem integrada e transfronteiriça por forma a abordar desafios na construção da paz. A par desta estratégia, tanto a ONU como a UE desenvolveram as suas próprias estratégias em apoio aos esforços ao programa de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito da UA (African Union, 2014, p. 2; Cairo International Center for Conflict Resolution, Peacekeeping & Peacebuilding, 2018, p. 1). Em 2022, a UA definiu o apoio ao diálogo no Sahel como uma das oito prioridades da organização para esse ano (International Crisis Group, 2022).

A intervenção da UA no Mali remonta a 2012, com a projeção da AFISMA e com uma grande componente civil de direitos humanos em Bamako. Após a transição para a MINUSMA em 2013, a Comissão da UA decidiu criar a Missão da UA para o Mali e Sahel (MISAHEL²⁷), com sede na capital, cujo objetivo passava por fortalecer a presença da organização no Mali e também na região do Sahel. Esta Missão é a estrutura responsável pela implementação eficaz da estratégia de 2014, anteriormente elencada, desenvolvendo atividades em estreita colaboração e, quando apropriado, em coordenação com outras estruturas da UA presentes na região (African Union, 2014; Union Africaine, 2018; Strydom, 2019).

4.2.4. Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

A CEDEAO²⁸, que foi criada em 28 de maio de 1975 pelo Tratado de Lagos (Nigéria), é composta por 15 Estados-membros situados na região da África Ocidental que partilham interesses económicos comuns e têm simultaneamente laços culturais e geopolíticos, cujo mandato é promover a integração económica em todas as áreas de atividade dos Estados-membros (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental [CEDEAO], 2022). Esta, durante a primeira década do século XXI, perante um contexto difícil, soube de um modo geral, integrar os pontos fortes de cada um dos Estados-membros, nunca descurando das diferenças e especificidades de cada um deles (Vedie, 2020, p. 30).

No início de 2012, a Comunidade através da sua autoiniciativa, ajudou o Mali na luta contra o jihadismo no Norte do país, assumindo a responsabilidade na resolução da grave crise de segurança e de governação que o país se encontrava. Inicialmente, começou por

²⁷ *Mission de l'Union africaine pour le Mali et le Sahel.*

²⁸ A região da CEDEAO abrange uma área de 5,2 milhões de Km². Os Estados-Membros são, o Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Serra Leoa, Senegal e Togo. O objetivo da organização é promover a cooperação e a integração, conduzindo à criação de uma união económica na África Ocidental, a fim de elevar os padrões de vida dos seus povos e de manter e reforçar a estabilidade económica, fomentar as relações entre os Estados-membros e contribuir para o progresso e o desenvolvimento do continente africano - <https://ecowas.int/?lang=pt-pt>



procurar apoio internacional, especialmente na UA e na ONU e através da Resolução 2085 do CSNU, foi autorizada a missão da AFISMA (Alcalde, 2013, p. 2).

Entre 2020 e 2022, três golpes de Estado deturpam a dinâmica política da África Ocidental (Mali, Guiné e Burkina Faso). No Mali, as eleições legislativas originaram diversas manifestações populares, que por sua vez, originou o golpe de Estado de 20 de agosto de 2020, que derrubou o Presidente Ibrahim Boubacar Keita e instalou a Junta Militar no poder (Komenan, 2022, p. 74). No início de 2022, a CEDEAO decidiu impor sanções ao Mali, após a Junta Militar que lidera o país se ter recusado a marcar eleições durante o mês de fevereiro e por sua vez, devolver o poder aos civis. Por sua vez, em julho de 2022, os líderes da CEDEAO decidiram levantar as sanções comerciais e financeiras que afetavam o Mali desde janeiro, após a Junta Militar ter apresentado uma proposta para um período de transição do poder até março de 2024.

Segundo Maio (*op. cit.*), “A CEDEAO tem tido um papel relevante relativamente ao processo de transição no Mali e tem sido apoiada pela UE.”, onde esta “[...] tem no fundo, confirmado e tem alinhado as suas posições pela posição da CEDEAO.”. Esta Comunidade “[...] tem um papel relevantíssimo naquilo que se está a passar no Mali, e no Sahel em geral”. Já Ribeiro (*op. cit.*), refere que a CEDEAO, no plano multilateral, destaca-se como uma organização de âmbito regional, “[...] cujos interesses são a criação de condições de segurança e estabilização regional, com meios locais e alguns apoios internacionais.”, tal como a UA.

4.2.5. G5 Sahel

O G5S, foi criado em 16 de fevereiro de 2014 em Nouakchott, capital da Mauritânia, por iniciativa dos chefes de Estado de cinco países: o Burkina Faso, Mali, Mauritânia, Níger e Chade. Esta organização é a primeira em África a fornecer uma abordagem holística na resolução de problemas de segurança, combinando-a com o desenvolvimento através da cooperação regional. Atualmente, a principal preocupação do G5S é a criação de políticas conjuntas e ações para o combate de grupos armados e grupos rebeldes jihadistas, que atuam nos seus países, bem como a contenção dos efeitos desses grupos nas suas sociedades, como o deslocamento interno e transnacional de pessoas, terrorismo, criminalidade e tráfico de drogas (Tebas, 2017, p. 4; Santos, Aquino, Cesar, Pantano, & Santos, 2018, p. 6; Sandnes, 2021).

O conjunto dos cinco países criou, em 2017, uma força militar conjunta designada G5S JF, devido à degradação da situação de segurança na região das três fronteiras (Níger, Mali



e Burkina Faso). Esta Força constituída inicialmente por 5.000 militares e Forças policiais, bem como pessoal civil, foi autorizada a operar em três áreas fronteiriças: (i) no setor Oeste, na fronteira Mali-Mauritânia; (ii) no setor Central, na região das três fronteiras; e (iii) no setor Este, na fronteira Níger-Chade. Especificamente, a Força estava mandatada para operar com os seus sete Batalhões num máximo de 50 Km para cada lado das fronteiras, tendo aumentado para os 100 km a partir de 2020 (Tebas, 2017, p. 6; Sandnes, 2021).

Em março de 2017 é definido o conceito estratégico da G5S JF, de carácter confidencial, onde além de definida a dimensão e o mandato da Força, bem como a situação de segurança e as diretrizes políticas, foram definidas Regras de Empenhamento (Tebas, 2017, p. 7). A edificação da Força baseou-se no conceito da UE de *Pooling and Sharing*, que consiste em projetos e iniciativas dedicados a aumentar a colaboração no que se refere às capacidades militares, onde os países partilham informações sobre a atuação dos grupos jihadistas, bem como à cooperação com os outros *stakeholders* presentes na região, como a MINUSMA, EUTM Mali (implementada desde o terceiro mandato) e EUCAP Mali, e também a operação francesa *Barkane* (Santos et al., 2018, p.7).

Além destes, existem outros atores de segurança na região que cooperam com a Força conjunta do G5S, como os Estados Unidos da América (EUA), que, antes da retirada francesa a 10 de junho de 2021, fornecia informações no Níger em apoio à operação *Barkane*, a Espanha através do programa dos *Groupes d'Action Rapide – Surveillance et d'Intervention au Sahel* (GARSI²⁹) e a *Task Force Takuba*. A operacionalização da G5S JF é feita através do financiamento de organizações como a UE, e bilateralmente através de vários Estados, como os EUA. Além do financiamento, existe o fornecimento de equipamentos e outros recursos por parte de Estados, em apoio à Força conjunta, como é o caso da França e da Dinamarca (Sandnes, 2021).

Para Ribeiro (*op. cit.*), o G5S e sua força conjunta, foram “[...] criadas especificamente para tentar resolver localmente a situação. Para além das enormes dificuldades que enfrentam, dependem muito das contribuições militares locais e dos apoios logísticos

²⁹ Estes Grupos de Intervenção são unidades especializadas, formadas por Forças de segurança militarizadas, para controlo do território, combate ao terrorismo e a todo o tipo de tráfico ilícito, cujo objetivo é contribuir para a segurança das populações e estabilização dos Estados-membros do G5S e do Senegal. Sob comando espanhol, a implementação operacional destes grupos é feita a partir da contribuição de Forças portuguesas, italianas e francesas - https://ec.europa.eu/trustfundforafrica/all-news-and-stories/groupes-daction-rapide-surveillance-et-dintervention-au-sahel-garsi-sahel_en



internacionais, situação que se pode complicar muito com o tipo de relações que presentemente se desenvolvem entre o Mali e a França.”.

O Mali anunciou a decisão de sair do G5S e da Força militar conjunta a 15 de maio de 2022, com o pretexto de um Estado-membro se opor à presidência da organização por parte de Bamako, alegando a frágil situação política interna que o Mali atravessa, mas também à influência da França que pretende isolar o Mali, o que originou a condenação por parte da ONU, referindo que a retirada terá impacto na estabilidade e segurança do Sahel (Deutsche Welle, 2022; Reuters, 2022; Strategic Survey, 2022, p. 328).

4.2.6. França

Do universo de entrevistados, a maioria refere a França como um dos principais *stakeholders* presentes no Mali. Depois da independência da República do Mali em 1960, que até à data estava sob controlo francês, e após uma série de golpes militares que originaram a criação de um governo provisório, o país solicitou ajuda a Paris de modo a reorganizar a sua estrutura político-económica e a conter o avanço dos rebeldes que ameaçavam tomar a capital Bamako. Um misto de divergências culturais, má gestão pública, terrorismo e corrupção destabilizaram o território maliano, levando a França a intervir, planeando e executando uma operação de grande envergadura denominada “Operação *Serval*” (Machado, 2017, p. 95).

A França justificou a sua ação afirmando que queria evitar a perigosidade para a Europa vinda da atividade criminosa dos rebeldes da África Ocidental. Segundo Heitor Pordeus (2020, pp. 44-45), a Operação *Serval* teve três objetivos oficiais: (i) deter a ofensiva dos grupos terroristas; (ii) evitar o colapso do Mali, resguardando a sua integridade territorial; e (iii) viabilizar a implementação das resoluções internacionais.

A Operação *Serval* contou com um conjunto vasto de capacidades das Componentes Terrestre, Aérea, Naval e de Operações Especiais, onde o papel das Forças preposicionadas foi crucial, já que a França “dispunha de um dispositivo de Forças com uma forte presença na região, com elementos no Chade, Gabão, Senegal e na Costa do Marfim. Estas Forças preposicionadas em África foram, sem dúvida, um fator decisivo que explica a extrema reatividade da resposta francesa num tempo extremamente curto.” (Almeida, Costa, & Fernandes, 2014, p. 7). Outros autores, referem que a Operação *Serval* foi um reflexo da PE francesa, onde a França ambicionava aumentar o seu poder na Europa e que o acesso a matérias-primas, como o petróleo e principalmente o urânio, sempre foi vital para o projeto nuclear francês (Baig, 2013; Machado, 2017).



A partir de 2014, com a intensificação de ataques violentos, o governo francês viu-se forçado a criar a operação *Barkhane* substituindo a Operação *Serval*, sendo esta entendida como uma adaptação da estratégia para melhorar a segurança regional do Mali e de todo o Sahel (Charbonneau, 2017). O Quartel-General (QG) desta operação estava localizado em N'Djanema (Chade) e contava também com postos de comando em Gao (Mali) e em Niamey (Níger), contando com um efetivo de 5.100 homens, com um orçamento de 97 milhões de dólares anuais, com o objetivo de garantir a segurança e combater o terrorismo em parceria com os atores regionais, bem como a realização de operações conjuntas com o Mali, Níger e Chade (Africa Center for Strategic Studies, 2019; European Parliament, 2021).

Para Pereira (*op. cit.*), “a França, através da Operação *Barkhane*, focou-se na contenção e redução da ameaça terrorista e procurou apoiar os governos do Mali na estabilização e organização da governação do país, [...]”.

O Chefe de Estado Francês, Emmanuel Macron, anunciou o fim da operação militar *Barkhane* em 10 de junho de 2021, sendo substituída por uma coligação entre países empenhados na luta contra o terrorismo. Esta coligação foi aprovada em 13 de janeiro de 2020, no decorrer da Cimeira de Pau, em França, onde “[...] os Chefes de Estado presentes reafirmaram o envolvimento político e o apoio dos países do G5S, tendo aprovado o projeto de implementação da Força-Tarefa³⁰ para o Sahel³¹” (Portaria n.º 182/2021, 2021), sendo constituída por militares de oito³² países e liderada pela França, cuja missão passava pelo aconselhamento às FAMA na luta contra o terrorismo no Sahel, em estreita coordenação com todos os atores internacionais envolvidos no apoio às FAMA (North Atlantic Treaty Organization [NATO], 2021).

Durante a realização da VI Cimeira UE-UA, o presidente francês anunciou a retirada das suas FFAA do Mali, nomeadamente as Forças que integram as operações *Barkhane* e *Takuba*, o que motivou uma manifestação de apoio à Junta Militar que governa o país e uma declaração do porta-voz do governo militar instalado (Coronel Abdoulaye Maiga), referindo que o anúncio da retirada das FFAA francesas é uma violação flagrante dos acordos entre os dois países, anunciando a intenção de recorrer a *Private Military Companies* (PMC) russas

³⁰ *Task Force Takuba*.

³¹ A pedido da França, a *NATO Support and Procurement Agency* (NSPA) comprometeu-se a efetuar o apoio logístico às operações da *Task Force Takuba*, sendo a primeira vez que esta Agência presta apoio a uma coligação não pertencente à Aliança-

https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_185374.htm?selectedLocale=en

³² Estónia, República Checa, Suécia, Itália, Grécia, Portugal, Hungria e Roménia.



para substituir as tropas francesas, nomeadamente, o *Wagner Group* (WG) (Silva & Vieira, 2022).

4.2.7. Rússia

Nas últimas duas décadas, aos olhos da comunidade internacional, a PE russa tem sido vista como expansionista, onde a utilização de métodos coercivos, parece ser uma tentativa de reconstrução da antiga União Soviética (Benaso, 2021, p. 5). A Rússia atual, renascida desde a chegada de Vladimir Putin ao poder e que aspira a ocupar o seu lugar como potência mundial, tem apontado a sua estratégia para determinadas regiões, onde África parece ser uma delas. Os países do Sahel passaram a considerar a Rússia um ator válido, na medida que estão confrontados com as cláusulas de empréstimos por parte da China e por enfrentarem algumas dificuldades na manutenção da ordem e da segurança nos seus territórios (Herráez, 2019, p. 218).

A generalidade dos entrevistados considera a Rússia como um ator presente na região, onde Ribeiro (*op. cit.*), salienta que os interesses russos em África são “[...] desde logo políticos, oferecendo uma solução de regime e procurando apoios destes países no seio de organizações internacionais, económicos através das vendas de armamento e da obtenção de recursos essenciais, e militares no plano da *global power competition*.”

Apesar dos países africanos sofrerem direta e indiretamente com as consequências da Guerra na Ucrânia, ainda demonstram, por várias razões, relutância em apoiar as posições ocidentais em relação à agressão russa. Uma das razões, prende-se com a existência de uma grande dependência de vários Estados africanos da entrega de equipamentos, o que é típico de governos autocráticos que tendem a suprimir movimentos de oposição pela força das armas (Kohnert, 2022, p. 15).

Na era atual, a “Grande Estratégia” russa assistiu a uma evolução, na qual utiliza Forças não convencionais para expandir a influência, como o WG (Bristow, 2019, p. 11). A Federação Russa tem utilizado as PMC como uma importante componente da sua estratégia de guerra irregular (Jones, Doxsee, Katz, McQueen, & Moye, 2021, p. 1), sendo utilizadas pela Rússia por forma a ampliar a sua influência externa, através de apoio a governos soberanos de Estados frágeis, essencialmente através da garantia de segurança em troca de concessões (Arnold, 2019, p. 53).

Desde o final de 2021, o envolvimento russo com as autoridades malianas ganhou a atenção internacional. Com a retirada francesa do Mali, a Rússia é um dos atores internacionais prontos para preencher o vazio deixado por Paris. Após o fim da operação



militar *Barkhane* em 2021, começaram a surgir rumores sobre o aumento da cooperação militar entre Moscovo e Bamako e a implementação do WG no terreno (Lanfranchi & Bruijne, 2022, p. 34). Após a implementação do WG, o Conselho Europeu adotou medidas restritivas contra a empresa, bem como a entidades ligadas à mesma, já que esta PMC recrutou, treinou e enviou combatentes para zonas de conflito por forma a explorar ou saquear recursos naturais e a intimidar a população, violando assim o Direito Internacional dos Direitos Humanos (Thompson, Doxsee, & Bermudez, 2022).

Ao fornecer proteção às autoridades malianas, o WG fortaleceu laços com a Junta Militar, aumentando assim a sua influência e o acesso a recursos naturais, o que fez com que a França e os EUA alertassem o governo do Mali sobre os riscos da contratação desta PMC. Com isto, as nações ocidentais deveriam fortalecer as relações diplomáticas e apoiar os seus parceiros da sociedade civil, garantindo que essas parcerias sejam mutuamente benéficas (Latorre, 2022).

4.2.8. Alemanha

Tal como a França, a Alemanha concentrou enormes esforços na resolução do conflito armado na República do Mali, essencialmente na segunda metade da década de 2010. Desde que se juntou à resolução do conflito, em fevereiro de 2013, a Alemanha tem usado ativamente a cooperação como meio de mostrar a sua posição forte em relação aos países da África Ocidental e ao Mali em particular, tal como referido por sensivelmente metade dos entrevistados. Assim, as Forças da *Bundeswehr* (Forças Armadas Alemãs) foram simultaneamente incluídas na missão da EUTM Mali e na AFISMA que se converteu na MINUSMA em 2013 (Mirzekhanov & Trunov, 2021, p. 225; Federal Foreign Office, 2022).

Para Berlim, o Sahel é uma prioridade da sua PE de segurança e desenvolvimento, onde até 2021 tinham participado 1.100 militares, sendo que, 20 Oficiais participaram na MINUSMA, 450 militares na EUTM Mali (incluindo o comando da Força), apoiando também as missões da EUCAP Sahel Mali e EUCAP Sahel Níger. Igualmente, forneceu assistência financeira (494 milhões de euros desde 2016) com reforço de capacidades e na estabilização regional do Mali, Burkina Faso e Níger, aumentando em 50 milhões de euros a sua contribuição a partir de 2020. Por fim, em 2017, juntamente com a França e os Estados-membros da UE, formaram a Aliança do Sahel³³, cujos membros incluem países da UE, o

³³ Esta Aliança pretende ajudar os países do Sahel a restaurar as bases de sociedades estáveis, de forma a criar um desenvolvimento sustentável na região através do apoio e financiamento a mais de um milhar de projetos - <https://www.alliance-sahel.org/en/>



Banco Mundial (BM), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (Federal Foreign Office, 2021).

A chegada do WG ao Mali levou à suspensão da componente de formação da EUTM e, conseqüentemente, à retirada alemã (Gridneff, 2022). Por outro lado, após o anúncio da retirada da operação francesa *Barkhane*, Berlim decidiu estender a sua participação na MINUSMA por um ano e aumentar o número de militares. Esta missão é atualmente o maior compromisso de segurança da Alemanha desde a sua saída do Afeganistão no verão de 2021 (Antil & Maurice, 2022; Stern, 2022). Em 22 de novembro de 2022, o Governo alemão decidiu propor ao *Bundestag*³⁴ a última prorrogação do mandato da intervenção das FFAA no Mali por mais um ano, a ter início em maio de 2023, com o objetivo de a missão terminar de forma estruturada em maio de 2024, após as eleições no Mali, agendadas para fevereiro desse ano. Este anúncio não surpreendeu a Junta Militar, já estando à espera que a Alemanha seguisse o mesmo caminho que a França (Krippahl, 2022).

Segundo Dennis Tull (2022), a Alemanha e a Europa, após a retirada da França do Mali, poderão não retirar benefícios se optarem pela mesma via, sugerindo que uma retirada geral sem coordenação prévia seria contraproducente. Neste contexto, uma retirada alemã, e em última análise, uma retirada europeia, seria um sinal de fraqueza a nível europeu em relação a concorrentes estratégicos como a Rússia, China e Turquia que se encontram a avaliar a capacidade da PCSD europeia para atuarem no Mali e no Sahel em geral.

É do interesse alemão e dos parceiros europeus contribuir para a luta contra o alargamento das zonas de violência, que hoje invadem os territórios dos outros países da África Ocidental, e ajudar os Estados a gerir as consequências desta violência, como a deterioração da situação humanitária. Um colapso da segurança na região central do Sahel teria efeitos não apenas na África Ocidental, mas também no Magrebe e, por meio de novos movimentos migratórios, na bacia do Mediterrâneo. O compromisso alemão passa pelo reforço e redefinição da sua ajuda ao desenvolvimento e pela cooperação mais sistemática e coordenada com a França, ainda mais necessária numa conjuntura internacional conturbada (Federal Foreign Office, 2021; Antil & Maurice, 2022).

4.2.9. China

Desde 1976, após a ascensão de Deng Xiao Ping ao poder, que a China iniciou a construção de uma passagem para o mundo por forma a modernizar-se e a alcançar um maior

³⁴ Parlamento da República Federal da Alemanha.



poder económico. As exportações foram aumentando ao longo dos anos (em 2010 ultrapassou a Alemanha a nível de exportações mundiais) e apareceu a necessidade de importações de matérias primas e energia para alimentar o sistema produtivo e a economia. Esta necessidade de procura de recursos de todo o tipo, incluindo alimentares, levou, por exemplo, á criação de uma frota pesqueira com cerca de 2.500 navios que operavam à escala global, incluindo nas costas dos países africanos (Herráez, 2019, p. 195).

A China emergiu como um importante ator económico, político, mas também de segurança em África, como resultado da sua política “*Going Out*”³⁵ iniciada oficialmente em 2001 e da implementação da *Belt and Road Initiative* (BRI) desde 2013 (European Parliament, 2019; Nantulya, 2019, Herráez, 2019), que segundo (Ribeiro, *op. cit.*), os interesses de Pequim na região do Mali, “[...] são os mesmos que detém em todo o continente africano, decorrente do estabelecimento da *Belt and Road Initiative* [...]”.

Relativamente às relações bilaterais chinesas com o Mali, estas desenvolveram-se em várias áreas, como na área política, socio-cultural, económica (sendo o quarto país importador) e também na área da segurança e defesa. O envolvimento da China com o Mali (considerada por aproximadamente metade dos entrevistados como ator relevante) é motivado por uma série de fatores, dos quais três se destacam. Primeiro, o papel chinês na MINUSMA, onde Pequim afirmou ser um país responsável que contribui para a paz e segurança mundial. Em segundo lugar, o Mali é parte de um complexo conflito regional no Sahel, afetando por isso a estratégia da BRI. Finalmente, o acesso ao mercado é outro fator, sendo a reconstrução pós-conflito muito lucrativa para empresas estatais chinesas envolvidas na reconstrução de infraestruturas no país (Lanteigne, 2019; Benabdallah & Large, 2020; Devermount, 2020).

4.3. Síntese Conclusiva

Pelo referido, e em resposta à QD1 – Quais os desafios securitários para a Europa provenientes do Sahel (Mali) e quais os *stakeholders* presentes no Mali?, conclui-se que o tráfico de droga, as migrações clandestinas, o tráfico humano e o terrorismo são os principais desafios securitários para a Europa. Relativamente aos principais *stakeholders* presentes na região do Mali, apurou-se que vão desde Organizações Internacionais, a Estados com relações bilaterais, bem como à coligação militar do G5S.

³⁵ A política “*Going Out*” foi promovida em 1999 por Jiang Zemin, centrada na internacionalização da economia chinesa, traduzida pela transição da República Popular da China de país recetor para país promotor de investimento direto estrangeiro - <https://www.diplomaticourier.com/posts/china-s-going-out-strategy>



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

O Mali, bem como os restantes países do Sahel, compartilham a propagação de riscos e ameaças que representam todo o tipo de tráfico ilícito, a instabilidade devido às recorrentes revoltas Tuaregues contra as autoridades de Bamako, o fenómeno do terrorismo jihadista-salafista, bem como o aumento da escassez alimentar e outras consequências humanitárias. Devido a um aumento de instabilidade no Mali, a UE estará sujeita a graves problemas de migração forçada e tráfico humano, destinado a mão-de-obra escrava e prostituição, possíveis ataques terroristas e ao aumento do fluxo de tráfico de droga e armas, sendo esta uma das atividades criminosas transnacionais mais lucrativa. Verifica-se segundo especialistas, a necessidade de adotar uma visão compreensiva e integrada pelos Estados-membros da UE, por forma a existir um alinhamento estratégico coerente entre os objetivos políticos, securitários e de desenvolvimento no Mali.

No que concerne aos principais *stakeholders* presentes na região do Mali, apurou-se que a ONU, através da MINUSMA a atuar no território desde 2013, tem permanentemente procurado integrar os insurgentes através do programa DDR, por forma a conseguir bloquear as rotas migratórias responsáveis pelo comércio ilícito, e tem sido um ator importante no apoio á população e ao governo maliano. A UE através das suas missões no âmbito da PCSD, tem procurado afirmar-se como ator chave de segurança regional, onde a EUTM Mali desenvolve atividades de treino, educação/mentoria e aconselhamento estratégico, por forma a contribuir para a estabilização regional e para a restauração do estado de autoridade em todo o território do Mali em estreita coordenação com a ONU e a CEDEAO.

Por sua vez, a UA iniciou a estratégia para o Sahel em 2014, sendo a MISAHÉL responsável pela implementação da mesma, desenvolvendo para tal, atividades com outras estruturas da UA na região por forma a alcançar a paz e estabilidade. A CEDEAO é um ator com um papel importante no processo de transição do Mali, estando interessada na estabilização e segurança regional. Já o G5S, procura resolver os problemas de segurança cooperando regionalmente, onde o foco atual está no combate aos grupos armados e grupos jihadistas que trazem problemas securitários para a região. Para travar estas ameaças, criou em 2017 uma força militar conjunta designada G5S JF, onde os países partilham informações e cooperam com os outros atores presentes na região, como a ONU, a UE ou a França. Em 2022, o Mali anunciou a retirada de toda a estrutura do G5S, sendo uma incógnita o futuro panorama securitário da região.

Relativamente aos Estados e no que respeita à França, que anunciou em 2022 a retirada das suas FFAA do Mali, desde a Operação *Serval*, passando pela *Barkhane* e *Takuba*, sempre



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

se focou na redução da ameaça terrorista e em ajudar o país na organização da governação e na estabilização. Atualmente, a Alemanha está empenhada militarmente no país através da participação na MINUSMA e após a retirada francesa e o anúncio mais recente da retirada do Reino Unido, terá de unir esforços com a UE por forma a que a segurança na região não colapse, o que iria gerar problemas securitários para o espaço europeu e para o Sahel como um todo. A Rússia procura ampliar a sua influência externa através do uso do WG na região, ao oferecer serviços de segurança, entrega de armamento e equipamento em troca de concessões, aproveitando a saída francesa para demonstrar uma postura oportunista, destabilizando a UE e a região, e afirmar-se como um competidor estratégico. Por fim, a China é igualmente um Estado competidor em todo o Sahel, envolvendo-se militarmente nas missões da ONU, pretendendo a estabilidade da região onde se inclui o Mali, por forma a não abalar a sua estratégia da BRI, focando-se nas vantagens económicas na reconstrução pós-conflito.



5. Estratégia Europeia e Estratégia Nacional para o Sahel

Neste capítulo apresenta-se a estratégia europeia para a região do Sahel no seguimento da sua Estratégia Global e da Bússola Estratégica (BE), por forma a compreender a abordagem integrada da UE relativamente àquela região, bem como, a estratégia nacional para o Sahel, de modo a entender as relações, interesses e prioridades de Portugal naquela região.

5.1. Estratégia da União Europeia para o Sahel

5.1.1. A Estratégia Global da União Europeia

A Estratégia Global da União Europeia (EGUE)³⁶, surge no seguimento da Estratégia Europeia de Segurança (EES), sendo caracterizada como realista, modesta e construtivista num mundo mais conectado, contestado e complexo (Jain & Pandey, 2019, p. 101), posicionando-se como o segundo maior documento estratégico oficial da UE em matéria de política e segurança externa.

Enquanto a estratégia inicial identificava as áreas geográficas e temáticas de atuação dos Estados-membros no contexto de segurança internacional, o documento subsequente consensualizou o nível de ambição concreto para a segurança e defesa do espaço europeu e agilizou modalidades de ação de o operacionalizar (Nunes, 2021, p. 76). Os novos desafios que a Europa enfrentava como a instabilidade de vizinhos a Sul, o terrorismo, as alterações climáticas, a migração ilegal e o cibercrime, exigiam uma resposta estratégica da organização como ator internacional (Marcinkowska, 2020, p. 22).

Foi assim elaborada como resposta à necessidade de um espaço europeu mais forte em tempos de crise, definindo os interesses, princípios e prioridades dos Estados-membros num mundo mais conectado, mais contestado e mais complexo, tornando-se vital a união de todo o espaço europeu e o apoio ao multilateralismo, representando assim a expressão de uma UE unida em enfrentar os desafios e as oportunidades globais (Tocci, 2017, p. 53; Reis, 2018, p. 40; Mogherini, 2019, p.8).

A capacidade de lidar e de ultrapassar estes desafios encontra-se bem vincada na PE e de segurança da UE, já que a instabilidade nos países vizinhos traz riscos e ameaças para toda a Europa (Missiroli, 2017, p. 7). Com a EGUE, existiu a necessidade de reforçar a manutenção e consolidação da paz e segurança, realçando a importância do nexo segurança

³⁶ A EGUE tem o nível de ambição de dar resposta aos conflitos e crises externos, desenvolver as capacidades dos parceiros e proteger a UE e os seus cidadãos - https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/eu_global_strategy_2019.pdf



externa-interna, principalmente na prevenção de conflitos e promoção da paz e segurança na vizinhança. Este vínculo, bem como a ligação desenvolvimento-segurança, passou a assumir uma centralidade ímpar na forma como a UE se passou a projetar a nível internacional (Vieira, Ribeiro, & Seabra, 2021, p. 119).

Em paralelo, a PCSD, parte integrante da Política Externa de Segurança Comum (PESC)³⁷, é o instrumento que atua no domínio da gestão de crises, que cumpre tarefas que se encontram definidas na EES (Silva, 2021). A EGUE reforça o papel da PCSD e projeta a sua estratégia, passando “[...] também a enquadrar novas estruturas políticas e militares dentro da própria UE, bem como prever a possibilidade de missões civis e militares em países terceiros.” (Vieira, Ribeiro, & Seabra, 2021, p. 119).

A EGUE destacou cinco prioridades estratégicas para a PCSD e para a Implementação do Plano de Segurança e Defesa e determinou, ainda em 2016, o correspondente nível de ambição que permitiria alcançar os principais objetivos na implementação da estratégia em termos de segurança e defesa: (i) resposta a conflitos e crises; (ii) reforço das capacidades dos parceiros; e (iii) proteção da UE e dos seus cidadãos (Baltazar, 2021, p. 86).

Cerca de 4.000 militares e civis da UE estão atualmente destacados em missões e operações da PCSD em três continentes (EEAS, 2023), contribuindo para um mundo mais estável e contribuindo para uma Europa mais segura. Segundo Josep Borrel³⁸, Alto Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e Vice-Presidente da Comissão Europeia, a diplomacia requer ações para alcançar o sucesso, onde as missões e operações da PCSD são um pilar inestimável da segurança e defesa do espaço europeu, sendo o sucesso destas missões e operações no terreno, um exemplo tangível da ação da UE na segurança global.

5.1.2. A Bússola Estratégica

A BE surge em junho de 2020 como iniciativa dos Estados-membros, sendo um projeto que se desenvolveu em quatro Presidências do Conselho Europeu³⁹, e foi aprovada pelo mesmo em março de 2022.

A BE visa proporcionar orientações sobre a PCSD da UE, bem como estabelecer um entendimento comum das principais ameaças e desafios que se colocam à Europa, a curto e

³⁷ A PESC foi instituída através do Tratado da União Europeia (TUE), em 1993 e foi atualizada em 2009 pelo Tratado de Lisboa.

³⁸ No início de 2023, a PCSD engloba nove missões/operações militares e 12 missões civis-
https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/documents/EU-mission-and-operation_2022.pdf

³⁹ Alemanha, Portugal, Eslovénia e França.



médio prazo, apresentando uma direção mais clara e uma visão mais comum para a ação da UE nos domínios de segurança e da defesa ao longo dos próximos cinco a dez anos (Conselho Europeu, 2022c).

Em novembro de 2020, foi apresentado o processo de avaliação de ameaças⁴⁰, numa visão a 360 graus sob coordenação do Alto Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e que contou com os contributos dos Serviços de Informações dos 27 Estados-membros e do Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE), onde a identificação de ameaças deverá ter contemplado contingências e cenários possíveis (Baltazar, 2021, p. 69).

Em janeiro de 2022, o então Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, salientou a importância da BE na qual, “pela primeira vez, a UE se assume como tendo relevância geopolítica e explica como essa relevância se deve demonstrar nos próximos quatro, cinco anos”, acrescentando que a mais recente versão do projeto de nova estratégia da defesa do espaço europeu já incorporava algumas preocupações portuguesas (República Portuguesa, 2022).

A BE assenta numa estratégia e num plano de ação, cujos objetivos assentam em quatro pilares: (i) criar parcerias para fazer face a ameaças comuns; (ii) agir com rapidez e determinação em tempos de crise; (iii) investir em capacidades e tecnologias; e (iv) garantir a segurança face a ameaças e proteger os cidadãos da UE (Conselho Europeu, 2022c).

Esta iniciativa ajuda assim a indicar o caminho para as futuras ações da UE e a enfrentar ameaças crescentes, como as rivalidades económicas, a concorrência geopolítica, o desenvolvimento tecnológico e a desinformação, a crise climática e a instabilidade regional e mundial (Conselho Europeu, 2022c). E muitas destas ameaças, como já demonstrado no capítulo quatro da presente investigação, provêm da região do Sahel, onde a UE adotou uma estratégia regional, além das outras duas existentes em África⁴¹ de acordo com o Acordo de Cotonu⁴² e a Estratégia Conjunta África-UE.

⁴⁰ Documento classificado.

⁴¹ Corno de África e Golfo da Guiné.

⁴² O acordo de Cotonu foi adotado em 2000 estabelecendo o quadro geral para as relações da UE com os países de África, das Caraíbas e do Pacífico. O novo acordo pós-Cotonu constituirá o novo quadro jurídico e orientará as relações políticas, económicas e de cooperação entre a UE e 79 membros da Organização dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico (OEACP) ao longo dos próximos vinte anos -

<https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/cotonou-agreement/>



5.1.3. Estratégia da União Europeia para o Sahel

Tal como referido anteriormente, um dos pilares em que assentam os objetivos da BE, é a criação de parcerias para fazer face a ameaças comuns. Este pilar tem sido empregue em referência às relações UE-África desde o Tratado de Roma⁴³ em 1957, mas foi preciso esperar até 2000 para se realizar, sob iniciativa Portuguesa, a primeira cimeira entre as duas partes (Ferreira & Oliveira, 2021, p. 1). Na I Cimeira UE-África, realizada na cidade do Cairo, esta parceria foi reforçada através da institucionalização do diálogo entre as duas partes onde foram “lançados processos de democratização e reforma que estão a ser aprofundados, tanto em África como na Europa, e prosseguem os esforços em ambos os continentes no sentido de dar resposta às situações de conflito e de crise.” (Conselho Europeu, 2011, pp. 15-16).

Recentemente, aconteceu na cidade de Bruxelas, entre 17 e 18 de fevereiro de 2022, a VI Cimeira UE-África, copresidida por Charles Michel, presidente do Conselho Europeu, e Macky Sall, presidente do Senegal e da UA. Os dirigentes das duas partes definiram uma visão conjunta para uma parceria renovada, sendo os objetivos da mesma a solidariedade, a segurança, a paz e o desenvolvimento, e a prosperidade económica sustentável e sustentada para os cidadãos das duas Uniões. Desta parceria destaca-se o reforço da cooperação em matéria de paz e segurança, onde as duas partes manifestaram o seu empenho em promover a cooperação, através de formação, reforço de capacidades e equipamentos adequados, como também reforçar e intensificar as operações de paz autónomas das Forças de defesa e segurança africanas, através de missões e medidas de assistência da UE (Conselho Europeu, 2022b).

Para além das cimeiras realizadas entre ambas as partes, e da cooperação em vários quadros diferentes, como o Acordo de Cotonu e a Estratégia Conjunta África-UE anteriormente referidos, o Conselho Europeu adotou três estratégias regionais. Uma das três

⁴³ Tratado que instituiu a Comunidade Económica Europeia (CEE) - <https://www.europarl.europa.eu/about-parliament/pt/in-the-past/the-parliament-and-the-treaties/treaty-of-rome>



estratégias regionais que a UE adotou para África além do Corno de África⁴⁴ e do Golfo da Guiné⁴⁵, foi a da região do Sahel⁴⁶.

Em 21 de março de 2011, a UE apresentou a ESDS⁴⁷. Três anos mais tarde, a 17 de março de 2014, a estratégia foi revista incluindo o Burkina Faso e o Chade aos países já incluídos. Com isto, esta estratégia passou a abranger todos os países do G5S que tinha sido formado no mês anterior, a 16 de fevereiro de 2014 (Lucia, 2017, p. 456; Pichon, 2020).

Já em 20 de abril de 2015, o Conselho Europeu apresentou as conclusões do Plano de Ação Regional para o Sahel⁴⁸, para o período 2015-2020. Tendo em conta as críticas à execução da ESDS e os novos riscos relacionados com a queda do regime líbio, as rebeliões no Norte do Mali e a ascensão do *Islamic State in Iraq and the Levant*, também conhecido por *Daesh*, este Plano veio reforçar a dimensão de segurança e salientar a necessidade de cooperação entre todos os intervenientes.

Este Plano constituiu a base sólida para a prossecução dos objetivos da ESDS e “[...] foi desenvolvido com o intuito de contemplar um conjunto diversificado de instrumentos, numa abordagem compreensiva, incluindo a ajuda económica ao desenvolvimento e de valências civis e militares para apoiar a reforma do setor de segurança e da defesa.” (Pichon, 2020; Cruz, 2021, p. 43). Relativamente a estas valências, é exemplo a missão da EUTM Mali, cujo detalhe da participação das FFAA portuguesas será desenvolvido no sexto capítulo desta investigação.

⁴⁴ Com o objetivo de reforçar e aprofundar a sua relação estratégica e a sua parceria com o Corno de África e os respetivos países, nomeadamente com vista a reduzir a instabilidade, promover a democracia e o crescimento sustentável - <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2015/10/26/fac-conclusions-horn-africa/>

⁴⁵ Destinada a apoiar os esforços da região e dos seus estados costeiros na resolução dos vários desafios em termos de insegurança marítima e crime organizado - <http://www.consilium.europa.eu/media/28734/141582.pdf>

⁴⁶ Esta estratégia realça a importância de uma parceria sólida e a longo prazo entre a UE e o Sahel, bem como do reforço dessa parceria através de uma estratégia ambiciosa que estabeleça o quadro para as políticas e ações europeias na região - <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2021/04/19/sahel-council-approves-conclusions-on-the-eu-s-integrated-strategy-in-the-region/>

⁴⁷ Este documento centrou-se em quatro vetores de ação, sendo eles: (i) o desenvolvimento; (ii) a boa governação e resolução de conflitos internos; (iii) a segurança política e diplomática e Estado de direito; e (iv) por fim, a luta contra o extremismo violento - https://eeas.europa.eu/archives/docs/africa/docs/sahel_strategy_en.pdf

⁴⁸ O Plano reafirma o contínuo envolvimento da UE na região do Sahel e o seu apoio a condições sustentáveis e inclusivas de desenvolvimento político e socioeconómico, ao reforço dos direitos humanos, da governação democrática, do Estado de direito e da resiliência, em resposta à crise multifacetada do Sahel - <https://www.consilium.europa.eu/media/21522/st07823-en15.pdf>



Em 2021, após os incidentes no Chade com a morte repentina do presidente Idriss Déby e consequente governação do país por Forças militares, bem como as repercussões dos golpes militares em agosto de 2020 e maio de 2021 no Mali, demonstraram que a região do Sahel continua politicamente instável. Esta fragilidade política e a falta de legitimidade dos governos trouxeram um desafio ainda maior às questões humanitárias e de segurança do Sahel. Surgiu com isto, a nova Estratégia Integrada da União Europeia para o Sahel⁴⁹, cujo objetivo passa por fortalecer a ação ao nível político, incidindo o foco em mecanismos de governação, direitos humanos e colaboração com a sociedade civil e com as autoridades locais, mantendo a cooperação de segurança com os Estados da região (European Parliament, 2021a; Freitag, 2021).

Segundo as conclusões do Conselho sobre esta nova estratégia, a UE, pretende reforçar e aprofundar a sua ligação com o G5S, os seus Estados-membros, as suas instituições e as populações, onde através de um “[...] espírito de responsabilização mútua e com base em compromissos concretos palpáveis para as populações afetadas, a UE pretende poder contribuir ainda mais para a consolidação da democracia, da paz e estabilidade e do desenvolvimento sustentável do Sahel, em prol das populações da região.” (Conselho da União Europeia, 2021, p. 18).

Para alcançar esse objetivo, mantendo o foco na segurança, será necessário dar igualmente importância ao desenvolvimento económico e social da região. Conservando como prioridades a luta contra o terrorismo e a reforma do sistema de segurança, esta nova estratégia integrada incorpora também a governação, a luta contra a corrupção, a luta pelos Direitos Humanos e igualdade de género, as oportunidades para os jovens e o desenvolvimento inclusivo e sustentável, o apoio no combate às alterações climáticas e o apoio à resiliência das populações, como prioridades estratégicas (Conselho da União Europeia, 2021; Alcojor, 2022, pp. 26-27).

Relativamente à estratégia da UE para o Sahel, a maioria dos entrevistados considera que a mesma se caracteriza principalmente pelo contributo dado para o desenvolvimento e segurança na região. Para Ribeiro (*op. cit.*), “A conceção da atual estratégia é teoricamente correta, em particular na perspetiva da sua abrangência, combinando os diferentes vetores para se conseguir umnexo entre a segurança e o desenvolvimento”. Já Varregoso (*op. cit.*), refere que “A estratégia da Europa para o Mali e para a região do Sahel é apoiar o desenvolvimento do Estado e das suas Instituições, incluindo as Forças de Segurança e

⁴⁹ As conclusões do Conselho da UE sobre esta nova estratégia foram aprovadas por procedimento escrito em 16 de abril de 2021 - <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-7723-2021-INIT/pt/pdf>



Forças Armadas, por forma a criar as condições para que esses países possam garantir a autoridade do Estado e a segurança das populações [...]”.

Relativamente às lacunas da estratégia, metade do universo de entrevistados, considera a difícil compreensão e aceitação local. Para Maio (*op. cit.*), a estratégia é caracterizada como “[...] complexa, com uma série de instrumentos, com uma multiplicação de iniciativas, que talvez fazem sentido do ponto de vista europeu, mas uma estratégia deste tipo só resulta, se os Estados do Sahel e o próprio Sahel entender a estratégia e se envolver na sua aplicação.”, referindo ainda que a mesma não está a resultar realçando o papel de alguns Estados no delinear das estratégias da UE, como o caso da França, que através da decisão de retirar a missão *Takuba* e *Barkane*, altera o rumo da estratégia, criando uma lacuna essencial. Esta ideia é igualmente corroborada por Ribeiro (*op. cit.*), referindo que o problema “[...] tem estado essencialmente no modelo mais europeu que africano, o que tende a ser a médio e longo prazo de difícil implementação e aceitação local [...]”.

5.2. Estratégia Nacional para o Sahel

5.2.1. Posicionamento geopolítico e geoestratégico de Portugal

Augusto Santos Silva, anterior Ministro dos Negócios Estrangeiros, prefere olhar para a PE como um hexágono, onde “[...] a tradicional imagem geométrica de um quadrado – com, de um lado, a União Europeia, do outro o Atlântico Norte e nos restantes a CPLP e as nossas comunidades – não basta para representar, hoje, a política europeia e externa.” Considera, portanto, duas orientações de PE para completar a figura geométrica, que, pela sua centralidade e robustez, vão ganhando relevo próprio. Uma é a internacionalização onde se inclui a economia, língua, cultura e sistema científico e tecnológico e a outra é o multilateralismo, “[...] no duplo sentido que decorre da nossa maneira de conceber a ação no mundo, em fidelidade à Carta das Nações Unidas e ao direito internacional, e do nosso empenhamento nas organizações e agendas multilaterais.” (Silva, 2019, p. 2).

Segundo o mesmo autor (2019, pp. 5-6), a atual PE portuguesa caracteriza-se como “[...] estável, ponderada e complexa, vinculada àquela que dimana da União Europeia e, nos aspetos pertinentes, da Aliança Atlântica, e mantendo uma importante margem de autonomia e diferenciação nacional, vem consolidando um posicionamento geopolítico [...]”. Este posicionamento geopolítico é representado por quatro círculos concêntricos, “[...] se colocarmos Portugal no meio e os descrevermos como os sucessivos espaços do nosso relacionamento, quer multilateral, quer bilateral.”.



O primeiro círculo é traçado pela história, geografia e o decorrente alinhamento geoestratégico onde se situam a UE, OTAN e CPLP. O segundo círculo, é “[...] um círculo de afinidades geo-históricas, construído quer na longa duração das relações políticas e sociais, quer por decisões enformadoras da política externa da democracia portuguesa.”, onde se inserem a África, com a projeção a surgir mais recentemente em direção ao Sahel e à África Central, sobretudo em questões de paz, segurança e capacitação institucional, mas também a América Latina. O terceiro círculo é representado pelas relações seculares, “[...] em geral caracterizadas pela não conflitualidade, a facilidade de relacionamento e o respeito mútuo.”, como o caso do mundo árabe, a Índia, a China, vários países do Sudeste Asiático, bem como duas grandes nações da Ásia Oriental, o Japão e a República da Coreia. Por fim temos o círculo maior de todos, que é a Ordem Internacional, “[...] fundada em regras e a sua organização universal, as Nações Unidas.”, onde nesta organização, bem como em todas as estruturas de cooperação, como a UNICEF, UNESCO, OMS, etc..., “[...] Portugal está presente e é ativo, exatamente porque aí encontra o quadro sistémico que confere sentido ao seu posicionamento e ao dinamismo das suas relações.” (Silva, 2019, pp. 6-10).

Portugal tem interesses estratégicos diretos no “[...] grande arco que vai do Magrebe, do Sahel e da África Central até à Ásia Central e constitui uma fronteira de segurança para a União Europeia de que somos membros.” (Silva, 2019, p. 27). As maiores ameaças ao flanco sul da UE, podem emergir e por esta razão, Portugal considera prioritário fomentar a coordenação, num espírito de complementaridade e não de duplicação entre os instrumentos de segurança e defesa existentes, respeitando a sua especificidade e, se necessário, viabilizar novas ferramentas que projetem estabilidade e possam garantir um círculo de defesa de 360 graus em torno do espaço europeu, onde se inclui portanto o sul do mediterrâneo (Pereira, 2018, p. 276).

Para a quase totalidade dos entrevistados, os interesses nacionais na região do Sahel estão alinhados com os interesses europeus, onde segundo Pereira (*Op. Cit.*) “Portugal segue a posição de um Estado-membro da UE, comunga da maioria dos interesses da UE e tem especial atenção ao impacto da ameaça terrorista na zona do Golfo da Guiné e a sua progressão para Sul [...]”. De igual forma, Maio (*Op. Cit.*) refere que “Os interesses nacionais, [...] se inserem no contexto dos interesses internacionais europeus [...]”, sendo estes “[...] claros e consideráveis no contexto do continente africano como um todo e o Sahel é uma área importantíssima que convém estabilizar, porque uma das preocupações é que esta instabilidade seja exportada e isso é já um sinal evidente para outros países limítrofes.”, ideia



corroborada por Silva (entrevista por *email*, 28 de março de 2022) e por Gapo (entrevista por *email*, 04 de maio de 2022). Por fim, Ribeiro (*Op. Cit.*), enfatiza que “[...] os Estados europeus seguem uma perspetiva de interesses alinhadas com a UE. Assim parece ser também o caso nacional, particularmente nesta região africana, que não tem as mesmas características da África lusófona ou com a qual Portugal tem relações históricas e culturais, mais evidentes.”

5.2.2. Bilateralismo, Multilateralismo e Bimultilateralismo

Como refere Teixeira (2010, p. 59), “No plano bilateral, é óbvio, mas não poderá deixar de se dizer que é do interesse estratégico de Portugal o reforço das relações com os países de expressão portuguesa. E não só no campo político, mas também no domínio económico”. Como referido anteriormente, ao nível bilateral, Portugal mantém centrada a sua cooperação “nos PALOP e em Timor-Leste” (Presidência do Conselho de Ministros, 2014), e mantém relações bilaterais com um único país do G5S, a Mauritânia (acordo bilateral assinado em 2010). Nenhum dos países tem representação diplomática residente, já que o embaixador residente em Dakar (Senegal) é simultaneamente não residente no Burkina Faso, Mali e Mauritânia e o embaixador residente em Abuja (Nigéria) é conjuntamente não residente no Chade e no Níger (Moita, Pinto, & Pereira, 2019, p. 198; Calmeiro, 2021, p. 29).

Para Pereira (*Op.Cit.*), “As relações bilaterais de Portugal com o Mali são as de um Estado europeu que integra uma Missão não executiva da UE e que não dispõe, para já, de outras relações bilaterais, em matéria de defesa. O pessoal ali empenhado dispõe do estatuto acordado entre a UE e o Mali. Tudo o restante, são as normais relações com países que não se encontram ligados por nenhum tratado comum, além da Carta das Nações Unidas”. Já Maio (*Op.Cit.*), refere que “O Mali tem sido um país muito instável, não é fácil ter uma relação bilateral consistente com um país nestas condições. Também o tentamos fazer com a RCA, sendo uma tarefa complexa. Não me refiro somente às relações bilaterais no domínio da defesa, refiro-me também a outras áreas com importância nas relações entre Estados, nomeadamente nas questões políticas, diplomáticas, económicas obviamente, sendo isso o motor dessas relações.”

“A UE é o espaço multilateral que assume maior relevância na política de cooperação nacional, quer em termos político-institucionais, quer em relação a contribuições financeiras [...]”, onde “[...] Portugal participa no esforço de apoio ao desenvolvimento de todos os países e regiões do mundo (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 2005, p. 8).



Portugal, enquanto país com uma vocação verdadeiramente global, aposta no multilateralismo como condição necessária para uma ordem internacional baseada na conciliação e no respeito das regras além-fronteiras, já que é membro de quase todas as grandes organizações. Está ciente de que, ao cooperar com outros parceiros externos na busca de objetivos compatíveis, o país ganha peso e influência, como também consegue maximizar a sua presença e predomínio e superar as constantes limitações de meios ainda mais acentuadas pela ampla dispersão dos interesses nacionais. Com o atual número de desafios internacionais, Portugal promove ativamente o multilateralismo, sendo uma marca da sua PE e um dos seus principais objetivos políticos, bem patente na importância contínua que Portugal tem dado às Nações Unidas como elemento central da ação multilateral nas questões que compõem a agenda internacional (Pereira, 2018, pp. 281-282).

A Estratégia Portuguesa de Cooperação Multilateral⁵⁰ (2015, p. 42) refere que “ao nível multilateral, o enfoque no continente africano e, particularmente, nos países menos avançados e em situação de fragilidade” é uma característica de “continuidade, inerente à política e ao sistema da cooperação portuguesa até ao presente.”.

Já na Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030⁵¹, Portugal defende uma atenção particular aos países menos avançados (na sua maioria em África), onde no “âmbito da UE, salienta-se o contributo específico de Portugal para colocar África no topo da respetiva agenda, em vários quadros de atuação e instrumentos da ação externa da UE, bem como para a concretização dos mecanismos que incorporam esse relacionamento.”.

Em 16 de fevereiro de 2021, na Cimeira do G5S, aquando da intervenção do Primeiro-Ministro português⁵², António Costa referiu que “África será sempre uma prioridade para

⁵⁰ O documento de orientação estratégica da cooperação portuguesa intitulado “Uma visão estratégica para a cooperação portuguesa”, aprovado pelo Conselho de Ministros em Dezembro de 2005 (RCM n.º196/2005, de 22 de Dezembro), estabelece os valores, os princípios e os principais objetivos estratégicos da cooperação portuguesa, constituindo-se como a resposta nacional aos desafios que o dinamismo e complexidade do contexto internacional impõem à cooperação portuguesa para o desenvolvimento enquanto importante componente da política externa nacional - https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/estrategia_cooperacao_multilateral.pdf

⁵¹ A Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030, que vem substituir o Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020, foi apresentado publicamente a 12 de janeiro de 2023, constituindo-se como um instrumento orientador da política pública de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, eixo fundamental da PE do Estado português - <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/documento?i=-estrategia-da-cooperacao-portuguesa-2030>

⁵² Em 16 de fevereiro de 2021, o Primeiro-Ministro António Costa participou por videoconferência, no quadro da Presidência Portuguesa do Conselho da UE, na Cimeira de Chefes de Estado do G5S, reunido a 15 e 16 de fevereiro em N'Djamena, no Chade - <https://www.2021portugal.eu/pt/noticias/antonio-costa-participa-na-cimeira-do-grupo-dos-5-do-sahel/>



Portugal” e que “o Sahel é uma região estratégica para a UE, tendo em consideração os desafios de segurança e o seu papel no contexto regional mais vasto [...]”.

A maioria dos entrevistados considera que o multilateralismo predomina nas nossas relações, onde em relação ao Sahel e particularmente ao Mali, Ribeiro (*Op. Cit*) considera que “[...] as relações e os interesses de Portugal e da União Europeia em relação ao Mali, não parecem assumir diferenças significativas. Portugal não tem representação diplomática no Mali, mas tem uma representação diplomática para o Sahel⁵³, sediada em Portugal que frequentemente se desloca a essa região, e por outro lado, participa ativamente no âmbito da representação diplomática da União Europeia no Mali, para além da participação em todas as missões europeias e não só as que atuam no Mali.”. E são nestas missões militares que a investigação se irá centrar com a aplicação do instrumento militar como peça fulcral da cooperação multilateral, onde Portugal, com as suas FFAA, integra missões de Organizações Internacionais, mais especificamente da ONU e da UE, apesar de existir também na cooperação bilateral, projetos de Cooperação no Domínio da Defesa (CDD) com todos os PALOP.

Sendo o Sahel uma região de grandes dimensões, onde a crise atual é complexa, envolvendo um variado conjunto de atores regionais e internacionais, uma abordagem mais dinâmica, aproximando os países do G5S, combinando as relações bilaterais com as multilaterais poderia trazer vantagens numa linha de cooperação bicultural. Este conceito foi definido no documento intitulado “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”⁵⁴, realçando a ideia que a cooperação portuguesa deve estar à altura da evolução da cooperação internacional, encontrando “[...] maneiras de potenciar a cooperação bilateral, colocando-a em parceria com esforços multilaterais, e de, ao mesmo tempo, assegurar que os esforços do âmbito bilateral sejam dirigidos de forma coordenada no sentido da convergência com as intervenções de outros parceiros.”.

Esta nova forma de cooperação, relativamente à vertente de segurança e defesa, iria permitir a complementaridade e a partilha de responsabilidades entre os Estados e as organizações regionais, que conduziria à implementação inteligente e pró-ativa dos meios e

⁵³ Atualmente, o Embaixador José Moreira da Cunha é o enviado especial de Portugal ao Sahel, sendo responsável por acompanhar a situação na região - <https://observatoriodomundoislamico.pt/embaixador-jose-moreira-da-cunha-e-do-interesse-de-todos-que-se-verifique-quanto-antes-uma-aproximacao-entre-washington-e-teeraz/>

⁵⁴ Este documento ilustra a visão do Governo sobre a política de Cooperação e representa um mecanismo de diálogo credível junto dos diferentes atores nacionais e internacionais - https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/visao_estrategica_para_cp.pdf



das estruturas que, complementando fragilidades, potenciam uma PE de defesa, “[...] representando um paradigma de mudança para a cooperação militar em África, que Portugal deve saber capitalizar no quadro da sua política externa”. (Bernardino, 2019, p. 644).

5.2.3. A aplicação do Instrumento Militar

A aplicação do instrumento militar na PE portuguesa, iniciado a partir da década de 1990, passou a ter particular importância, com a participação das FFAA portuguesas em missões e operações militares da OTAN, ONU, UE e no âmbito da CDD com a CPLP. Como já referido no segundo capítulo, é no CEDN que se encontra refletido o quadro de atuação das FFAA portuguesas no âmbito do apoio à PE, e também onde é identificado o sistema de alianças e organizações internacionais em que Portugal se insere, realçando a UE entre as demais (Presidência do Conselho de Ministros, 2013, p. 8). No mesmo documento (2013, p. 37), está refletido que “As Forças Armadas devem constituir-se num instrumento militar [...] preparadas para cumprir missões de: [...] Resposta a crises internacionais ou conflitos armados, no âmbito dos compromissos assumidos nomeadamente com a OTAN e a UE;”.

O atual Conceito Estratégico Militar refere que as missões das FFAA portuguesas, além de outras, são definidas e integradas na segurança cooperativa, mais propriamente na participação “em operações e missões no âmbito da UE, a fim de contribuir para a promoção da paz e da segurança internacional”, bem como na cooperação e assistência militar, mais propriamente nas missões “[...] de natureza bilateral e multilateral”, e nas “ações no âmbito da Reforma do Setor de Segurança de outros países” (Ministério da Defesa Nacional [MDN], 2014, pp. 5-7).

A avaliação estratégica e o ónus da participação das FFAA portuguesas em missões internacionais, recai sobre os decisores políticos e os “agentes legalmente responsáveis pelo planeamento político-estratégico – Direção-Geral de Política de Defesa Nacional – e estratégico operacional – Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA).” (Dias & Freire, 2021, p. 125).

A nível das missões da UE em 2022, Portugal participou com as suas FFAA (equivalendo a 20% da totalidade de Forças empenhadas) em Forças Nacionais Destacadas⁵⁵

⁵⁵ O relatório sobre o “Envolvimento de militares portugueses” no exterior no 3º trimestre de 2022” evidencia como o envolvimento de militares nacionais em FND, END e CDD permanece primordial no apoio às políticas externa e de defesa nacionais, e reflete de forma expressiva a abordagem a 360º e o empenho nacional no cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo governo português - https://www.defesa.gov.pt/pt/comunicacao/documentos/Lists/PDEFINTER_DocumentoLookupList/20221108_Relatorio_Envolvimento-militares-Exterior-3TRI-2022.pdf



(FND) e Elementos Nacionais Destacados (END). Relativamente aos END, salienta-se a participação “[...] nas missões de treino EUTM MOZ, EUTM RCA, EUTM Mali, EUTM Somália e na missão EUNAVFOR ATALANTA (Somália).” (Direção-Geral de Política de Defesa Nacional [DGPND], 2022, p. 3). Neste contexto e tendo como referência a Diretiva n.º 31/CEMGFA/20 (2020, pp. 1-3), o Sahel é uma das áreas geográficas prioritárias na atuação externa do Estado Português, onde se insere o Mali.

Particularizando na EUTM Mali, esta missão tem o objetivo de “formar e aconselhar as Forças Armadas do Mali, contribuindo para aumentar a sua capacidade de defesa do território e proteção da população.” (MDN, 2022), procurando dar resposta às necessidades operacionais das FAMA e da G5S JF, bem como reforçar as condições para o controlo das FAMA por parte do poder político (civil) legítimo (Portaria n.º 301/2019, 2019).

A participação das FFAA portuguesas na EUTM Mali iniciou-se em 2013, com a liderança da missão no final de 2019 e primeiro semestre de 2020, estando a missão desde 2020 a decorrer no quinto mandato⁵⁶, com a participação de quinze militares das FFAA portuguesas, podendo ir até ao máximo de dezassete militares (MDN, 2022). A partir do segundo semestre de 2022, 12 militares retraíram para território nacional, ficando apenas três em missão, estando planeado a projeção de mais dois militares em janeiro de 2023, ficando a participação portuguesa na EUTM Mali com um total de cinco militares (Gabinete da Ministra de Defesa Nacional, 2022).

Do universo de entrevistados, a maioria considera que participação das FFAA portuguesas nesta missão, com o seu efetivo e capacidades, é proporcional aos interesses e possibilidades nacionais e cerca de metade dos entrevistados refere que é uma participação adequada à dimensão de Portugal. Pereira (*Op.Cit.*) salienta que “[...] está ao nível dos interesses e das possibilidades de Portugal [...]”. Maio (*Op.Cit.*) corrobora referindo que “[...] Portugal tem uma participação relevante nestas missões, [...] Portugal à sua dimensão, acho que tem tido um empenhamento muito acima do que seria o expectável, ou seja, em termos de proporcionalidade de empenhamento nestas missões. [...] Acho que é uma participação muito importante à nossa dimensão e que tem de ser vista no contexto mais alargado do nosso empenhamento das diversas missões PCSD da UE.” Por sua vez, Ribeiro (*Op.Cit.*) reforça a ideia, enaltecendo que “[...] a dimensão quantitativa e qualitativa da

⁵⁶ Na sequência da revisão estratégica da missão, o Comité Político e de Segurança recomendou, a 23 de março de 2020, que o mandato da EUTM Mali fosse alterado e prorrogado até 18 de maio de 2024 - <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32020D0434&from=EN>



participação nacional parece-me muito adequada [...]”. Por fim, Silva (*Op.Cit.*) refere que “A Estratégia de Portugal consiste em participar na defesa dos interesses europeus definidos para o Mali e que estão de acordo com a estratégia de Portugal para a região do Sahel [...] face à dimensão do nosso país e das nossas Forças Armadas, os efetivos presentes enquadram-se perfeitamente na realidade nacional.”.

5.3. Síntese Conclusiva

Em resposta à QD2 – Qual a estratégia europeia e estratégia nacional para o Sahel?, aponta-se que a EGUE, operacionalizou o nível de ambição concreto para a segurança e defesa do espaço europeu. A estratégia da PCSD é projetada através da EGUE encontrando-se no primeiro mês de 2023, cerca de 4.000 militares e civis da UE projetados em missões e operações da UE em três continentes, projetando assim a Europa como ator internacional e global em termos de segurança. Em março de 2022, foi aprovada a BE, iniciativa implementada no âmbito da PCSD e desenvolvida por quatro Presidências do Conselho Europeu onde se incluiu a portuguesa. Este novo projeto estratégico de defesa da UE permite responder de forma coesa e unificada às ameaças e desafios globais que o espaço europeu enfrenta, onde se inclui a região do Sahel.

África e o Sahel são uma das prioridades da UE em relação à segurança, onde a promoção da cooperação e a visão conjunta e renovada ficou demonstrada na última Cimeira UE-África que decorreu em 2022. A ESDS é uma das três estratégias regionais adotadas pela UE, tendo sido implementada em 2011 e revista em 2014 após a formação do G5S. Um ano depois foi apresentado o Plano de Ação Regional para o Sahel com uma abordagem compreensiva, onde se destaca o desenvolvimento de valências militares e civis de apoio à reforma do setor de segurança e defesa da região. Por fim, após os incidentes ocorridos em 2020 e 2021 naquela região, a UE desenvolveu uma nova estratégia integrada para a região apostando no fortalecimento da coordenação com o nível político e um maior envolvimento com todas as organizações, mantendo a cooperação de segurança na região.

Relativamente á estratégia nacional para o Sahel, esta é estável vinculada à que provém da UE. Pelas raízes históricas, o alinhamento geoestratégico com a UE, OTAN e CPLP, a PE tende a olhar para África como um todo e principalmente para a região do Sahel e África Central por questões de paz, segurança e capacitação institucional. Portugal, como país do sul da Europa, considera prioritária a coordenação entre todos os instrumentos de segurança e defesa por forma a viabilizar a estabilidade e conter as ameaças vindas da região do Sahel.



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

Na cooperação bilateral, Portugal mantém a sua cooperação centrada nos PALOP, não possuindo nenhum representante especial residente nos países do Sahel, tendo sim, uma representação diplomática para o Sahel, sediada em Portugal, responsável por acompanhar a situação ao nível político naquela região. Não se torna fácil estabelecer relações bilaterais com países com grande instabilidade como é o caso do Mali, sendo estas relações as de um Estado europeu que integra uma missão não executiva da UE.

Privilegiando a cooperação multilateral, Portugal possui uma vocação global, sendo ativo em todas as Organizações Internacionais de segurança e defesa a que pertence, promovendo o multilateralismo como marca da sua PE, sendo o Sahel e África como um todo, uma prioridade, tendo em consideração todos os desafios securitários que provêm daquela região a sul da Europa.

A nova e inovadora forma de cooperação bicultural, se adotada e estabelecida na PE nacional, permitiria uma abordagem mais dinâmica, aproximando os países do Sahel, surgindo como uma forma mais adaptável de conduzir cooperação no seio dos Estados e organizações regionais, envolvendo todos os *stakeholders* num quadro de ajuda mútua e sintonia no desenvolvimento e reforço de condições de segurança nos países do Sahel.

No que concerne à aplicação do instrumento militar, Portugal assume-se como um ator relevante, tendo participado em 2022, com 20% das Forças empenhadas das suas FFAA em missões da UE, sendo o Sahel uma das áreas geográficas prioritárias para o Estado português. Uma das muitas missões da UE em que as FFAA participaram e participam é a EUTM Mali, participação esta iniciada em 2013, com o seu auge no final de 2019 e no primeiro semestre de 2020 com o comando da missão. Portugal, á sua proporção, participa de forma adequada na EUTM Mali com um efetivo e capacidades à dimensão nacional, podendo este empenhamento ser lido de forma mais alargada se olharmos para as diversas missões da PCSD em que Portugal participa.



6. Participação das Forças Armadas Portuguesas na EUTM Mali

No presente capítulo, começa-se por caracterizar os antecedentes e evolução histórica da missão. Seguidamente, a sua estrutura e organização, bem como a participação das FFAA Portuguesas desde a sua génese.

6.1. A EUTM Mali

6.1.1. Antecedentes

A 16 de janeiro de 2012, vários grupos insurgentes iniciaram uma campanha de conflito contra as autoridades malianas pela independência ou por uma maior autonomia de uma região do Norte do Mali, chamada Azawad. A organização político-militar fundada em outubro de 2011, designada por Movimento Nacional de Libertação do Azawad⁵⁷ (MNLA), cujo propósito era garantir a independência daquela região para o povo Tuaregue, conseguiu o controlo daquele território a partir de abril de 2012 (EUTM Mali, 2018).

O conflito no Mali decorre desde janeiro de 2012, com uma série de ataques em contestação ao mandato do Presidente Amadou Toumani Touré, embora o povo Tuaregue esteja em conflito quase constante, com o governo maliano, desde a independência do país em 1960 (Thurston, 2013, p. 1; Dicke, 2014, p. 94).

A crise do território, com a sua génese em vários fatores, decorreu de uma série de rebeliões⁵⁸ do povo Tuaregue (Francis, 2013, p.2; Djiré, Sow, Gakou, & Camara, 2017) aos problemas detetados nas instituições políticas malianas, às relações políticas turbulentas com as comunidades do Norte e do Centro, como também ao fracasso governamental de Bamako em conter a expansão do crime transfronteiriço e de redes extremistas⁵⁹. Em março de 2012, a um mês das eleições presidenciais, iniciaram-se um conjunto de motins do Exército contra a presidência, causado pelo crescente descontentamento das elites militares, transformando-se num golpe de Estado, depondo o Presidente Touré a um mês da realização do ato eleitoral (Thurston, 2013, p.1; Baudais & Maïga, 2022, p. 3).

⁵⁷ O MNLA foi fundado em outubro de 2011, após reuniões no norte do Mali, principalmente entre comunidades tuaregues. Foi inicialmente formado por uma mistura de tuaregues que tinham regressado da rebelião de 2011 contra o líder líbio, Muammar Kadafi e desertores das Forças de defesa e segurança do Mali - https://ecfr.eu/special/sahel_mapping/mnla

⁵⁸ 1963-64, 1990-96 e 2006-09 (Djiré, Sow, Gakou, & Camara, 2017).

⁵⁹ A estas questões, acrescenta-se a negligência demonstrada pelo governo para cumprir o desejo de descentralização pelas comunidades do Norte, da reduzida capacidade governamental em combater a pobreza no território ou de promover uma maior preponderância de correntes mais conservadoras do Islão na sociedade e política do país (Francis, 2013, p. 2; Haysom, 2014, p. 1).



Com o caos político instalado no governo central, os grupos rebeldes expandiram-se na região e cimentaram o seu controlo, culminando com a proclamação da independência de Azawad pelo MNLA, em maio de 2012, aliado na altura ao grupo terrorista *Ansar Dine*⁶⁰ (Haysom, 2014, p. 3). Como consequência da instabilidade instalada, as três maiores cidades do Norte do país (Kidal, Gao e Timbuktu) foram tomadas pelos rebeldes em apenas três dias, levando ao degradar da situação no Mali, onde os abusos constantes sob os direitos da população por parte do MNLA, levaram ao fortalecimento da coligação islâmica entre o AQIM, *Ansar Dine* e MUJAO⁶¹. (Thurston, 2013; Shurkin, Pezard, & Zimmerman, 2017, p.11; EUTM Mali, 2018).

Em outubro de 2012, com o iminente avanço em direção a Bamako pelos extremistas islâmicos e o MNLA, levaram à atuação da Comunidade Internacional, onde a CEDEAO e a UA concordaram com uma intervenção militar⁶² de forma a reconquistar no Norte do país (Francis, 2013, p. 3). Com isto e antevendo uma intervenção internacional, o grupo armado *Ansar Dine* que acusava o governo de Bamako de incapacidade e defendia a implementação da *Sharia* no Mali, lançou uma operação ofensiva a Sul do Mali, na tentativa de ocupar as posições e infraestruturas estratégicas, por forma a dificultar o acesso por parte das Forças internacionais (Ferreira, 2018, p. 40).

A 20 de dezembro de 2012, é aprovada a Resolução 2085 do CSNU que autoriza o destacamento de uma missão internacional de apoio ao Mali sob liderança africana da AFISMA, a fim de restabelecer a soberania maliana sobre todo o território (Jornal Oficial da União Europeia, 2016; Francis, 2013, p. 8; Baudais & Maïga, 2022, p. 4).

⁶⁰ Simultaneamente, em Bamako, é instituído o Comité Nacional para a Restauração da Democracia e do Estado (CNRDE), liderado pelo Capitão Amadou Sanogo, que após a pressão política e sanções económicas exercidas pela CEDEAO, conduziram a negociações entre esta organização e a Junta Militar, que resultariam na cedência do poder pelo Capitão Sanogo, substituindo o CNRDE por um governo provisório de administração civil (d'Errico, Grazioli, & Mellin, 2017).

⁶¹ *Movement for Unity and Jihad in West Africa*.

⁶² Através da Resolução 2071, de 12 de outubro de 2012 do CSNU, o Mali e o Sahel passaram a ser alvo de uma maior atenção a nível internacional. Com a rápida deterioração da crise humanitária no Mali, o CSNU adotou esta resolução exigindo que todos os grupos armados cessassem os abusos sobre os direitos humanos e as violações do direito humanitário, incluindo ataques a civis, violência sexual e recrutamento de crianças-soldado (Conselho de Segurança das Nações Unidas [CSNU], 2012; Baudais & Maïga, 2022, p. 4). Nesta resolução, é emitido um apelo expresso a estas organizações internacionais, mas também à UE, para "(...) provide as soon as possible coordinated assistance, expertise, training and capacity-building support to the Armed and Security Forces of Mali (...)", algo que mobilizou a UE à preparação de uma EUTM (CSNU, 2012; Francis, 2013, p. 8).



Perante os avanços do grupo armado *Ansar Dine* e com a falta de resposta da CEDEAO/UA, levou a que o Conselho da UE emitisse a 10 de janeiro de 2013⁶³, uma nota de imprensa reiterando a necessidade de uma intervenção imediata. Todos estes acontecimentos e na sequência da Resolução 2071 do CSNU e a consequente Resolução 2085, levaram a que o Conselho da UE adotasse a Decisão 2013/34/PESC de 17 de janeiro de 2013, relativa a uma missão militar europeia com vista a contribuir para a formação das FAMA, designando essa missão por EUTM Mali, com “o objetivo de formar e aconselhar, no sul do Mali, as Forças Armadas do Mali [...] A EUTM Mali não se pode envolver em operações de combate” (Conselho da União Europeia, 2013, p. 20).

“O lançamento da EUTM Mali foi autorizado pela Decisão 2013/87/PESC, de 18 de fevereiro de 2013, do Conselho da União Europeia, por um período de 15 meses, seguindo-se a Decisão 2014/220/PESC, de 15 de abril de 2014, do mesmo Conselho, que aprovou a prorrogação do mandato da missão, até 18 de maio de 2016” (Portaria n.º 118/2017, 2017, p. 9445).

O treino efetivo das Forças malianas iniciou-se a partir do mês de abril de 2013, após a projeção de todo o pessoal integrado na missão e da sua segurança estar garantida. Para o cumprimento dos seus objetivos, a EUTM Mali assumiu o treino das FAMA e a assessoria ao Ministério da Defesa do Mali por forma a garantir uma profunda reforma no sistema de defesa nacional maliano (Instituto Español de Estudios Estratégicos [IEEE], 2014, p. 11).

Com a Operação *Serval* em vias de conclusão, o CSNU, em 25 de abril de 2013, criou a MINUSMA, que substituiu a AFISMA. Esta missão da ONU com um efetivo de 11.500 efetivos, contava com a contribuição militar de 41 nações e com a contribuição policial de outras 29 (Shurkin, M., Pezard, S., & Zimmerman, S. R., 2017, p. 93), sendo considerada a missão mais perigosa da ONU devido ao elevado número de ataques sobre os capacetes azuis (Global Conflict Tracker, 2022).

Segundo a *International Security Sector Advisory Team* (ISSAT) (2017, p. 41), a EUTM Mali tinha o seu quartel-general em Bamako, e o treino era ministrado em Koulikoro (60km a nordeste da capital) por um período inicial de 15 meses, contando com mais de 200

⁶³ Neste mesmo dia, o ainda presidente do governo provisório maliano, Dioncounda Traoré, enviou um pedido de auxílio externo à França, o que despoletou no dia seguinte (11 de janeiro de 2013), o início da Operação *Serval* com os primeiros ataques aéreos às posições do grupo armado *Ansar Dine*, e consequentemente o avanço das Forças francesas juntamente com 2.000 soldados do Chade, permitindo assim, uma semana depois, o lançamento no terreno da AFISMA (Thurston, 2013, p. 2; Okemuo, 2013, p. 217; Francis, 2013, p. 5).



instrutores europeus. Além destes instrutores, acrescia o pessoal de apoio e de proteção da missão, o que perfazia um total de 450 militares (IEEE, 2014, p. 11).

A escolha passou por treinar Grupos de Intervenção Especial (GTIA⁶⁴) com Batalhões entre 500 a 700 militares (Baudais & Maïga, 2022, p. 7). A tipologia de treino providenciado pela EUTM Mali é de carácter defensivo e além do treino tático, também foram ministrados módulos sobre o Direito Internacional Humanitário, Direitos Humanos e Proteção de Civis. À exceção do primeiro GTIA *Waraba*, que era formado por militares provenientes de diferentes regiões militares, os restantes GTIA foram formados por pessoal da mesma região (International Security Sector Advisory Team [ISSAT], 2017, p. 41).

O principal objetivo da EUTM Mali é aumentar as capacidades das FAMa, a fim de promover a estabilização e a restauração do estado de autoridade em todo o território maliano (Tull, 2020, p. 4). Recentemente, os dois golpes militares de agosto de 2020 e maio de 2021, lançaram dúvidas sobre o apoio internacional. Após o golpe de 2020, a UE suspendeu temporariamente a EUTM, e a Estónia, França e EUA suspenderam igualmente o seu apoio (The International Institute for Strategic Studies, 2022).

Como vimos no quarto capítulo, o presidente francês, durante a realização da VI Cimeira UE-UA, anunciou a retirada das suas FFAA do Mali, nomeadamente as Forças que integravam as operações *Barkhane* e *Takuba*, após o anúncio da intenção de contratar serviços ao WG pelas autoridades malianas, o que motivou uma manifestação de apoio à Junta Militar que governa o país. Pelo mesmo motivo, também a Alemanha anunciou a sua retirada. A EUTM Mali está a sofrer uma reestruturação profunda, existindo várias questões em aberto relativamente ao seu futuro, onde desde janeiro de 2023, a missão terá previsivelmente a participação de cinco militares nacionais num total de 298 lugares.

6.1.2. Estrutura e Organização

O controlo político e a direção estratégica das missões da UE (Anexo A), são da responsabilidade do Comité Político e de Segurança (CPS) sob a responsabilidade do Conselho da UE e do Alto Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança. O Diretor do *Military Planning and Conduct Capability* (MPCC), no exercício de funções de Comandante da missão, atua sob o controlo político e direção

⁶⁴ *Groupement Tactique Interarmes* (Ministère Des Armées, 2013). O GTIA tem como base um modelo francês em que a espinha dorsal é formada por Forças de Infantaria, onde se inclui quando necessário, militares especializados em artilharia, reconhecimento, cavalaria ou sapadores (semelhante a uma *task-force* operacional) (Shurkin, M., Pezard, S., & Zimmerman, S. R., 2017, p. 98).



estratégica do CPS. A decisão militar (Anexo A) é exercida pelo Diretor do MPCC, localizado em Bruxelas que reporta regularmente ao *European Union Military Staff*. Ao nível operacional, o *Mission Force Commander* (MFCdr) exerce o comando com o apoio de um *Mission Force Headquarters* (MFHQ), localizado em Bamako (EEAS, 2019b, p. 1).

Em apoio à Operação *Barkhane*, a EUTM Mali já treinou mais de 15.000 militares organizados em pequenas unidades táticas por forma a manterem as suas posições sob fogo inimigo (Pye, 2021). Para atingir esse objetivo, a EUTM Mali desenvolve as suas atividades em três pilares, nomeadamente: treino, educação/mentoria e aconselhamento estratégico, onde existe adicionalmente um quarto pilar de apoio à G5S JF. A missão é constituída por cerca de 700 militares de 25 países (22 Estados-membros da UE e três países Estados não membros)⁶⁵ (EUTM Mali, 2022).

Os diferentes cursos e atividades, são ministrados e conduzidos por equipas especializadas compostas maioritariamente por membros da *Educational and Training Task Force* (ETTF) e da *Advisory Task Force* (ATF) (Anexo A), onde o leque de atividades é amplo e de duração variada em função dos objetivos a atingir (EUTM Mali, 2022). A ETTF está localizada no *Koulikoro Training Camp* (KTC) e garante o treino às Unidades das FAMa e apoia o treino nas Escolas Militares malianas, com o objetivo de melhorar as capacidades de liderança e gestão operacional dos Oficiais do Mali. Por sua vez, a ATF localiza-se em Bamako e é responsável pelo aconselhamento estratégico e formação do Pessoal do Ministério da Defesa, do EM do Exército e dos QG das Regiões Militares. Também fornece assessoria e treino ao QG da G5S JF, ajudando a consolidar as suas capacidades operacionais (EUTM Mali, 2022).

A EUTM Mali, de acordo com o mandato em vigor e com a nova *Crisis Establishment List* (CEL), irá fundir a ETTF com a ATF, ou seja, os pilares de educação/mentoria com o pilar de aconselhamento estratégico, designando-se a nova estrutura como *Education & Advisory Task Force* (EATF), que passará a funcionar, segundo o planeado, a partir de janeiro de 2023.

Desde 2020, a EUTM Mali decorre no seu quinto mandato (Anexo A), sob o comando do Brigadeiro-general Santiago J. Fernández Ortiz do Exército espanhol. De realçar que

⁶⁵ Os Estado-membros que contribuem para a EUTM Mali são: Áustria, Bélgica, Bulgária, República Checa, Estónia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Roménia, Eslováquia, Eslovénia, Espanha e Suécia, onde a contribuição de Estados-não membros é feita pela Geórgia, Moldávia e Montenegro (EUTM Mali, 2022).



Espanha ocupa neste momento 70 a 75% dos cargos da EUTM Mali, o que representa declaradamente um interesse estratégico na região, principalmente na estabilidade do território, devido aos problemas securitários para a Europa, já apresentados nesta investigação, provenientes do Sahel.

6.1.3. Mandatos

O primeiro mandato decorreu entre 2013 e 2014, aprovado pela Decisão 2013/34/PESC do Conselho da UE e tinha como objetivo responder às necessidades operacionais das FAMA através de treino e mentoria em estreita coordenação com a ONU e com a CEDEAO (Conselho da União Europeia, 2013; Portaria n.º 116/2013, 2013; EUTM Mali 2022; Baudais & Maïga, 2022, p. 1). O segundo mandato, entre 2014 e 2016, foi aprovado pela Decisão 2014/220/PESC, de 15 de abril de 2014 do Conselho da UE, sem alterações significativas em relação ao primeiro mandato (Conselho da União Europeia, 2014; Portaria n.º 596/2014, 2014a; EUTM Mali, 2022; Baudais & Maïga, 2022, p. 1).

O terceiro mandato decorreu entre 2016 e 2018 após a Decisão 2016/446/PESC, de 23 de março de 2016 do Conselho da UE, que aumentou a esfera de responsabilidade em três áreas principais: (i) estendeu a área de responsabilidade até à margem Sul do rio Níger, incluindo as cidades de Timbuktu e Gao; (ii) começou a apoiar, por meio de treino descentralizado, as Unidades e QG das regiões militares; e (iii) passou a apoiar o G5S, no quadro das atividades com as FAMA, melhorando a sua interoperabilidade com os restantes Forças que integram a G5S JF (Conselho da União Europeia, 2016; Portaria n.º 225/2016, 2016; Portaria n.º 118/2017, 2017; EUTM Mali 2022; Baudais & Maïga, 2022, p. 2). O quarto mandato decorreu entre 2018 e 2020, sendo este mandato aprovado pela Decisão 2018/716/PESC, de 14 de maio de 2018 do Conselho da UE. Com este novo mandato, o apoio ao G5S foi fortalecido por meio de atividades de treino e assessoria (Portaria n.º 301/2019, 2019; EUTM Mali, 2022; Baudais & Maïga, 2022, p. 2).

Na sequência de um processo de revisão estratégica, o Conselho da UE decidiu prorrogar o mandato da missão até 18 de maio de 2024, após a Decisão 2020/434/PESC, sendo a primeira vez que o mandato é prorrogado por um período de quatro anos. A área de operações da missão foi ampliada, abrangendo agora todo o território maliano⁶⁶ e o Conselho da UE autorizou também o alargamento da área de operações por forma a permitir prestar

⁶⁶ Em termos práticos, para apoiar os países do G5S, a EUTM Mali seguirá uma abordagem gradual de apoio fora das fronteiras malianas, caso existam condições favoráveis e recursos apropriados, com prioridade para o Burkina Faso e o Níger - <https://eutmmali.eu/deployment/>



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

assistência militar aos países do G5S, bem como o aumento significativo do orçamento da missão em 133,7 milhões de euros por um período de quatro anos (Conselho da União Europeia, 2020; EUTM Mali 2022).

A área de operações da EUTM Mali alterou-se durante os vários mandatos, sendo que o país é constituído por dez regiões administrativas e oito regiões militares (Figura 6).

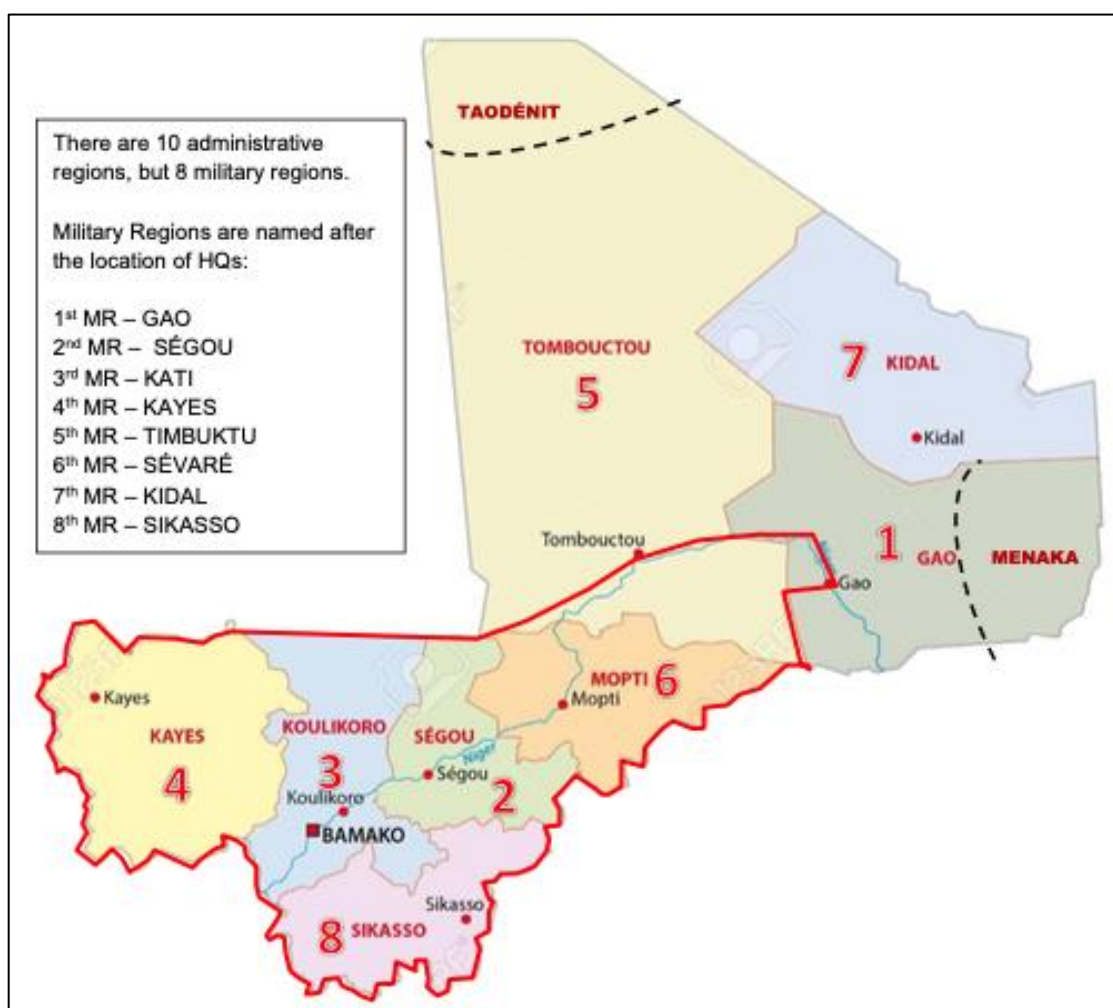


Figura 6 – Regiões Militares do Mali

Fonte: (EEAS, 2019b, p. 4)

6.2. Participação das Forças Armadas Portuguesas

6.2.1. Efetivos

As FFAA Portuguesas participaram na EUTM Mali desde 2013 (início da missão) até ao final de 2022, com um efetivo de 132 militares dos três Ramos das FFAA (Figura 7), destacando-se a contribuição do Ramo Exército Português (EXE) com 59.1% dos militares. Para ver a análise efetuada por postos, dentro dos Ramos das FFAA, deve consultar-se os Apêndices F, G e H. De realçar que o Mali reportou o primeiro caso de COVID-19 em 25



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

de março de 2020, tendo a missão criado no início desse mês, um grupo de trabalho multidisciplinar que desenvolveu um plano de ação de resposta á pandemia, cujo foco passava pela prevenção e na resposta gradual em caso de deteção de um caso positivo. Simultaneamente, foi desenvolvido um plano denominado “*hibernation plan*”, em quatro fases, onde numa das fases existiria uma redução temporária dos efetivos no TO.

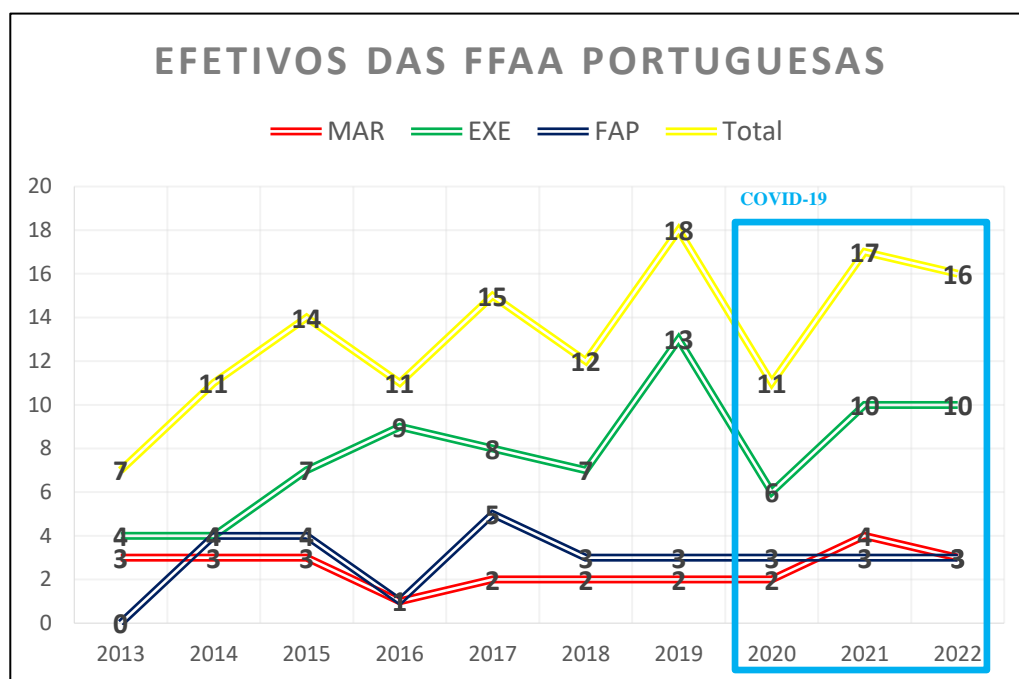


Figura 7 – Efetivos das FFAA Portuguesas na EUTM Mali

A maioria dos entrevistados considera que a participação das FFAA Portuguesas na EUTM Mali é proporcional aos interesses e possibilidades nacionais. Já sensivelmente metade, refere que a participação é adequada e proporcional à dimensão de Portugal. Para Maio (*Op. Cit.*), “[...] Portugal tem uma participação relevante nestas missões, tem tido um empenhamento reconhecidíssimo por parte da UE [...], Portugal à sua dimensão, acho que tem tido um empenhamento muito acima do que seria o expectável, ou seja, em termos de proporcionalidade de empenhamento nestas missões. [...] Acho que é uma participação à nossa dimensão”. Esta ideia é partilhada por Ribeiro (*Op. Cit.*), referindo que “[...] a dimensão quantitativa e qualitativa da participação nacional parece-me muito adequada [...] Portugal tem assumido uma relevância e visibilidade evidentes neste tipo de missões”. Também Pereira (*Op. Cit.*), admite que a participação das FFAA na missão “[...] está ao nível dos interesses e das possibilidades de Portugal [...]”.



6.2.2. Mandatos e Cargos desempenhados

A participação das FFAA Portuguesas na EUTM Mali, foi implementada em 2013, onde o Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN) deu parecer favorável à participação portuguesa nesta missão (Portaria n.º 116/2013, 2013), durante 15 meses e prorrogável por iguais períodos até ao encerramento da missão, com um efetivo de sete militares (um Oficial de EM no MFHQ; uma Equipa de Instrução de tiro a longas distâncias, composta por seis militares, em rotação com outra equipa húngara, em Segou-Markala) (Apêndice E). O contingente nacional para o segundo mandato, passou a um efetivo até 12 militares, em 2014 (Portaria n.º 596/2014, 2014a), tendo contribuído no ano de 2014 com 11 militares e com 14 militares⁶⁷ no ano de 2015 (Apêndice E), assegurado por militares dos três Ramos das FFAA.

Para o terceiro mandato (Portaria n.º 225/2016, 2016; Portaria n.º 118/2017, 2017), Portugal manteve o a mesma participação que o mandato anterior, com uma contribuição de 11 militares em 2016 e 15 militares⁶⁸ em 2017 (Apêndice E). Durante este mandato, a 18 de junho de 2017, o Sargento-ajudante de Transmissões, Gil Fernando Paiva Benido viria a falecer (ocupava o cargo “*MFHQ - J6 IT Supervisor*”), após os acontecimentos trágicos no “*Le Campement Kangaba*”⁶⁹, sendo a primeira baixa Portuguesa em operações e missões no quadro da UE.

Relativamente ao quarto mandato (Portaria n.º 301/2019, 2019), com início em 18 de maio de 2018, Portugal permaneceu comprometido com os esforços da UE no que concerne aos objetivos estabelecidos para a EUTM Mali, mantendo 12 cargos na estrutura da missão durante o ano de 2018. No entanto, a participação nacional foi ligeiramente reformulada, com a ocupação da posição de “*Deputy Mission Force Commander*”, no âmbito do apoio bilateral Portugal-Espanha, e com a troca da equipa *Tactical Air Control Party Training Team* (TACPTT) por outra equipa da FAP composta por dois militares (“*SME Air FusCo*”) capazes de assegurar a formação a militares que iriam garantir a segurança dos aeródromos das FAMa.

A participação nacional, como podemos ver na Figura 7, e ainda durante o quarto mandato e posteriormente no quinto, teve o seu maior contributo no final de 2019, quando Portugal assumiu, por solicitação de Espanha, o comando da missão com a participação de

⁶⁷ Este número é contabilizado pela rotação de militares durante o mesmo ano civil (ver Apêndice E).

⁶⁸ *Idem.*

⁶⁹ O Hotel *Le Campement Kangaba* era reconhecido e autorizado pela EUTM Mali, como um local de repouso e bem-estar entre os períodos de atividade operacional dos militares em missão no TO - <https://expresso.pt/politica/2017-06-19-Militar-portugues-morre-no-Mali>



18 militares das FFAA. Ribeiro (*Op. Cit.*), considera que a liderança da EUTM Mali é normalmente assegurada pelos países que contribuem mais para a missão (França, Bélgica, Espanha e Alemanha), ou com maior influência na área, sendo assim “[...] mais difícil para Portugal assumir mais oportunidades de liderança desta missão, em face da dimensão quantitativa do seu contingente.”, o que “[...] uma maior representatividade na EUTM Mali, poderia ser mais coerente com os interesses estratégicos de segurança e estabilidade nacionais.”, sobretudo “[...] aquando dos períodos de assunção do comando da missão.”.

Na continuação do quinto mandato, Portugal contribuiu com 11 militares em 2020 (2º semestre), aumentando a participação para 17 militares no biénio 2021-2022 (Apêndice E). A partir de janeiro de 2023, tal como referido anteriormente, a participação nacional na EUTM Mali será previsivelmente com cinco militares a desempenharem funções no MFHQ. Segundo a revisão do plano da missão (EEAS, 2022b), este definiu os novos termos da missão e a redução para um total de 298 elementos na CEL⁷⁰.

Em suma, no período 2013-2022 (Figura 8), verifica-se que a maioria dos cargos ocupados foram na ETTF localizada no KTC, com um total de 79 cargos ocupados (59,8%), tendo atingindo o máximo de 11 cargos no ano de 2021 (13,9% do número total de cargos na ETTF). Relativamente ao MFHQ, 27,3% definem a participação lusófona, onde se destaca a ocupação de dez cargos no MFHQ (27,7% do número total de cargos no MFHQ) no ano de 2019-2020, durante o comando da missão por parte de Portugal. Na ATF, foi onde a participação nacional foi mais reduzida com um total de 12,9% de cargos ocupados.

⁷⁰ A 08 de novembro de 2022, durante a realização da conferência de geração de Forças da UE, a sessão referente à EUTM Mali foi considerada um insucesso, porque apenas foram preenchidos 213 cargos (71%).

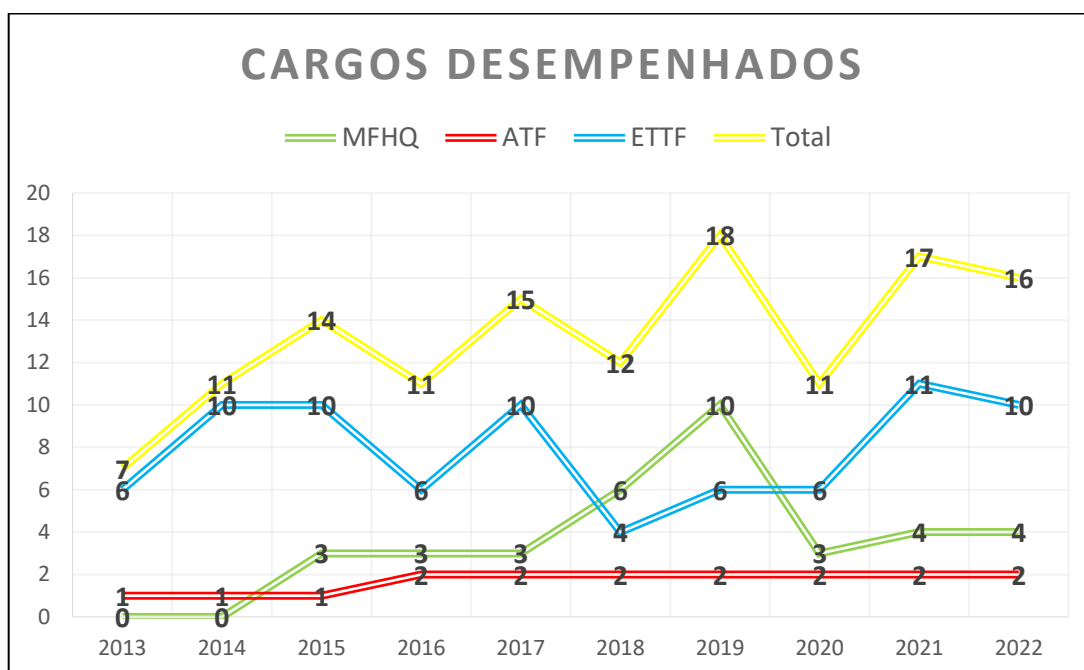


Figura 8 – Cargos desempenhados por militares das FFAA Portuguesas na EUTM Mali

6.2.3. Participação dos Oficiais das FFAA

Relativamente aos Oficiais das FFAA (Figura 9), a participação nacional contou com 69 militares dos três Ramos, equivalendo a 52,3% do efetivo total, destacando-se o EXE com 43 militares, o que se traduz em 62,3% do efetivo total empregue.

Em novembro de 2019, segundo o Decreto do Presidente da República n.º 83/2019 (2019, p. 3), foi nomeado o “Coronel Tirocinado de Infantaria João Pedro Rato Boga de Oliveira Ribeiro para o cargo de Comandante da Missão de Treino da União Europeia no Mali, por um período de seis meses, [...]” (tendo já desempenhado o cargo como Brigadeiro-general), com o respetivo EM, tendo, o comando português da missão se iniciado a 12 de dezembro de 2019 e terminado a 12 de junho de 2020. Segundo Maio (*Op. Cit*), “Quando temos o comando da Força, obviamente que é diferente, pois temos uma afirmação e uma relevância diferente, [...] De toda a nossa participação na EUTM Mali, com um contingente tão pequeno, o facto de termos comandado, fez com que nós tivéssemos a oportunidade de nos afirmar acima daquilo que era a nossa justa dimensão”.

Na categoria de Oficiais (Apêndices F, G e H) nos três Ramos, verifica-se que no EXE, 29 militares (67,4%) eram Oficiais Superiores, o que traduz a maioria dos cargos desempenhados dentro do MFHQ. Por sua vez, na Marinha Portuguesa (MAR) e na FAP, os Oficiais eram Primeiros-Tenentes/Capitães (72,7% na MAR e 53,3% na FAP) e subalternos na FAP (40%) (Apêndice E).

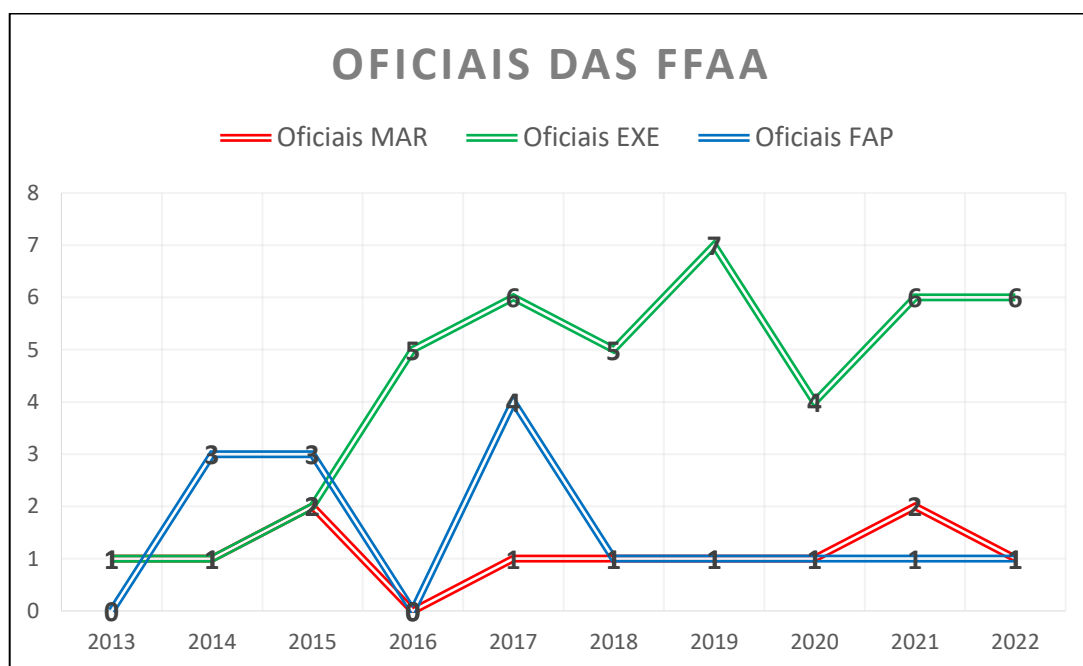


Figura 9 – Participação dos Oficiais das FFAA Portuguesas na EUTM Mali

6.2.4. Participação dos Sargentos das FFAA

No que respeita á categoria de Sargentos (Figura 10), as FFAA Portuguesas contribuíram com 58 militares (43,9%), num equilíbrio próximo com a categoria de Oficiais. É de realçar, mais uma vez o EXE, contribuindo com 31 militares (58,4%) e o equilíbrio entre os outros dois Ramos, ambos a rondar aproximadamente os 23%.

Quanto aos cargos desempenhados (Apêndice E), todos os militares da categoria de Sargentos desempenharam funções na ETTF, à exceção do cargo “*MFHQ - J6 IT Supervisor*” que era ocupado por um SCH/SAJ do EXE no MFHQ desde 2015, e também do cargo “*MFCdr Protection Detachment*” ocupado por 1SARG do EXE, no MFHQ, durante o comando da missão em 2019-2020.

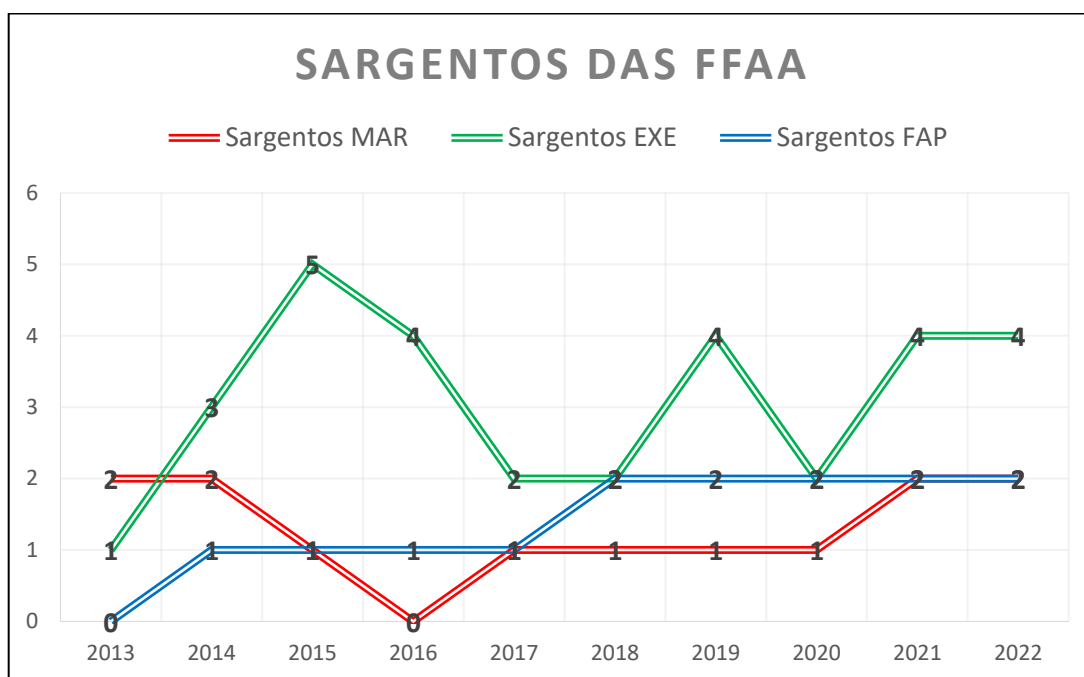


Figura 10 – Participação dos Sargentos das FFAA Portuguesas na EUTM Mali

6.2.5. Participação das Praças das FFAA

Por fim, a categoria de Praças surge pouco representativa, com apenas cinco militares (3,8%) em toda a participação, sendo quatro do EXE (dois militares em 2013 e em 2019) e um da MAR (2016). No que concerne ao desempenho de funções (Apêndice E), na primeira participação das FFAA, em 2013, as Praças do EXE eram auxiliares de formação da “*Sharpshooter Training Team*”, na ETTF. Em 2016, a única Praça da MAR ocupava o cargo de “*501 - Mobile Training Task Force/Sharpshooter Sniper*” igualmente na ETTF. Já em 2019, durante o comando português da missão, as duas Praças do EXE integravam o destacamento de proteção ao *Mission Force Commander*, no MFHQ.

6.3. Síntese Conclusiva

Pelo referido, e em resposta à QD3 – Como se interpreta a participação das FFAA Portuguesas na EUTM Mali?, apurou-se que o Mali é um país em constante conflito (desde 2012), sendo a sua génese de cariz político, que originou uma série de rebeliões, causando o caos político e permitindo que os grupos rebeldes cimentassem a sua presença no Norte do território e se expandissem para Sul, em direção a Bamako. Após o lançamento da AFISMA, cujo objetivo passava por restabelecer a soberania maliana sobre todo o território, foi a vez da UE lançar a EUTM Mali, em fevereiro de 2013, no seguimento da operação militar francesa *Serval*. O seu objetivo era recuperar o Norte do território de grupos rebeldes e para isso seria necessário aumentar as capacidades das FAMA a fim de promover a estabilidade em todo o país.



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

A EUTM Mali desenvolve as suas atividades em três pilares, sendo eles o treino, educação/mentoria e aconselhamento estratégico, existindo adicionalmente um quarto pilar de apoio à G5S JF. As atividades da missão desenrolam-se desde a capital, onde se localiza o MFHQ e a ATF, até ao KTC onde localiza a ETTF. A partir de janeiro de 2023, haverá a fusão da ETTF com a ATF, formando uma nova estrutura, designada por EATF.

No final de 2022, a missão seguia no quinto mandato, estando a sofrer uma reestruturação profunda, após o anúncio da retirada das FFAA francesas e também do anúncio da retirada alemã, existindo uma clara redução de efetivos para 2023 e várias questões em aberto sobre o seu futuro.

A contribuição de Portugal para a EUTM Mali, através das suas FFAA, iniciou-se em fevereiro de 2013, ainda nos alicerces da missão, com um efetivo na altura de sete militares, passando a um efetivo até 12 militares no segundo, terceiro e quarto mandatos. No âmbito das relações bilaterais com Espanha, a participação nacional foi ligeiramente reformulada, culminado com o comando da missão no final de 2019 e no primeiro semestre de 2020, com um efetivo total de 18 militares. No biénio 2021-2022, Portugal contribuiu com um efetivo até 17 militares, existindo segundo a nova CEL, uma redução significativa para cinco militares, a partir de janeiro de 2023.

Da participação nacional com 132 militares, no espaço temporal 2013-2022, destaca-se um aumento crescente da participação ao longo dos mandatos, em que o EXE participou com aproximadamente 59% dos efetivos, sendo a maioria dos cargos ocupados na ETTF localizada no KTC. No que concerne às categorias dos militares, os Oficiais foram os mais representados apesar da proximidade da categoria de Sargentos e a categoria de Praças foi praticamente inexistente, devido evidentemente às especificidades técnicas da missão.

Conclui-se assim, que a participação nacional parece ser adequada e proporcional à dimensão de Portugal e das suas FFAA, assumindo ao longo dos mandatos cargos com importância significativa na estrutura da EUTM Mali, nomeadamente no MFHQ, originando uma participação relevante ao nível dos interesses e das possibilidades nacionais. Esta participação deve ser vista num contexto mais alargado do empenhamento nacional nas diversas missões da PCSD da UE, assumindo uma relevância e visibilidade evidentes neste tipo de missões, uma vez que já liderou ou lidera todas as restantes à exceção da EUTM Somália.



7. Conclusões

Estando o Sahel a atravessar uma situação complexa em termos de segurança, apresenta-se como uma região estratégica para a UE, que está interessada em garantir a segurança dos países africanos desta área, porque algumas das ameaças originárias do Sahel podem potencialmente colocar em perigo os seus Estados-membros e o espaço europeu. Com a deterioração da situação no Norte do Mali, a UE decidiu tornar-se mais ativa neste país através de missões no quadro da PCSD, onde a EUTM Mali é uma componente da estratégia dos Estados-membros europeus, juntamente com outros mecanismos, para apoiar a estabilização do país. Passados dez anos da sua criação, com o quinto mandato a decorrer, esta missão desenvolve a sua atividade nos pilares de treino, educação/mentoria e aconselhamento estratégico, existindo adicionalmente um quarto pilar de apoio à G5S JF.

A participação das FFAA Portuguesas nesta missão não executiva da UE, iniciou-se em 2013, ano de criação da EUTM Mali, onde se destaca o comando da missão, a partir do final de 2019 e durante um semestre, como o ponto alto da participação nacional através do seu instrumento militar. É no contexto da participação das FFAA Portuguesas na EUTM Mali, que a presente dissertação se desenvolveu com a finalidade de elencar possíveis contributos para uma estratégia nacional para o Sahel. Sustentado num processo de raciocínio dedutivo, a dissertação, a partir do estudo de caso e empregando uma estratégia qualitativa, utilizou instrumentos de recolha de dados, através da análise bibliográfica e documental baseada sobretudo em fontes primárias, legislação nacional e internacional, bem como em conceitos estratégicos e, adicionalmente, na realização de entrevistas semiestruturadas direcionadas a sete entidades militares de referência que desempenharam funções no comando das Forças Terrestres, na Capacidade Militar de Planeamento e Condução da UE, no comando da EUTM Mali ou como SNR no TO do Mali.

Para alcançar o **OG** da dissertação, “**Analisar a participação das FFAA Portuguesas na EUTM Mali tendo em vista dar possíveis contributos para uma estratégia nacional para o Sahel**”, e responder à **QC**, foram constituídos três **OE** e respetivas **QD**.

No que concerne ao **OE1 – Identificar os desafios securitários para a Europa na região do Sahel (Mali) e os principais stakeholders presentes no Mali**, a investigação permitiu concluir, em resposta à **QD1**, que o tráfico de droga, as migrações clandestinas, o tráfico humano e o terrorismo são os principais desafios securitários para a Europa provenientes da região do Sahel e do Mali em particular, verificando-se a necessidade de se adotar uma visão compreensiva e integrada pelos Estados-membros da UE, por forma a



existir um alinhamento estratégico coerente entre os objetivos políticos, securitários e de desenvolvimento no Mali.

Relativamente aos principais *stakeholders* presentes na região do Mali, apurou-se que a ONU, através da MINUSMA, tem sido um ator importante no apoio à população e ao governo maliano. A UE através das suas missões no âmbito da PCSD, tem procurado afirmar-se como ator chave de segurança regional em estreita coordenação com a ONU e a CEDEAO. Já a UA, iniciou a estratégia para o Sahel em 2014, sendo a MISAHHEL responsável pela implementação da mesma, desenvolvendo para tal, atividades com outras estruturas da organização na região, por forma a alcançar a paz e estabilidade. A CEDEAO é um ator com um papel importante no processo de transição do Mali, estando interessada na estabilização e segurança regional. Por sua vez, o G5S, procura resolver os problemas de segurança cooperando regionalmente, onde o foco atual está no combate aos grupos armados e grupos jihadistas que trazem problemas securitários na região, tendo criado em 2017, a G5S JF para travar estas ameaças.

No respeitante aos Estados, a França sempre se focou na redução da ameaça terrorista e em ajudar o país na organização da governação e na estabilização, anunciando em 2022, a retirada das suas FFAA. Com isto e com o anúncio da retirada do Reino Unido, a Alemanha terá de unir esforços com a UE por forma a que a segurança na região não colapse, o que iria gerar problemas securitários para o espaço europeu e para o Sahel como um todo. O Sahel tem-se tornado uma região de grande competitividade, onde a Rússia procura ampliar a sua influência externa através do uso do WG na região, aproveitando a saída francesa para demonstrar uma postura oportunista, destabilizando a UE e a região, e afirmar-se como um competidor estratégico. Por outro lado, a China é igualmente um Estado competidor em todo o Sahel, envolvendo-se militarmente nas missões da ONU, pretendendo a estabilidade regional da região onde se inclui o Mali, por forma a não abalar a sua estratégia da BRI e focando-se na vantagem económica na reconstrução pós-conflito da região. Com a presença cada vez mais significativa destes dois Estados competidores na região, o espaço europeu terá de se posicionar favoravelmente, juntando capacidades dentro da UE de forma a estar preparada caso os seus interesses choquem com os dos seus rivais.

Relativamente ao **OE2 – Analisar a estratégia europeia e a estratégia nacional para o Sahel**, em resposta à **QD2**, conclui-se que, a estratégia da PCSD é projetada através da EGUE colocando a Europa como ator internacional e global em termos de segurança. O desenvolvimento da BE permite responder de forma coesa e unificada às ameaças e desafios



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

globais que o espaço europeu enfrenta, onde se inclui a região do Sahel. A ESDS, revista em 2014, é uma das três estratégias regionais adotadas pela UE, onde um ano depois foi apresentado o Plano de Ação Regional para o Sahel com uma abordagem compreensiva, destacando-se o desenvolvimento de valências militares e civis de apoio à reforma do setor de segurança e defesa da região. Após os incidentes ocorridos em 2020 e 2021 naquela região, a UE desenvolveu uma nova estratégia integrada para a região, apostando no fortalecimento da coordenação com o nível político e um maior envolvimento com todas as organizações, mantendo a cooperação de segurança regional.

Já a estratégia nacional para o Sahel, é estável e vinculada à que provém da UE. Pelas raízes históricas, o alinhamento geoestratégico com a UE, OTAN e CPLP, a PE nacional tende a olhar para África como um todo e principalmente para a região do Sahel e África Central por questões de paz, segurança e capacitação institucional. Portugal, como país do sul da Europa, considera prioritário a coordenação entre todos os instrumentos de segurança e defesa por forma a viabilizar a estabilidade e conter as ameaças vindas da região do Sahel.

Bilateralmente, Portugal mantém a sua cooperação centrada nos PALOP, não possuindo nenhum representante especial residente nos países do Sahel. As relações bilaterais de Portugal com o Mali são as de um Estado europeu que integra uma Missão não executiva da UE privilegiando assim, o multilateralismo como marca da sua PE, mantendo-se ativo em todas as Organizações Internacionais de segurança e defesa a que pertence, onde o Sahel e África como um todo, são uma prioridade, tendo em consideração todos os desafios securitários que provém daquela região. Sendo o Sahel uma região de grandes dimensões, onde crise atual é complexa, envolvendo um variado conjunto de atores regionais e internacionais, uma abordagem mais dinâmica, aproximando os países do G5S, envolvendo todos os *stakeholders*, combinando as relações bilaterais com as multilaterais poderia possivelmente trazer vantagens numa linha de cooperação bimultilateral.

Por último, no que concerne à aplicação do instrumento militar, Portugal assume-se como um ator relevante, participando com 20% das Forças empenhadas das suas FFAA em missões da UE, sendo o Sahel uma das áreas geográficas prioritárias para o Estado português. Uma das muitas missões da UE em que as FFAA participaram e participam é a EUTM Mali. Portugal, á sua proporção, participa de forma adequada nesta Missão de treino, com um efetivo e capacidades à dimensão nacional, podendo este empenhamento ser lido de forma mais alargada se olharmos para as diversas missões da PCSD em que Portugal participa.



No respeitante ao **OE3 – Interpretar a participação das FFAA Portuguesas na EUTM Mali**, em resposta à **QD3**, apurou-se que, o Mali é um país em constante conflito (desde 2012), sendo a sua génese de cariz político, que originou uma série de rebeliões, causando o caos político e permitindo que os grupos rebeldes cimentassem a sua presença no Norte do território e se expandissem para Sul, em direção a Bamako. No final de 2022, a EUTM Mali, seguia no quinto mandato, estando a sofrer uma reestruturação profunda, após o anúncio da retirada das FFAA francesas e também do anúncio da retirada alemã, existindo uma clara redução de efetivos para 2023 e várias questões em aberto sobre o seu futuro.

Da participação nacional com o total de 132 militares, no espaço temporal 2013-2022, conclui-se, que a participação nacional parece ser adequada e proporcional à dimensão de Portugal e das suas FFAA, assumindo ao longo dos mandatos, cargos com importância significativa na estrutura da EUTM Mali, nomeadamente no MFHQ, originando uma participação relevante ao nível dos interesses e das possibilidades nacionais. Esta participação deve ser vista no contexto mais alargado do empenhamento nacional nas diversas missões da PCSD da UE, assumindo uma relevância e visibilidade evidentes neste tipo de missões, uma vez que já liderou ou lidera todas as restantes à exceção da EUTM Somália.

Face ao exposto, considerando o **OG**, e em resposta à **QC**, conclui-se que a participação militar nacional na EUTM Mali, em apoio à PE do Estado, tem procurado contribuir para a satisfação dos compromissos internacionais assumidos pela UE, nomeadamente através de missões de carácter humanitário e de manutenção de paz, onde esta Missão se enquadra. Portugal, através desta participação, empenha-se multilateralmente, onde à sua dimensão, demonstra ser um parceiro empenhado, produtor de segurança regional e internacional, possuindo a credibilidade necessária para influenciar decisões relativamente a África, dentro das organizações a que pertence. Assim, o principal contributo para o conhecimento desta investigação, prende-se com facto de ser fundamentada, através da interpretação detalhada e não existente da participação das FFAA portuguesas na EUTM Mali, a relevância do papel nacional dentro da Missão e consequentemente da UE, estando os efetivos, no espaço temporal estudado, adequados à dimensão nacional, demonstrando assim através do empenhamento e dedicação, uma credibilidade e reconhecimento internacional. A principal limitação desta dissertação, prende-se com a dispersão dos dados relativos à participação das FFAA Portuguesas na EUTM Mali.



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

Relativamente a investigações futuras, considera-se que se explore a participação das FFAA Portuguesas nas restantes missões no âmbito da PCSD da UE, no continente africano, correlacionado as mesmas com as estratégias nacionais para as regiões em análise, ficando-se assim, à partida, com uma visão holística, informada e estruturada da temática em estudo.



Bibliografia

- Abderrahmane, A. (2012, agosto 12). *Drug Trafficking and the Crisis in Mali*. [Página online]. Retirado de <https://www.globalpolicy.org/component/content/article/190-issues/51838-drug-trafficking-and-the-crisis-in-mali.html>
- Abreu, C. (2017, junho 19). *Militar português morre no Mali*. *Expresso*. [Página online]. Retirado de <https://expresso.pt/politica/2017-06-19-Militar-portugues-morre-no-Mali>
- Africa Center for Strategic Studies. (2019, março 04). *A Review of Major Regional Security Efforts in the Sahel*. [Página online]. Retirado de <https://africacenter.org/spotlight/review-regional-security-efforts-sahel/>
- African Union. (2014, agosto 12). *The African Union Strategy For The Sahel Region*. [Página online]. Retirado de <https://www.peaceau.org/en/article/the-african-union-strategy-for-the-sahel-region>
- Alcalde, J. D. (2013, fevereiro 13). *Qué es la CEDEAO? fortalezas y debilidades para enfrentar el conflicto de Mali*. *Boletín Instituto Español de Estudios Estratégicos*, 11, 1–20. [Página online]. Retirado de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7477118>
- Alcojor, A. M. (2022). *Relaciones África y Europa en un tiempo de crisis*. *Informe África 2022*, 15-32. [Página online]. Retirado de <https://fundacionalternativas.org/publicaciones/informe-africa-2022-relaciones-africa-y-europa-en-un-tiempo-de-crisis/>
- Alliance Sahel. (2023). *The Alliance Sahel*. [Página online]. Retirado de <https://www.alliance-sahel.org/en/sahel-alliance/>
- Almeida, P., Costa, A., & Fernandes, H. (2014). *Intervenção Militar Francesa no Mali. Operação "Serval". IESM Atualidade, n.º 1*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Amani Africa Profile. (2022, junho 01). *Briefing on the situation in the Sahel region. Insights on the Peace and Security Council (PSC)*. [Página online]. Retirado de <https://amaniafrica-et.org/briefing-on-the-situation-in-the-sahel-region/>
- Amaro, R. R. (2003). *Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria*. *Centro de Estudos Africanos (ISCTE-IUL)*, N.º 4, 35-70. [Página online]. Retirado de https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3186/1/2003_4_02.pdf



- Antil, A., & Maurice, P. (2022, junho 23). *After Mali, what Commitment from Germany in the Sahel?* [Página online]. Retirado de <https://www.ifri.org/en/publications/notes-de-lifri/notes-cerfa/after-mali-what-commitment-germany-sahel>
- Arnold, T. D. (2019). As Dimensões Geoeconómicas das Empresas Militares e de Segurança Privadas da Rússia. *Military Review*, 53-67.
- Austria, Federal Ministry of Defence of the Republic of. (2021). *Handbook on CSDP. The Common Security and Defence Policy of the European Union. Volume I 4th edition.* [Página online]. Retirado de https://www.eeas.europa.eu/eeas/handbook-csdp_en
- Baig, R. (2013, janeiro 16). *Quais os interesses da França no Mali?* [Página online]. Retirado de <https://www.dw.com/pt-br/quais-os-interesses-da-fran%C3%A7a-no-mali/a-16525101>
- Baltazar, A. R. (2021). A implementação da Strategic Compass (‘Bússola Estratégica’) no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia - Implicações para Portugal. In *Revista de Ciências Militares, Vol. IX, N.º 2* (pp. 63-93). Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Barea, J. C. (2013, outubro 07). *The Malian Armed Forces Reform and the Future of EUTM.* Instituto Español de Estudios Estratégicos. [Página online]. Retirado de https://www.ieee.es/en/Galerias/fichero/docs_opinion/2013/DIEEEE093-2013_EUTM_Mali_CastillaBarea_ENGLISH.pdf
- Barroso, L. F. (2008). *Análise conceptual do Conceito Estratégico de Defesa Nacional.* [Página online]. Retirado de <https://www.revistamilitar.pt/artigo/274>
- Baudais, V., & Maïga, S. (2022, abril). *The European Union Training Mission in Mali: an assessment.* [Página online]. Retirado de https://www.sipri.org/sites/default/files/2022-04/bp_2204_eutm_mali.pdf
- BBC NEWS. (2018, fevereiro 08). *El cinturón del Sahel: el escondite del yihadismo que cruza África y preocupa cada vez más a Europa.* [Página online]. Retirado de <https://www.bbc.com/mundo/noticias-internacional-42936259>
- Benabdallah, L., & Large, D. (2020, novembro 13). *Development, Security, and China’s Evolving Role in Mali, Johns Hopkins SAIS.* [Página online]. Retirado de <https://www.wathi.org/development-security-and-chinas-evolving-role-in-mali-johns-hopkins-sais/>
- Benaso, R. (2021). *Invisible Russian Armies: Wagner Group in Ukraine, Syria, and C.A.R (Master of Arts in International Studies).* San Francisco: University of San Francisco.



- Bernardino, L. M. (2012). A Cooperação para a Segurança no contexto das Relações Internacionais: Do Realismo ao Construtivismo. *Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1-34.
- Bernardino, L. M. (2019). A Defesa como vetor da cooperação político-estratégica de Portugal em África. Contributos para uma cooperação da Defesa. *Revista Militar N.º 2608*, 637-655.
- Bird, L. (2021, abril). *Corredor da Cocaína da África Ocidental. Global Initiative Against Transnational Organized Crime*. [Página online]. Retirado de <https://globalinitiative.net/analysis/west-africas-cocaine-corridor/>
- Bøås, M., Drange, B., Ala'Aldeen, D., Cissé, A. W., & Soroush, Q. (2021, novembro 02). *The paradoxes of EU crisis response in Afghanistan, Iraq and Mali. The EU and crisis response*. pp. 6-165. [Página online]. Retirado de <https://www.manchesteropenhive.com/view/9781526148346/9781526148346.00013.xml>
- Booth, K. (2005). *Critical Security Studies and World Politics*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- Borrell, J. (2021, novembro 21). [Página online]. Retirado de <https://www.dn.pt/opiniao/orientacoes-estrategicas-para-a-europa-14335621.html>
- Bristow, J. (2019, agosto 26). *Russian Private Military Companies: An Evolving Set of Tools in Russian Military Strategy*. Fort Leavenworth, Kansas: U. S. Army Foreign Military Studies Office.
- Bueno, A. (2019). *La implicación de la Unión Europea en Mali: un balance de la reforma del sector de defensa. Política y Gobernanza. Revista de Investigaciones y Análisis Político*, 3: 21-47. [Página online]. Retirado de <https://revistaseug.ugr.es/index.php/polygob/article/view/9661>
- Buzan, B., & Hansen, L. (2009). *The Evolution of International Security Studies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bymolt, R., & Muiderman, K. (2016). *Strategies and initiatives for security and development in the Sahel*. [Página online]. Retirado de https://www.commonfund.org/sites/default/files/Publications/AR_2016-Security_dev_in_the_Sahel.pdf
- Cairo International Center for Conflict Resolution, Peacekeeping & Peacebuilding. (2018, outubro 01). *Chairman's Summary - Operationalizing the African Union Post*



- Conflict Reconstruction and Development Policy in the Sahel Region*. [Página online]. Retirado de <https://www.cccpa-eg.org/publications-details/348>
- Calmeiro, L. M. (2021). *G5 SAHEL - A intervenção da União Europeia e a crescente presença na região de atores internacionais*. Lisboa: IUM.
- Cardoso, N. C. (2020). *Segurança Regional no Chifre de África. Conflitos, Atores, AGendas e Ameaças*. CEBRAFRICA-UFRGS. [Página online]. Retirado de <https://www.ufrgs.br/cebrafrica/wp-content/uploads/2021/01/Ebook-Nilton-Cardoso-Chifre-da-%C3%81frica.pdf>
- Center for International Security and Cooperation. (2018). *Jamaat Nusrat al-Islam wal Muslimeen*. [Página online]. Retirado de https://cisac.fsi.stanford.edu/mappingmilitants/profiles/jamaat-nusrat-al-islam-wal-muslimeen#highlight_text_8252
- Charbonneau, B. (2017). De Serval à Barkhane : les problèmes de la guerre contre le terrorisme au Sahel. In *Les Temps Modernes: Guerres africaines de la France : 1830-2017*. Gallimard.
- CIDIUM. (n.d.). *Domínios, áreas e subáreas de investigação*. Retrieved novembro 16, 2019, from CIDIUM - Centro de Investigação e Desenvolvimento do IUM: <https://cidium.ium.pt/site/index.php/pt/investiga/dominios-areas-e-subareas-de-investigacao>
- Cold-Ravnkilde, S. M., & Nissen, C. (2020). Schizophrenic agendas in the EU's external actions in Mali. *International Affairs*, 935-953. [Página online]. Retirado de <https://academic.oup.com/ia/article/96/4/935/5866447>
- Colomba-Petteng, L. (2021, abril). *In Search of Coherence. Why the EU and Member States Hardly Fostered Resilience in Mali*. EU-LISTCO Working Papers No. 9. [Página online]. Retirado de https://www.cidob.org/en/publications/publication_series/project_papers/eu_listco/in_search_of_coherence_why_the_eu_and_member_states_hardly_fostered_resilience_in_mali
- Commission, European. (2021, fevereiro 28). *Groupes d'Action Rapide - Surveillance et d'Intervention au Sahel - GARSIS Sahel*. [Página online]. Retirado de https://ec.europa.eu/trustfundforafrica/all-news-and-stories/groupes-daction-rapide-surveillance-et-dintervention-au-sahel-garsi-sahel_en



- Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental [CEDEAO]. (2022). *Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)*. [Página online]. Retirado de <https://ecowas.int/?lang=pt-pt>
- Conselho da União Europeia. (2013, janeiro 17). *Decisão 2013/34/PESC do Conselho*. [Página online]. Retirado de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32013D0034>
- Conselho da União Europeia. (2014, abril 15). *Decisão 2014/220/PESC do Conselho*. [Página online]. Retirado de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32014D0220&from=PT>
- Conselho da União Europeia. (2016, março 23). *Decisão 2016/446/PESC do Conselho*. [Página online]. Retirado de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32016D0446&from=EN>
- Conselho da União Europeia. (2020, março 23). *Decisão 2020/434/PESC do Conselho*. [Página online]. Retirado de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32020D0434&from=PT>
- Conselho da União Europeia. (2021, abril 2021). *Sael: Conselho aprova conclusões sobre a estratégia integrada da UE para a região*. [Página online]. Retirado de <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2021/04/19/sahel-council-approves-conclusions-on-the-eu-s-integrated-strategy-in-the-region/>
- Conselho de Ministros. (2013). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Resolução do Conselho de Ministros n.º19/2013*. [Página online]. Retirado de https://www.defesa.gov.pt/pt/comunicacao/documentos/Lists/PDEFINTER_DocumentoLookupList/Conceito-Estrategico-de-Defesa-Nacional.pdf
- Conselho de Segurança das Nações Unidas [CSNU]. (2012, outubro 12). *Adopting Resolution 2071 (2012), Security Council Demands That Armed Groups Cease Human Rights Abuses, Humanitarian Violations in Northern Mali*. [Página online]. Retirado de United Nations: <https://www.un.org/press/en/2012/sc10789.doc.htm>
- Conselho Europeu. (2011, maio). *Parceria Estratégica África-União Europeia. Enfrentar em conjunto os desafios do presente e do futuro*. [Página online]. Retirado de <https://www.consilium.europa.eu/media/31040/qc3111092ptc.pdf>
- Conselho Europeu. (2022a, fevereiro 07). *Política da UE em matéria de drogas*. [Página online]. Retirado de <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/eu-drugs-policy/>



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

- Conselho Europeu. (2022b, fevereiro 17). *Cimeira União Europeia-União Africana, 17-18 de fevereiro de 2022*. [Página online]. Retirado de <https://www.consilium.europa.eu/pt/meetings/international-summit/2022/02/17-18/>
- Conselho Europeu. (2022c, agosto 31). *Cooperação da UE em matéria de segurança e defesa*. [Página online]. Retirado de <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/defence-security/#compass>
- Cortinhas, R. F. (2021). A Importância do Instrumento Militar na Estratégia Global da UE. In *Estudos Estratégicos das Crises e dos Conflitos Armados. Cadernos do IUM N.º 48* (pp. 161-179). Lisboa: IUM.
- Costa, R. D. (2021). *Da Estratégia Militar para a União Europeia. Coleção "ARES", 37*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Council of the European Union. (2019). *Council conclusions on the Sahel*. Brussels: Council of the European Union.
- Couto, A. C. (2020). *Elementos de Estratégia - apontamentos para um curso - Volume I*. Alfragide: Leya.
- CRISIS24. (2022, julho 07). *Mali Country Report*. [Página online]. Retirado de <https://www.garda.com/crisis24/country-reports/mali>
- Cruz, M. A. (2021). *As Relações UE-África. IUM Atualidade, 25*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- d'Errico, M., Grazioli, F., & Mellin, A. (2017). *The 2012 crisis in Mali and its implications on resilience and food security. FAO Agricultural Development Economics Working Paper 17-04*. [Página online]. Retirado de <https://www.fao.org/3/i7560e/i7560e.pdf>
- Decreto do Presidente da República n.º 83/2019. (2019, novembro 20). *Nomeação do Comandante da EUTM Mali. Diário da República 1ª série, 223, 3*. Lisboa: Presidência da República.
- Defesa Nacional. (2022). *Relações Bilaterais*. [Página online]. Retirado de <https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/rb/Paginas/default.aspx>
- Deutsche Welle. (2018, fevereiro 23). *União Europeia reforça combate ao terrorismo no Sahel*. [Página online]. Retirado de <https://www.dw.com/pt-002/união-europeia-reforça-combate-ao-terrorismo-no-sahel/a-42712787>
- Deutsche Welle. (2022, maio 16). *Mali pulls out of regional G5 Sahel force*. [Página online]. Retirado de <https://www.dw.com/en/mali-pulls-out-of-regional-g5-sahel-joint-force/a-61809659>



- Devermount, J. (2020, maio 08). *China's Strategic Aims in Africa*. [Página online]. Retirado de Benabdallah & Large, 2020
- Dewal, R. (2021, julho 14). *Humanitarian Crisis in Sahel, Africa*. [Página online]. Retirado de <https://publicpolicy.network/f/humanitarian-crisis-in-sahel-africa>
- Dias, V. A., & Freire, M. R. (2021, agosto 13). *A Participação de Portugal em Missões Internacionais e a Concretização do Interesse Nacional: Tendências, Retorno Político e Recomendações*. Instituto de Defesa Nacional. *E-Briefing Papers*. [Página online]. Retirado de <https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/ebriefing/Paginas/E-Briefing-Papers-13-agosto-2021.aspx>
- Dicke, R. (2014). *The European Union Training Mission in Mali: A case study*. [Página online]. Retirado de https://www.researchgate.net/publication/287129261_The_European_Union_Training_Mission_in_Mali_A_case_study
- Direção-Geral de Política de Defesa Nacional [DGPDN]. (2022, novembro 08). *Envolvimento de militares portugueses no exterior no 3º trimestre de 2022*. [Página online]. Retirado de https://www.defesa.gov.pt/pt/comunicacao/documentos/Lists/PDEFINTER_DocumentoLookupList/20221108_Relatorio_Envolvimento-militares-Exterior-3TRI-2022.pdf
- Djiré, M., Sow, D., Gakou, K., & Camara, B. (2017, março 24). *Assessing the EU's conflict prevention and Peacebuilding interventions in Mali*. [Página online]. Retirado de <https://issat.dcaf.ch/Learn/Resource-Library/Case-Studies/Assessing-the-EU-s-conflict-prevention-and-Peacebuilding-interventions-in-Mali>
- EEAS. (2019a, junho 14). *The European Union's Global Strategy - Three Years On, Looking Forward*. [Página online]. Retirado de https://eeas.europa.eu/topics/eu-global-strategy/64034/vision-action-eu-global-strategy-practice-three-years-looking-forward_en
- EEAS. (2019b). *EUTM Mali*. Bruxelas.
- EEAS. (2022b, setembro 02). *EEAS (2020) 451 rev1 - eutm mali mandate 5- mission plan rev1*. [Página online]. Retirado de https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/documents/EUTM_Mali_Factsheet_Nov%202022.pdf



- EEAS. (2023, janeiro 23). *Missions and Operations*. [Página online]. Retirado de https://www.eeas.europa.eu/eeas/missions-and-operations_en
- Eizenga, D. (2019). Long term trends across security and development in the Sahel. *West African Papers*, 1-27.
- Estado-Maior-General das Forças Armadas [EMGFA]. (2020). *Diretiva N.º 031/CEMGFA/20, Ação Externa no Domínio Militar 2020/2021*. Lisboa: Gabinete do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.
- European Commission. (2023, fevereiro 06). *West and Central Africa: EU allocates €181.5 million for humanitarian aid in 2023*. [Página online]. Retirado de https://civil-protection-humanitarian-aid.ec.europa.eu/news-stories/news/west-and-central-africa-eu-allocates-eu1815-million-humanitarian-aid-2023-2023-02-06_en
- European External Action Service [EEAS]. (2022a, março). *EU Missions and Operations*. [Página online]. Retirado de https://www.eeas.europa.eu/eeas/eu-missions-and-operations_en
- European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction. (2019, outubro 10). *Perspectives on Drugs - The EU drugs strategy: a model for common action*. [Página online]. Retirado de http://www.emcdda.europa.eu/system/files/publications/2735/EU%20drugs%20strategy_updated2019.pdf
- European Parliament. (2019). *China's growing role as a security actor in Africa*. [Página online]. Retirado de [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2019/642232/EPRS_BRI\(2019\)642232_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2019/642232/EPRS_BRI(2019)642232_EN.pdf)
- European Parliament. (2021a, julho 09). *New EU strategic priorities for the Sahel: Addressing regional challenges through better governance*. [Página online]. Retirado de [https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EPRS_BRI\(2021\)696161](https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EPRS_BRI(2021)696161)
- European Parliament. (2021b, julho 14). *The G5 Sahel and the European Union: The challenges of security cooperation with a regional grouping*. [Página online]. Retirado de [https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document.html?reference=EPRS_BRI\(2020\)652074](https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document.html?reference=EPRS_BRI(2020)652074)



- European Union Military Committee [EUMC]. (2023). *EU MILITARY FORUM. EUCM#1/2023*. [Página online]. Retirado de https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/documents/EUMC-Forum%231_23.pdf
- European Union Training Mission in Mali [EUTM Mali]. (2018). *Country Handbook Republic of Mali*. Bamako: EUTM Mali.
- EUTM Mali. (2021, março). *EUTM Mali*. [Página online]. Retirado de <https://eutmmali.eu/organization/>
- EUTM Mali. (2022, março). *EUTM Mali*. [Página online]. Retirado de <https://eutmmali.eu/organization/>
- Fachada, C., Ranhola, N., Marreiros, J., & Santos, L. (2020). *Normas de Autor no IUM* (3.^a ed.). IUM Atualidade, 7. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Federal Foreign Office. (2021, abril 21). *Together for security, stability and development: Germany's involvement in the Sahel region*. [Página online]. Retirado de <https://reliefweb.int/report/mali/together-security-stability-and-development-germany-s-involvement-sahel-region>
- Federal Foreign Office. (2022, maio 11). *Germany's engagement in the Sahel: Bundestag deliberates on Bundeswehr missions*. [Página online]. Retirado de <https://www.auswaertiges-amt.de/en/aussenpolitik/laenderinformationen/mali-node/mali-bundeswehr/2340748>
- Ferreira, P. M., & Oliveira, A. (2021, maio 21). *União Europeia e África: Rumo a uma Parceria “Entre Iguais”?* [Página online]. Retirado de <https://www.plataformaongd.pt/noticias/plataforma-publica-estudo-uniao-europeia-e-africa-rumo-a-uma-parceria-entre-iguais>
- Ferreira, P. M., Faria, F., & Cardoso, F. J. (2015, novembro). *O papel de Portugal na arquitetura global do desenvolvimento. Opções para o futuro da cooperação portuguesa*. [Página online]. Retirado de https://www.imvf.org/wp-content/uploads/2017/12/estudocooperacaoportuguesa_net-1.pdf
- Ferreira, V. H. (2018). *A Security Actorness da União Europeia: Análise do Estudo de Caso do Mali e Reflexão Prospetiva*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Francis, D. J. (2013, abril). *The regional impact of the armed conflict and French intervention in Mali*. *Norwegian Peacebuilding Resource Centre*. [Página online].



- Retirado de https://www.academia.edu/download/37481007/NOREF_Mali_Report_March_2013_FINAL.pdf
- Freitag, V. (2021, agosto 13). *Analysing EU's Sahel strategies: A civilian approach in the era of pragmatism*. [Página online]. Retirado de <https://www.europeum.org/en/articles/detail/4296/policy-paper-analysing-eu-s-sahel-strategies-a-civilian-approach-in-the-era-of-pragmatism>
- Gabinete da Ministra de Defesa Nacional. (2022). *Deleberação do Conselho Superior de Defesa Nacional - 23 de dezembro de 2022*. Lisboa: República Portuguesa.
- Galito, M. S. (2019). *Sahel e Magreb : ensaio sobre o norte de África, uma região em convulsão*. [Página online]. Retirado de <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/17669/1/wp175.pdf>
- Galtung, J. (1987). Two Concepts of Defense. *Bulletin of Peace Proposals*, 329-334. [Página online]. Retirado de <https://www.jstor.org/stable/44480878>
- Garcia, F. P. (2015). O Instrumento Militar e as Forças Armadas. *Revista Militar N.º 2556*, 17-32. [Página online]. Retirado de <https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/995>
- Global Conflict Tracker. (2022, maio 12). *Instability in Mali*. [Página online]. Retirado de <https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/destabilization-mali>
- Gonçalves, A. P. (2016, novembro). *O Papel do Instrumento Militar no Smart Power*. *Revista de Ciências Militares IV (2)*. [Página online]. Retirado de <http://www.iesm.pt/cisdi/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes>
- Gridneff, I. (2022, agosto 12). *In unstable Sahel, Germany halts troop deployment to Mali*. [Página online]. Retirado de <https://www.politico.eu/article/germany-pulls-troops-out-of-mali-sahel-terrorism-russia/>
- Grupo de Reflexão Estratégica Independente. (2019, abril). *A Segurança, a Defesa Nacional e as Forças Armadas. Um debate indispensável*. [Página online]. Retirado de <http://www.grei-portugal.org/informacao.php?area=eventos>
- Guerra, I. (2014). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo - Sentidos e formas de uso*. Cascais: Príncipia.



- Haysom, S. (2014, março). *Security and humanitarian crisis in Mali. The role of regional organisations. HPG Working Paper*. [Página online]. Retirado de <https://cdn.odi.org/media/documents/8829.pdf>
- Held, D., McGrew, A., Goldblatt, D., & Perraton, J. (1999). *Global Transformations: Politics, Economics and Culture*. Stanford: Stanford University Press.
- Hellquist, E., & Sandman, T. (2020, março 31). *Synergies Between Military Missions in Mali*. [Página online]. Retirado de <https://www.foi.se/rest-api/report/FOI-R--4915--SE>
- Helly, D., & Galeazzi, G. (2015, fevereiro). *Avant la lettre? The EU's comprehensive approach (to crises) in the Sahel*. [Página online]. Retirado de <https://euagenda.eu/upload/publications/untitled-53781-ea.pdf>
- Herráez, P. S. (2019). *Los «nuevos» actores en el Sahel. Cuadernos de Estrategia, 202*. [Página online]. Retirado de https://www.ieee.es/publicaciones-new/cuadernos-de-estrategia/2020/Cuaderno_202.html
- Ibrahim, R. (2019, julho). *THE EU AS A SECURITY ACTOR IN AFRICA: THE CASE OF SAHEL MALI*. [Página online]. Retirado de http://research.sabanciuniv.edu/39194/1/10253112_Rasheed_Ibrahim.pdf
- IEEE. (2017). *Panorama geopolítico de los conflictos 2017*. Madrid: Ministerio de Defensa.
- Instituto de Estudos Superiores Militares [IESM]. (2015). *Definição de Ciências Militares*. Lisboa: EMGFA.
- Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. (2005, dezembro 22). *Estratégia Portuguesa de Cooperação Multilateral*. [Página online]. Retirado de https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/estrategia_cooperacao_multilateral.pdf
- Institute for African Studies of the Russian Academy of Sciences. (2021). *Terrorism in Africa: New Trends and Frontiers*. [Página online]. Retirado de https://www.inafran.ru/sites/default/files/news_file/terrorism-full.pdf
- Institute for Security Studies [ISS]. (2020, fevereiro 12). *Where do Sahel terrorists get their heavy weapons?* [Página online]. Retirado de https://issafrica.org/iss-today/where-do-sahel-terrorists-get-their-heavy-weapons?utm_source=BenchmarkEmail&utm_campaign=ISS_Weekly&utm_medium=email



- Instituto de Defesa Nacional. (2023, janeiro 31). *Ciclo de Revisão do COnceto Estratégico de Defesa Nacional 2022-2023*. [Página online]. Retirado de https://www.idn.gov.pt/pt/noticias/Documents/2023/CEDN_teste.pdf
- Instituto Español de Estudios Estratégicos [IEEE]. (2014, fevereiro 28). *La PCSD a través de las Operaciones de Gestión de Crisis de la Unión Europea: Estudio de caso de la EUTM Mali*. [Página online]. Retirado de http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_opinion/2014/DIEEEO21-2014_PCSD_UE_OperacionesEUTM_LauraGarcia.pdf
- International Federation for Human Rights [FIDH]. (2017). *Mali - Terrorism and Impunity Jeopardize the Fragile Peace Agreement*. Paris: FIDH.
- International Center for Migration Policy Development. (2020, junho). *Assessment of Anti-Trafficking Gaps, Needs and Transferrable Practices in the ECOWAS Member States and Mauritania*. [Página online]. Retirado de <https://www.rabat-process.org/en/activities/publications/anti-trafficking-assessment>
- International Crisis Group. (2018, dezembro 13). *Drug Trafficking, Violence and Politics in Northern Mali*. [Página online]. Retirado de <https://www.crisisgroup.org/africa/sahel/mali/267-narcotrafic-violence-et-politique-au-nord-du-mali>
- International Crisis Group. (2021, dezembro 10). *Mali: Enabling Dialogue with the Jihadist Coalition JNIM*. [Página online]. Retirado de <https://www.crisisgroup.org/africa/sahel/mali/306-mali-enabling-dialogue-jihadist-coalition-jnim>
- International Crisis Group. (2022, fevereiro 01). *Eight Priorities for the African Union in 2022*. [Página online]. Retirado de <https://www.crisisgroup.org/africa/african-union-regional-bodies/eight-priorities-african-union-2022>
- International Security Sector Advisory Team [ISSAT]. (2017, março 24). *Assessing the EU's conflict prevention and Peacebuilding interventions in Mali*. [Página online]. Retirado de <https://issat.dcaf.ch/Learn/Resource-Library/Case-Studies/Assessing-the-EU-s-conflict-prevention-and-Peacebuilding-interventions-in-Mali>
- Jain, R. K., & Pandey, S. (2019). The EU Global Strategy and EU–India Relations: A Perceptions Study. In N. Chaban, & M. Holland, *Shaping the EU Global Strategy* (pp. 101-127). Christchurch: Palgrave macmillan.



- Jones, S. G., Doxsee, C., Katz, B., McQueen, E., & Moye, J. (2021). *Russia's Corporate Soldiers: The Global Expansion of Russia's Private Military Companies*. Washington: CSIS.
- Jornal Oficial da União Europeia. (2016, fevereiro 19). Reconstrução e democratização do Mali. *Jornal Oficial da União Europeia*, pp. 127-133.
- Katz, B., Jones, S. G., Doxsee, C., & Harrington, N. (2020, setembro). *Moscow's Mercenary Wars*. [Página online]. Retirado de <https://russianpmcs.csis.org/>
- Kohnert, D. (2022, junho 16). *The impact of Russian presence in Africa*. [Página online]. Retirado de <https://ideas.repec.org/p/pramprapa/112554.html>
- Komenan, D. (2022). *Las sanciones de la CEDEAO contra Mali en el marco de los procesos sociopolíticos en África occidental*. *INFORME ÁFRICA 2022*. [Página online]. Retirado de <http://grupodeestudiosafricanos.org/cms/wp-content/uploads/2022/05/268adbcfb920188029a904fdefe00332.pdf#page=70>
- Krippahl, C. (2022, novembro 22). *Junta militar do Mali desvaloriza retirada de tropas alemãs*. [Página online]. Retirado de <https://www.dw.com/pt-002/junta-militar-do-mali-desvaloriza-retirada-de-tropas-alemãs/a-63867771>
- Lanfranchi, G., & Bruijne, K. d. (2022, junho). *The Russians are coming! The Russians are coming? Russia's growing presence in Africa and its implication for European policy*. [Página online]. Retirado de <https://www.clingendael.org/publication/russias-growing-presence-africa-implication-eu-policy>
- Lanteigne, M. (2019, março 04). *China's UN Peacekeeping in Mali and Comprehensive Diplomacy*. *The China Quarterly*, 329, 635-655. [Página online]. Retirado de <https://www.cambridge.org/core/journals/china-quarterly/article/abs/chinas-un-peacekeeping-in-mali-and-comprehensive-diplomacy/E308793B520DD6B7E7DA53EA17313F94>
- Latorre, J. A. (2022, maio 07). *A change in Mali: The French out, Wagner in*. [Página online]. Retirado de <https://www.unav.edu/web/global-affairs/a-change-in-mali-the-french-out-wagner-in>
- Louro, J. M. (2019). *O Sahel e a crise dos refugiados e dos migrantes na Europa*. Lisboa: IUM.



- Lucia, E. L. (2017, junho 15). *Performing EU agency by experimenting the 'Comprehensive Approach': the European Union Sahel Strategy*. [Página online]. Retirado de <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02589001.2017.1338831>
- Lucia, E. L. (2019, fevereiro). *The european union integrated and regionalised approach Towards The sahel*. [Página online]. Retirado de https://dandurand.uqam.ca/wp-content/uploads/2019/02/2019_02_Report-Lopez-Lucia.pdf
- Machado, M. d. (2017). *Os interesses da França no Mali*. [Página online]. Retirado de <https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br/egn/files/CCN2017.pdf#page=93>
- Maïga, I. (2021, março). *Répondre à l'insécurité dans le Liptako-Gourma*. [Página online]. Retirado de <https://issafrica.org/fr/recherches/rapport-sur-lafrique-de-louest/repondre-a-linsecurite-dans-le-liptako-gourma>
- Marcinkowska, P. (2020). *IMPLEMENTING EU GLOBAL STRATEGY: CHALLENGES FOR EU DIPLOMACY. The Copernicus Journal n.º2/2020, pp. 21-31*. [Página online]. Retirado de <https://apcz.umk.pl/CJPS/article/view/CJPS.2020.012>
- McKnight, J. (2012, novembro 15). *Iyad Ag-Ghali, 2012: Running Out of Road*. [Página online]. Retirado de <https://therevealer.org/iyad-ag-ghali-2012-running-out-of-road/>
- MDN. (2022). *Missões Internacionais*. [Página online]. Retirado de <https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/rb>
- Micallef, M., Herbert, M., Horsley, R., Bish, A., Fereday, A., & Tinti, P. (2021, abril). *CONFLICT, COPING AND COVID Changing human smuggling and trafficking dynamics in North Africa and the Sahel in 2019 and 2020*. [Página online]. Retirado de <https://globalinitiative.net/analysis/smuggling-trafficking-sahel-2020/>
- Ministério da Defesa Nacional [MDN]. (2014, julho 30). *Missões das Forças Armadas. MIFA 2014*. [Página online]. Retirado de https://docentes.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/FPG_MA_31569.pdf
- Ministério dos Negócios Estrangeiros [MNE]. (2006, fevereiro). *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*. [Página online]. Retirado de https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/visao_estrategica_para_cp.pdf
- Mintzberg, H. (1987). *The Strategy Concep I: Five Ps For Strategy, 30 (1)*. California management review 30.1. [Página online]. Retirado de <https://doi.org/10.2307%2F41165263>



- Mirzekhanov, V. S., & Trunov, P. O. (2021, março 24). Germany's Approach to Resolving the Conflict in Mali. In *Herald of the Russian Academy of Sciences, Vol. 91, No. 2* (pp. 223-229). SpringerLink. [Página online]. Retirado de <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34131374/>
- Missiroli, A. (2017). After the EU Global Strategy - Building Resilience. *European Union Institute for Security Studies*, 93. [Página online]. Retirado de <https://www.iss.europa.eu/content/after-eu-global-strategy---building-resilience>
- Mogherini, F. (2019, 06 14). *The European Union's Global Strategy. Three years on, looking forward.* [Página online]. Retirado de https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/eu_global_strategy_2019.pdf
- Moita, L., Pinto, L. V., & Pereira, P. (2019, maio). *Estudo da Estrutura Diplomática Portuguesa. Observatório de Relações Exteriores. Universidade Autónoma de Lisboa.* [Página online]. Retirado de <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/4206/4/Estrutura%20diploma%CC%81tica%20portuguesa%20FINAL.pdf>
- Montclos, M.-A. P. (2021, março 02). *Africa Aware: Responding to Crises in the Sahel.* [Página online]. Retirado de <https://www.chathamhouse.org/2021/03/africa-aware-responding-crises-sahel>
- Nantulya, P. (2019, janeiro 17). *Chinese Hard Power Supports Its Growing Strategic Interests in Africa. Africa Center for Strategic Studies, Spotlight.* [Página online]. Retirado de <https://africacenter.org/spotlight/chinese-hard-power-supports-its-growing-strategic-interests-in-africa/>
- North Atlantic Treaty Organization [NATO]. (2021, junho 17). *NSPA to support Takuba Task Force in Mali.* [Página online]. Retirado de https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_185374.htm?selectedLocale=en
- Nunes, I. F. (2021). União Europeia. Bússola Estratégica. In D. Soller, D. Noivo, L. Simão, B. I. Cruz, P. Daehnhardt, I. F. Nunes, . . . S. Fernandes, *Documentos Estratégicos de Segurança e Defesa.* (pp. 75-90). Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.
- Nunes, P. (2015). PORTUGAL NO ATLÂNTICO: A ROTA MARÍTIMA DA COCAÍNA PARA A EUROPA. *CEDIS Working Papers*, 1-33.
- Observatório de Crises Internacionais. (2021, julho 05). *Região do Sahel: violência, pobreza e ascensão de grupos terroristas.* [Página online]. Retirado de



- <https://sites.ufpe.br/oci/2021/07/05/regiao-de-sahel-violencia-pobreza-e-ascensao-de-grupos-terroristas/>
- Office, Federal Foreign. (2021, março 27). *Together for security, stability and development: Germany's involvement in the Sahel region*. [Página online]. Retirado de <https://www.auswaertiges-amt.de/en/aussenpolitik/regionaleschwerpunkte/afrika/sahel/2450778>
- Okemuo, G. (2013, dezembro 18). *The EU or France? The CSDP Mission in Mali. The Consistency of the EU Africa policy*. *Liverpool Law Rev* 34, 217-240. [Página online]. Retirado de <https://link.springer.com/article/10.1007/s10991-013-9139-7>
- Oliveira, A. (2016, maio-outubro). *A utilização da força militar na gestão e resolução de conflitos*. *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 7, N.º 1. [Página online]. Retirado de observare.ual.pt/janus.net/pt_vol7_n1_art3 (<https://hdl.handle.net/11144/2621>)
- Oliveira, V. (2019, novembro 11). *A Escola de Copenhague e a Teoria da Securitização*. [Página online]. Retirado de <https://medium.com/@victoroliver/a-escola-de-copenhague-e-a-teoria-da-securitizacao>
- Onyekachi, E. B., & Azubike, A. J. (2021, julho). *The Menace of Human Trafficking Across the Sahel Region and the Efforts of NAPTIP*. [Página online]. Retirado de <https://www.idosr.org/wp-content/uploads/2021/07/IDOSR-JAM-61-15-29-2021-DG-P2.pdf>
- Organização das Nações Unidas [ONU]. (2004). *UN DoOC. A/59/565 A More Secure World: Our Shared Responsibility*. New York: ONU.
- Østensen, Å. G., & Bukkvoll, T. (2021). Private military companies – Russian great power politics on the cheap? *Small Wars & Insurgencies*, 1-22.
- Palmeira, J. (2019). Estratégia multilateral portuguesa na ordem global. Capítulo 9. In S. Fernandes, & L. F. (coordenadores), *O multilateralismo: conceitos e práticas no século XXI* (pp. 213-237). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. [Página online]. Retirado de https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/47536/1/Estrategia_multilateral_portuguesa_na_ordem_global.pdf
- Parenti, M. C. (2020). *Dossiê de Conflitos Contemporâneos. Observatório de Conflitos. Vol1 n.º1, pp 12-19*. [Página online]. Retirado de <https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2021/05/vol1-n1-2020.pdf>



- Parlamento Europeu. (2021, junho 10). *Europa Global: 79,5 mil milhões de euros para apoiar o desenvolvimento*. [Página online]. Retirado de <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/society/20210527STO04909/europa-global-79-500-milhoes-de-euros-para-o-desenvolvimento>
- Peace and Security Council Report. (2018, junho 25). *AU summit 31: What is the African Union's role in the Sahel? - Institute for Security Studies*. [Página online]. Retirado de <https://issafrica.org/iss-today/au-summit-31-what-is-the-african-unions-role-in-the-sahel>
- Peace and Security Council Report. (2020, maio 26). *The African Union can do better for the Sahel*. [Página online]. Retirado de <https://issafrica.org/pscreport/psc-insights/the-african-union-can-do-better-for-the-sahel>
- Pereira, P. S. (2018). *Portuguese Foreign Policy. Constraints and Responses. The Road Ahead - The 21st-Century world order in the eyes of policy palnners*, pp. 269- 284. [Página online]. Retirado de <https://funag.gov.br/loja/download/the-road-ahead-livro-funag.pdf>
- Pereira, T. B. (2018, maio 04). *Da Política "Going Out" à Iniciativa "Uma Faixa, Uma Rota"*. [Página online]. Retirado de <https://hojemacau.com.mo/2018/05/04/da-politica-going-out-a-iniciativa-uma-faixa-uma-rota/>
- Pettke, J.-U. (2014). *European Union Training Mission Mali (EUTM Mali) as an Exempli of the European Union's Comprehensive Approach Crisis Management*. [Página online]. Retirado de https://europa-kolleg-hamburg.de/wp-content/uploads/2014/05/SP_Pettkevs.3.pdf
- Pichon, E. (2020, setembro 07). *Understanding the EU Strategy for the Sahel*. [Página online]. Retirado de <https://policycommons.net/artifacts/1332394/understanding-the-eu-strategy-for-the-sahel/1935892/>
- Pontes, J. N. (2016). *Política externa portuguesa : bilateralismo e multilateralismo. Lusíada. Política internacional e segurança*. - ISSN 1647-1342. - S. 1, n. 13-14 (2016). - p. 71-112. [Página online]. Retirado de <https://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/3560>
- Pordeus, H. M. (2020, março 13). *A relação Franco-Malinesa da colonização à Intervenção: o retorno da "Gendarme de L'afrique"*. [Página online]. Retirado de <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/17832>



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

- Portaria n.º 116/2013. (2013, março 01). *Participação portuguesa na missão EUTM Mali*. *Diário da República n.º 43/2013, Série II, 7939-7940*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Portaria n.º 118/2017. (2017, abril 21). *Prorrogação da participação nacional na European Union Training Mission in Mali - «EUTM Mali»*. *Diário da República n.º 95/2017, Série II, 9445-9446*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional. [Página online]. Retirado de <https://dre.pt/home/-/dre/107023701/details/maximized>
- Portaria n.º 182/2021. (2021, maio 11). *Participação nacional na Task Force Takuba em 2021*. *Diário da República n.º 91/2021, Série II, 36-36*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Portaria n.º 225/2016. (2016, julho 12). *Portaria relativa à participação na Missão Militar European Union Training Mission Mali, designada por "Eutm Mali"*, *Diário da República, Série II, 142, 23150-23151*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Portaria n.º 301/2019. (2019, maio 03). *Define o contributo de Portugal para a EUTM Mali*. *Diário da República, Série II, 85, 13460-13461*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Portaria n.º 596/2014. (2014a, julho 18). *EUTM Mali - Empenhamento Nacional 2014*. *Diário da República n.º 137/2014, Série II, 18585-18585*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Portaria n.º 679/2014. (2014b, agosto 14). *Participação portuguesa na Missão das Nações Unidas no Mali*. *Diário da República, Série II, 156, 21101-21102*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Presidência do Conselho de Ministros. (2005, dezembro 22). *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*. *Diário da República n.º 244/2005, Série I-B, 7180*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. [Página online]. Retirado de <https://dre.pt/dre/detalhe/diario-republica/244-2005-124180>
- Presidência do Conselho de Ministros. (2013, abril 05). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. *Diário da República n.º 67, Série I, 1981-1995*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. [Página online]. Retirado de <https://dre.pt/dre/detalhe/resolucao-conselho-ministros/19-2013-259967>
- Presidência do Conselho de Ministros. (2014, março 07). *Conceito Estratégico de Cooperação Portuguesa 2014-2020*. *Diário da República n.º 47/2014, Série I, 1764-1780*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.



- Pye, K. (2021, março). The Sahel Europe's forever war? *Centre For European Reform*, 1-14. [Página online]. Retirado de https://www.cer.eu/sites/default/files/pbrief_sahel_31.3.21.pdf
- Ramani, S. (2021, abril 23). *Russia's Strategy in the Central African Republic*. [Página online]. Retirado de <https://rusi.org/explore-our-research/publications/commentary/russias-strategy-central-african-republic>
- Reis, L. (2018). *O papel da defesa no futuro da Europa. Da Estratégia Global da União Europeia à Cooperação Estruturada Permanente. Relações Internacionais n.º 60*, pp. 39-55. [Página online]. Retirado de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7517529>
- Reis, R. P. (2022, novembro 11). *Segurança, Contributo da Escola de Copenhaga. Revista Brasileira de Ciências Sociais*. [Página online]. Retirado de <https://periodicos.pf.gov.br/index.php/RBCP/article/view/898/642>
- República Portuguesa. (2021, fevereiro 16). *Intervenção do Primeiro-Ministro na Cimeira do G5 Sahel*. [Página online]. Retirado de <https://www.2021portugal.eu/pt/noticias/antonio-costa-participa-na-cimeira-do-grupo-dos-5-do-sahel/>
- República Portuguesa. (2022, janeiro 13). *Preocupações portuguesas integradas Bússola Estratégica da União Europeia*. [Página online]. Retirado de <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/noticia?i=preocupacoes-portuguesas-integradas-bussola-estrategica-da-uniao-europeia>
- Reuters. (2022, maio 15). *Mali's military junta pulls out of regional G5 Sahel force*. [Página online]. Retirado de <https://www.reuters.com/world/africa/malis-military-junta-pulls-out-regional-g5-sahel-force-2022-05-15/>
- RHIPTO. (2019). *Norwegian Center for Global Analyses*. [Página online]. Retirado de <https://www.rhpto.org/maps-and-graphics>
- Ribeiro, J. P. (2020, outubro 22). 15.º Curso de Estudos Africanos - A conflitualidade no Mali. Curso organizado pelo Instituto Universitário Militar. Lisboa.
- Ridon, L. (2021, maio 04). *Unpacking EU's Integrated Sahel Strategy*. [Página online]. Retirado de <https://finabel.org/unpacking-eus-integrated-sahel-strategy/>
- Rouppert, B. (2011). *The European strategy for the Sahel*. [Página online]. Retirado de https://www.culturaldiplomacy.org/academy/content/pdf/participant-papers/2012-01-eaac/The_European_strategy_for_the_Sahel-_Berangere_Rouppert.pdf



- Saint-Pierre, H. L. (2011). "Defesa" ou "Segurança"? Reflexões em torno de Conceitos e Ideologias. *Contexto Internacional*, Vol. 33, N.º 2, 407-433. [Página online]. Retirado de <https://www.scielo.br/j/cint/a/7hYQwTNRzvcqfr9dqMd3PKJ/?lang=pt>
- Sandnes, M. (2021). *The G5 Sahel Joint Force: Operationalisation and Dependency on External Actors*, PRIO Policy Brief, 5. [Página online]. Retirado de <https://www.prio.org/publications/12761>
- Santos, Á. M. (2016). Segurança e Globalização: A Perspetiva dos Estudos Críticos de Segurança. In *Proelium N.º 10* (pp. 107-114). Lisboa: Academia Militar.
- Santos, A. M. (2019). Uma segurança interna cada vez mais europeia? Uma segurança externa cada vez mais nacional? *Galileu*, 7-25.
- Santos, J. T., Aquino, C. F., Cesar, F. E., Pantano, M. J., & Santos, R. F. (2018, junho). *O Conflituoso Cinturão do Sahel. Série Conflitos Internacionais*, V. 5, n. 3. *Observatório de Conflitos Internacionais*. [Página online]. Retirado de <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/v.-5-n.-3-jun.-2018---o-conflituoso-cinturao-do-sahel.pdf>
- Santos, L. A., & Lima, J. M. ((Coordenadores), 2019). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação - 2.ª edição, revista e atualizada*. (L. A. Santos, & J. M. Lima, Edits.) Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Saraiva, L. E. (2016). *O desenvolvimento em África e a segurança da Europa: o caso da Guiné-Bissau*. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa.
- Saraiva, L. E. (2018). *O Espaço da África Subsaariana. Nação e Defesa N.º 151*, pp. 101-118. [Página online]. Retirado de <https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/nacao/Documents/NeD151/NeD151.pdf>
- Saraiva, L. E. (2019). A UE como ator securitário em África: o nexó entre a abordagem multilateral e as capacidades. In S. Fernandes, & L. Simão, *O multilateralismo: conceitos e práticas no século XXI* (pp. 161-188). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. [Página online]. Retirado de https://doi.org/10.14195/978-989-26-1750-3_8
- Secrétariat exécutif du G5 Sahel. (2022). *G5 Sahel*. [Página online]. Retirado de <https://www.g5sahel.org/>
- Senra, M. F. (2022, março 11). *Portugal na Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) da União Europeia: missões e operações militares no Sahel e no Golfo da Guiné*. [Página online]. Retirado de <https://hdl.handle.net/10362/137734>



- Shurkin, M., Pezard, S., & Zimmerman, S. R. (2017). *Mali's Next Battle: Improving Counterterrorism Capabilities*. [Página online]. Retirado de https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR1241.html
- Sidibé, M. (2022, fevereiro). *Le Mali au cœur des processus inachevés*. [Página online]. Retirado de <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/mali/18969.pdf>
- Silva, A. S. (2019, janeiro 03). *O posicionamento geopolítico e a política externa de Portugal*. [Página online]. Retirado de <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBAAAAB%2BLCAAAAAAABACzsDA3AwDXjh5hBAAAAA%3D%3D>
- Silva, J. G. (2021, abril 23). *A PESC e a PCSD*. [Página online]. Retirado de <https://eurodefense.pt/a-pesc-e-a-pcsd/>
- Silva, J. G., & Vieira, J. M. (2022, fevereiro 11). *Mali: o novo santuário terrorista*. *Observatório do Mundo Islâmico*. [Página online]. Retirado de <https://observatoriodomundoislamico.pt/mali-o-novo-santuاريو-terrorista/>
- Solomon, H. (2021). *Terrorism in Africa: New Trends and Frontiers*. [Página online]. Retirado de https://www.inafran.ru/sites/default/files/news_file/terrorism-full.pdf
- Sousa, F. d. (2005). *Dicionário de Relações Internacionais*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.
- Stern, J. (2022, maio 15). *German government extends combat mission in Mali and Sahel*. [Página online]. Retirado de <https://www.wsws.org/en/articles/2022/05/16/cdyd-m16.html>
- Stone, M. (2009). Security According to Buzan: A Comprehensive Security Analysis. *Security Discussion Papers*, 1-11.
- Strategic Survey. (2022). *Sub-Saharan Africa*. *Strategic Survey*, 122:1, 319-358. [Página online]. Retirado de <https://doi.org/10.1080/04597230.2022.2145095>
- Strydom, H. (2019, abril 24). *Mali and the Sahel: Making Peace in Another Rough Neighbourhood*. *Neth Int Law Rev* 66, 75-99. [Página online]. Retirado de <https://link.springer.com/article/10.1007/s40802-019-00134-6>
- Tebas, J. A. (2017, julho 19). *G5 Sahel: La Fuerza [antiterrorista] Conjunta (FC-G5S)*. *Boletín Instituto Español de Estudios Estratégicos*, 37, 1-17. [Página online]. Retirado de https://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_analisis/2017/DIEEEA37-2017_Sahel_G5_FuerzaConjunta_JAMT.pdf



- Teixeira, N. S. (2010). *Breve ensaio sobre a política externa portuguesa*. [Página online]. Retirado de https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri28/n28a04.pdf
- The Armed Conflict Location & Event Data Project [ACLED]. (2022, fevereiro 23). *ACLED - Bringing clarity to crisis*. [Página online]. Retirado de <https://acleddata.com/dashboard/#/dashboard>
- The Fund for Peace. (2021). *Fragile States Index Annual Report 2021*. [Página online]. Retirado de <https://fragilestatesindex.org/wp-content/uploads/2021/05/fsi2021-report.pdf>
- The International Institute for Strategic Studies. (2022). *The Military Balance. The annual assessment of global military capabilities and defence economics*. London: Routledge Journals.
- Thompson, J., Doxsee, C., & Bermudez, J. S. (2022, fevereiro 02). *Tracking the Arrival of Russia's Wagner Group in Mali*. Center for Strategic & International Studies. [Página online]. Retirado de <https://www.csis.org/analysis/tracking-arrival-russias-wagner-group-mali>
- Thurston, A. (2013, fevereiro 22). *Mali: The Disintegration of a "Model African Democracy"*. *STABILITY: International Journal of Security and Development*, 1 (2). [Página online]. Retirado de <https://www.stabilityjournal.org/articles/10.5334/sta.aq/>
- Tocci, N. (2017). *Framing the EU Global Strategy. A stronger europe in a Fragile World*. Birmingham: Palgrave macmillan.
- Tomé, L. (2010). Segurança e Complexo de Segurança: conceitos operacionais. *JANUS.NET Vol.1*. [Página online]. Retirado de <https://observare.autonoma.pt/janus-net/edicaojanus/vol-1-outono-2010/>
- Trad, R. (2021, abril 27). Putin's Mercenaries: Methods perfected during the occupation of Afghanistan are now in wide use among Russia's corporate guns for hire. *New/Lines Magazine*.
- Tull, D. M. (2020, fevereiro 11). *The European Union Training Mission and the struggle for a new model Army in Mali*. [Página online]. Retirado de https://www.irsem.fr/data/files/irsem/documents/document/file/3233/RP_IRSEM_89.pdf
- Tull, D. M. (2022, março 01). *Mali: The uncertain prospects of intervention*. [Página online]. Retirado de <https://www.swp->



- berlin.org/assets/afrika/publications/policybrief/MTA_PB01_2022_Tull_Mali_The_ _uncertain_prospects_of_intervention.pdf
- Union Africaine. (2018). *Mission de l'Union Africaine pour le Mali et le Sahel*. [Página online]. Retirado de <https://www.au-misahel.org/historique-de-la-misahel/>
- United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali [MINUSMA]. (2022). *United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali*. [Página online]. Retirado de <https://minusma.unmissions.org/en>
- United Nations Office on Drugs and Crime [UNODC]. (2017, setembro 08). *UNODC, MINUSMA help Mali fight terrorism financing and cash smuggling*. [Página online]. Retirado de <https://www.unodc.org/unodc/en/frontpage/2017/September/unodc--minusma-help-mali-fight-terrorism-financing-and-cash-smuggling.html>
- UNODC. (2020). *The Sahel Programme*. [Página online]. Retirado de <https://www.unodc.org/westandcentralafrica/pt/newrosenwebsite/sahel-programme/sahel-programme.html>
- Vedie, H.-L. (2020, março). *Forces et faiblesses de la CEDEAO en 2021*. [Página online]. Retirado de <https://www.africaportal.org/publications/forces-et-faiblesses-de-la-cedeao-en-2021-strengths-and-weaknesses-ecowas-2021/>
- Vela, J. M. (2019). *União Africana*. [Página online]. Retirado de <https://www.infoescola.com/geografia/uniao-africana/>
- Venturi, B. (2017, dezembro). *The EU and the Sahel: A Laboratory of Experimentation for the Security–Migration–Development Nexus*. [Página online]. Retirado de <https://www.iai.it/sites/default/files/iaiw1738.pdf>
- Vieira, B. (2014). *A União Europeia como Ator na Segurança Internacional*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- Vieira, G. d. (1980). *Conceitos de Defesa Nacional. Componente Militar*. [Página online]. Retirado de https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2914/1/NeD013_GuilhermeSousaBelchiorVieira.pdf
https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2914/1/NeD013_GuilhermeSousaBelchiorVieira.pdf
- Vieira, M. F., Ribeiro, I. M., & Seabra, P. (2021, abril). *O Mecanismo Europeu de Apoio à Paz no Reforço da União Europeia como Ator Secundário. Nação e Defesa, N.º 158, 115-141*. [Página online]. Retirado de



https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/nacao/Documents/NeD158/NeDef158_6_MelissaFonsecaVieira_InesMarquesRibeiro_PedroSeabra.pdf

Walt, S. (1991). The renaissance of security studies. *Oxford University Press*, 383-402.

Wolfers, A. (1952). "National Security" as an Ambiguous Symbol. *Political Science Quarterly*. Vol.67, N.º 4, 481-502. [Página online]. Retirado de <https://www.jstor.org/stable/2145138>

World Peace Foundation [WPF]. (2017, julho). *Mali Mission Brief*. [Página online]. Retirado de <https://sites.tufts.edu/wpf/files/2017/07/Mali-brief.pdf>

Yarger, H. R. (2006). *Strategic theory for the 21st Century: the little book on big strategy*. Carlisle: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College.

Zentrum für Internationale Friedenseinsätze (ZIF). (2021, abril 21). *ZIF kompakt | EUTM Mali 2021: Erweiterter Einsatz in der Krisenregion*. [Página online]. Retirado de <https://www.zif-berlin.org/veroeffentlichungen/21042021-zif-kompakt-eutm-mali-2021-erweiterter-einsatz-der-krisenregion>

Zevounou, L. (2022). *Mali, les sanctions de la CEDEAO sont illégales*. *CODESRIA Bulletin*, No. 1, 2022. [Página online]. Retirado de <https://journals.codesria.org/index.php/codesriabulletin/issue/view/350>



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

Anexo A — Estrutura e Organização das missões da UE e da EUTM Mali

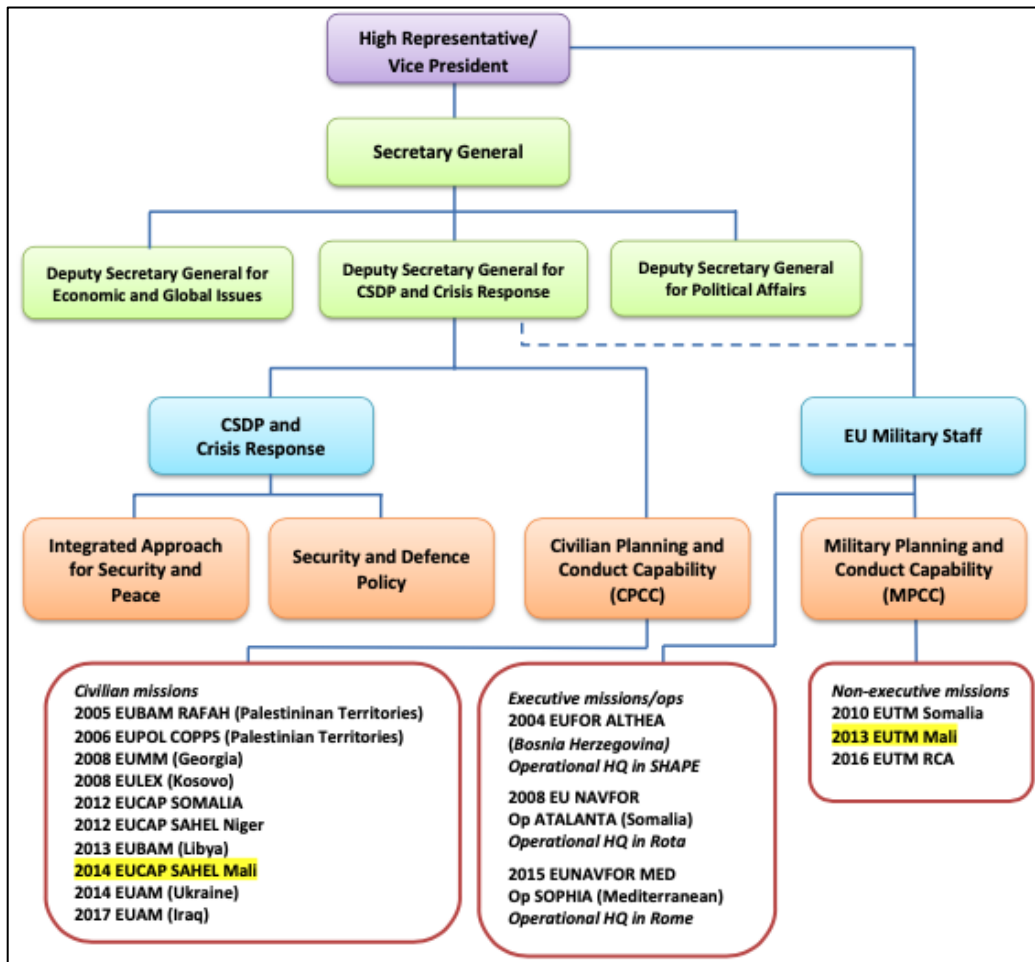


Figura 11 – Organigrama do comando das missões da UE

Fonte: (EEAS, 2019b, p. 1)

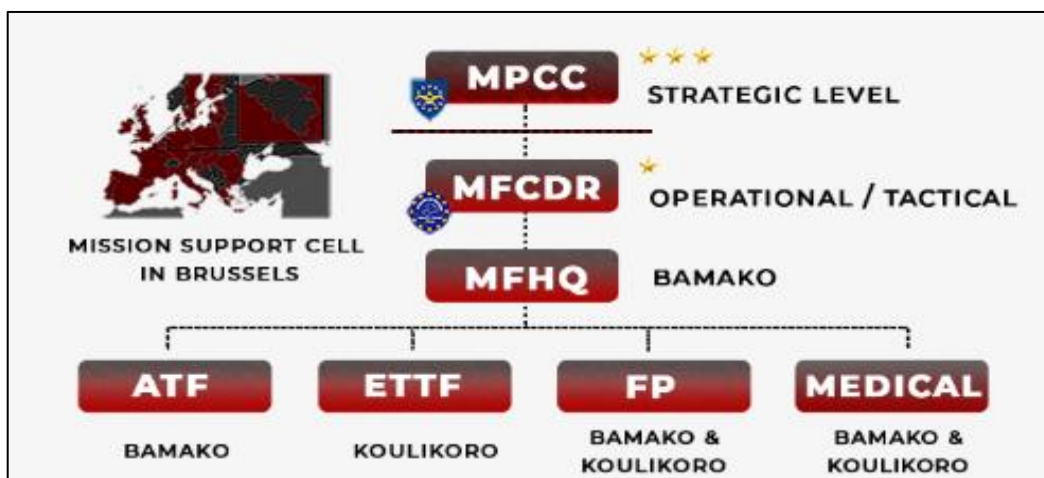


Figura 12 – Estrutura e organização da EUTM Mali

Fonte: (EUTM Mali, 2022)



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

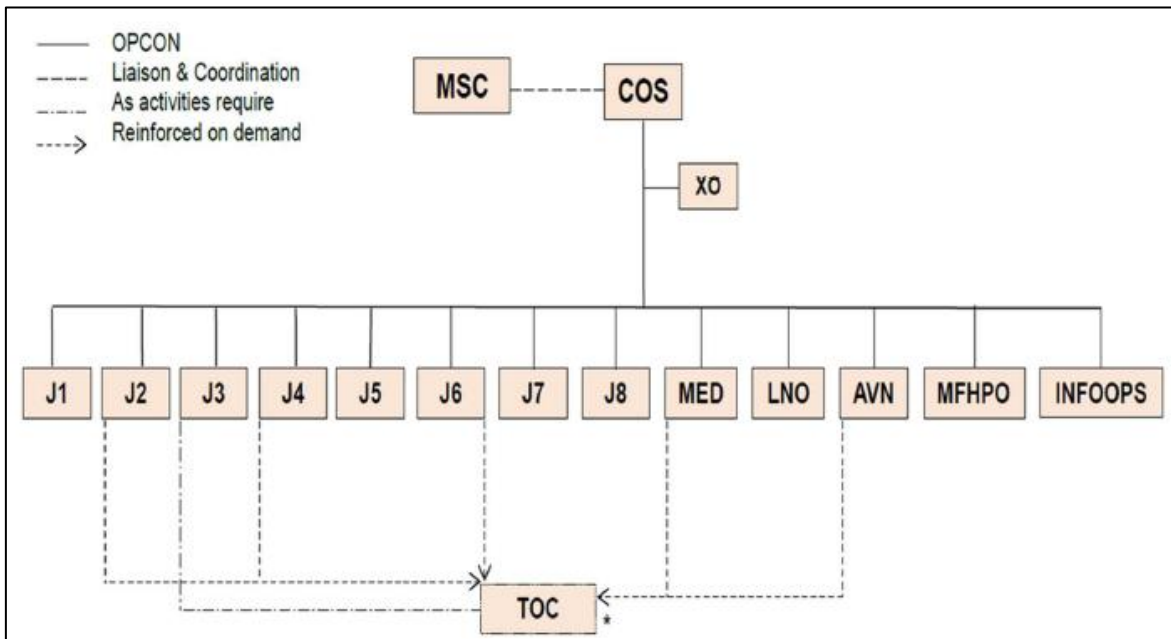


Figura 13 – Estrutura e organização do MFHQ – EUTM Mali

Fonte: (EUTM Mali, 2018)

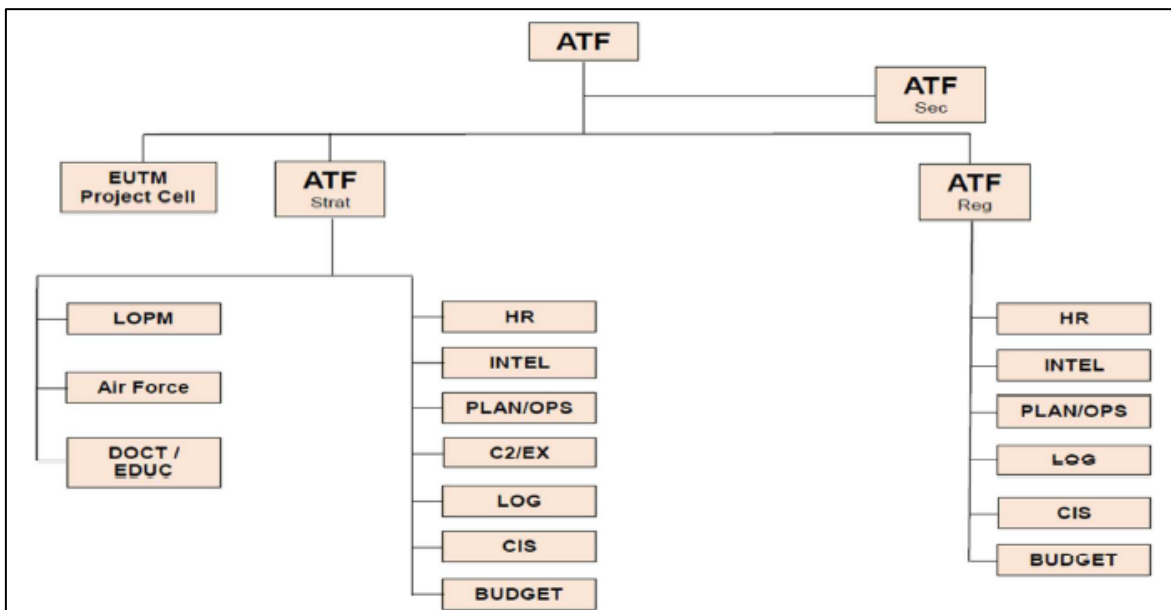


Figura 14 – Estrutura e organização da ATF – EUTM Mali

Fonte: (EUTM Mali, 2018)



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

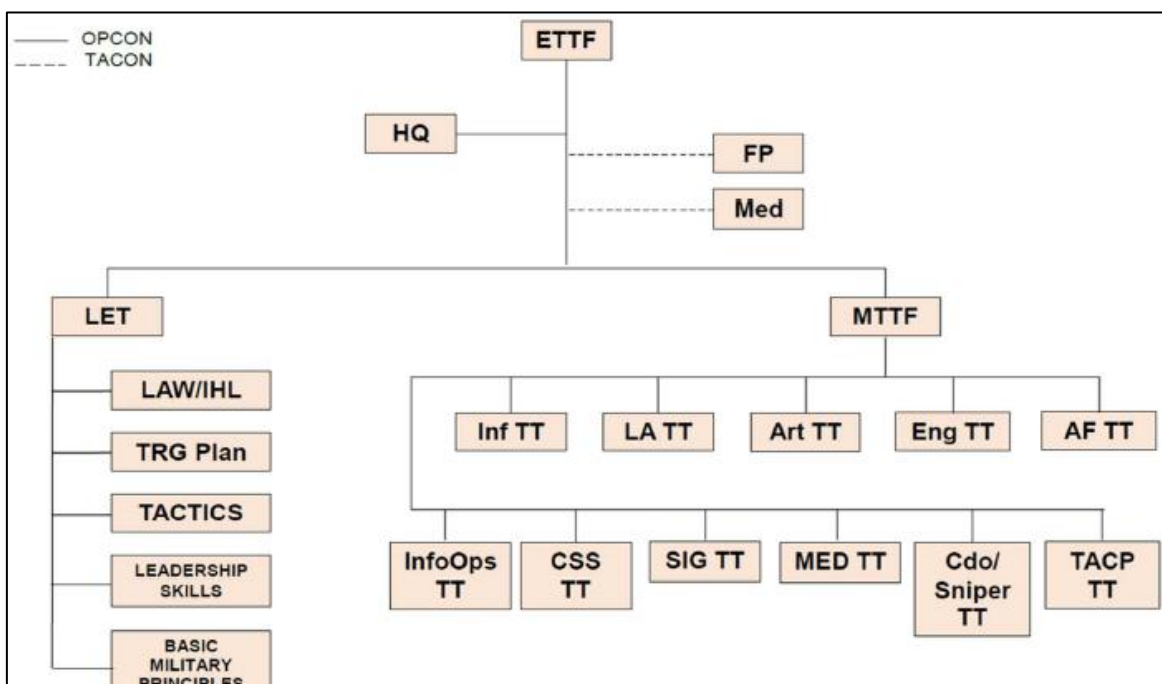


Figura 15 – Estrutura e organização da EUTF – EUTM Mali

Fonte: (EUTM Mali, 2018)



Figura 16 – Mandatos da EUTF Mali e resposta internacional à conflitualidade no território

Fonte: adaptado de EEAS (2019b)



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALL. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

Apêndice A — Modelo de Análise

Quadro 1 – Modelo de Análise

TEMA	A participação das Forças Armadas Portuguesas na EUTM Mali. Contributos para a afirmação de Portugal no Sahel.						
Objetivo Geral	Analisar a participação das FFAA Portuguesas na EUTM Mali tendo em vista dar possíveis contributos para uma estratégia nacional para o Sahel.						
Questão Central	De que modo é que a participação das FFAA Portuguesas na EUTM Mali contribui para a estratégia nacional para o Sahel?						
Objetivos Específicos (OE)		Questões Derivadas (QD)		Conceitos	Dimensões	Indicadores	Técnicas de Recolha de Dados
OE 1	Identificar os desafios securitários para a Europa na região do Sahel (Mali) e os principais <i>stakeholders</i> presentes no Mali	QD 1	Quais os desafios securitários para a Europa provenientes do Sahel (Mali) e quais os principais <i>stakeholders</i> presentes no Mali?	Segurança Defesa	Securitária e Desenvolvimento Militar	Terrorismo Tráfico de Droga Migrações clandestinas e tráfico humano Presença de Companhias Militares Privadas <i>Stakeholders</i>	Análise Documental Entrevistas
OE 2	Analisar a estratégia europeia e a estratégia nacional para o Sahel	QD 2	Qual a estratégia europeia e qual a estratégia nacional para o Sahel?	Desenvolvimento Cooperação Estratégia		Estratégias Acordos bilaterais Acordos multilaterais Participação em missões e operações militares	
OE 3	Interpretar a participação das FFAA Portuguesas na EUTM Mali	QD 3	Como se interpreta a participação das FFAA Portuguesas na EUTM Mali?	Instrumento Militar	Mandatos Estrutura e organização Efetivos de militares portugueses Cargos desempenhados		



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

Apêndice B — Listas de participantes na investigação e guião das entrevistas

Tabela 1 – Lista de participantes na investigação (entrevista semiestruturada um)

DESCRITOR	ENTREVISTADO	TIPO DE ENTREVISTA	DATA
E1	Comandante das Forças Terrestres – Tenente-General António Martins Pereira	Entrevista por <i>email</i>	03-04-22
E2	<i>Deputy Director/Chief of Staff</i> do <i>Military Planning and Conduct Capability</i> (MPCC) no <i>European Union Military Staff</i> (EUMS) – Tenente-General Hermínio Teodoro Maio	Entrevista por <i>Zoom</i>	11-03-22
E3	<i>EUTM Mali Mission Force Commander</i> e <i>Senior National Representative</i> no TO (dezembro de 2019 a junho de 2020) – Major-General João Pedro Rato Boga de Oliveira Ribeiro	Entrevista por <i>email</i>	20-03-22
E4	<i>EUTM Mali Deputy Mission Force Commander</i> e <i>Senior National Representative</i> no TO (abril de 2018 a outubro de 2018) – Brigadeiro-General João António Manuel de Almeida Domingues Varregoso	Entrevista por <i>email</i>	12-03-22

Tabela 2 – Lista de participantes na investigação (entrevista semiestruturada dois)

DESCRITOR	ENTREVISTADO	TIPO DE ENTREVISTA	DATA
E5	<i>ATF J3 Staff Officer</i> e <i>Senior National Representative</i> no TO (abril de 2014 a outubro de 2014) – Capitão-de-fragata FZ José Eduardo Pinto Conde	Entrevista por <i>email</i>	21-03-22
E6	<i>MFHQ Information Operations (InfoOps) Staff Officer</i> e <i>Senior National Representative</i> no TO (junho de 2015 a dezembro de 2015) – Tenente-Coronel de Cavalaria Fernando Luís Ferreira da Silva	Entrevista por <i>email</i>	28-03-22
E7	<i>MFHQ J6 Chief</i> e <i>Senior National Representative</i> no TO (agosto de 2021 a fevereiro de 2022) – Tenente-Coronel de Transmissões Gustavo Ferreira Gapo	Entrevista por <i>email</i>	04-05-22



Guião de Entrevista

Racional

O presente guião de entrevista foi elaborado no âmbito da realização da dissertação do Mestrado em Ciências Militares – Segurança e Defesa 2022/2023 pelo Major de Infantaria Luís Miguel Rodrigues Gomes, está subentendido ao tema em epígrafe, e tem como propósito analisar a participação das Forças Armadas (FFAA) Portuguesas na EUTM Mali, tendo em vista reunir possíveis contributos para uma estratégia nacional no Sahel.

Face ao exposto, foram definidos os seguintes objetivos específicos (OE):

OE1 – Identificar os desafios securitários para a Europa na região do Sahel (Mali) e os principais *stakeholders* presentes na região do Mali;

OE2 – Analisar a estratégia europeia e a estratégia nacional para o Sahel;

OE3 – Interpretar a participação das FFAA Portuguesas na EUTM Mali.

Os dados da entrevista destinam-se, única e exclusivamente, à realização desta investigação, sendo a sua participação uma significativa mais-valia para a qualidade dos resultados obtidos.

Pretende-se que a análise de conteúdo da entrevista seja anexada ao trabalho e mencionada na bibliografia, podendo, deste modo, constituir fonte para citações ao longo do texto.

No entanto, e na eventualidade de desejar anonimato e confidencialidade na sua identificação, os dados provindos da sua entrevista serão descaracterizados o suficiente para poderem ser trabalhados sem que isso comprometa a fonte de origem.

Grato pela sua disponibilidade e significativo contributo.

Identificação do entrevistado:

Posto e Nome:

Cargo ou função:



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

Questões:

1. Considerando o Sahel um *choke point* numa área dinâmica e de grandes dimensões, que apresenta vários desafios de segurança, tais como o terrorismo, tráfico de droga, tráfico humano e migração, quais são os principais desafios securitários para a Europa provenientes desta região? (**Não aplicável ao E5, E6 e E7**)
2. Como caracteriza a estratégia europeia para o Sahel? Na sua opinião, existem algumas lacunas? Se sim, quais? (**Não aplicável ao E5, E6 e E7**)
3. Na sua opinião quais são os interesses europeus e nacionais na região do Sahel?
4. Considera existir uma estratégia nacional, concreta e objetiva, para o Sahel? Pode fundamentar?
5. Portugal mantém relações multilaterais em linha com a estratégia da União Europeia. Na sua opinião, existem relações bilaterais entre Portugal e o Mali? Podia fundamentar?
6. Para além da União Europeia, quais são os outros *stakeholders* presentes no Mali? E quais são os interesses desses atores na região?
7. Cada vez mais, o envolvimento das FFAA na política externa dos Estados se torna de vital importância. Para concretizar os interesses nacionais, a presença em missões internacionais como a EUTM Mali, constitui um dos eixos estratégicos da política externa portuguesa. Na sua opinião e face aos interesses nacionais no Mali e no Sahel, a participação das FFAA Portuguesas nesta missão, com o seu efetivo e capacidades, enquadra-se no pretendido? Pode fundamentar?
8. Na sua opinião, quais as principais vantagens estratégicas resultantes do envolvimento das FFAA Portuguesas no Mali?



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

9. A participação portuguesa na EUTM Mali iniciou-se em 2013. Desde essa data, a tendência foi crescente até Portugal assumir o comando da missão em 2019/2020. Na sua opinião qual tem sido o impacto da participação das FFAA Portuguesas na EUTM Mali tendo em vista os interesses nacionais?
10. Considera que a participação portuguesa na EUTM Mali deveria ser mais robusta ou ter outro formato? Podia fundamentar?
11. Na sua opinião, o desempenho dos militares portugueses na EUTM Mali desde 2013, contribuíram para a afirmação de Portugal no Sahel, segundo a estratégia nacional para aquela região? De que forma?
12. Face ao anúncio recente de retirada das Forças francesas do Mali e á presença das *Private Military Companies* russas (nomeadamente o Grupo *Wagner*), qual vai ser o posicionamento futuro português relativamente ao empenhamento das suas FFAA na EUTM Mali?



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

Apêndice C — Análise de conteúdo final das entrevistas

Questão #1 - Considerando o Sahel um *choke point* numa área dinâmica e de grandes dimensões, que apresenta vários desafios de segurança, tais como o terrorismo, tráfico de droga, tráfico humano e migração, quais são os principais desafios securitários para a Europa provenientes desta região?

Quadro 2 – Análise de conteúdo final das respostas à questão 1

Categoria	Unidades de Registo	Entrevistados							Unidades de enumeração	Resultados (%)
		1	2	3	4	5	6	7		
Desafios securitários	1.1 Tráfico de Armas	X	X	X		Não aplicável			3	75%
	1.2 Tráfico de Droga	X	X	X	X				4	100%
	1.3 Tráfico humano	X	X	X	X				4	100%
	1.4 Terrorismo	X	X	X	X				4	100%
	1.5 Migração	X	X	X	X				4	100%
	1.6 Instabilidade governativa	X	X	X					3	75%
	1.7 Ação de competidores estratégicos	X	X	X					3	75%
Conclusão: existe consenso relativamente aos principais desafios securitários, onde somente um entrevistado não os elencou na totalidade.										

Questão #2 - Como caracteriza a estratégia europeia para o Sahel? Na sua opinião existem lacunas? Se sim, quais e porquê?

Quadro 3 – Análise de conteúdo final das respostas à questão 2

Categoria	Unidades de Registo	Entrevistados							Unidades de enumeração	Resultados (%)
		1	2	3	4	5	6	7		
Estratégia da UE	2.1 Caracterização					Não aplicável				
	2.1.1 Apoio às Forças Armadas e sincronização com a ONU	X							1	25%
	2.1.2 Papel dos Estados-membros		X						1	25%
	2.1.3 Complexa		X						1	25%
	2.1.4 Papel da França		X						1	25%
	2.1.5 Foco no Mali		X						1	25%
	2.1.6 Desenvolvimento e Segurança		X	X	X				3	75%
	2.1 Lacunas									
	2.2.1 Não fornecer material às Forças Armadas				X				1	25%
	2.2.2 Não funcionamento da mesma		X						1	25%
2.2.3 Difícil compreensão e aceitação local		X	X		2	50%				
Conclusão: relativamente à Estratégia da UE para o Sahel, 75% dos entrevistados refere que se caracteriza pelo desenvolvimento e segurança. No que concerne às lacunas, as opiniões divergem, realçando que 50% dos entrevistados refere que existe uma difícil compreensão da estratégia a aceitação local.										

Questão #3 - Na sua opinião quais são os interesses europeus e nacionais na região do Sahel?



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

Quadro 4 – Análise de conteúdo final das respostas à questão 3

Categoria	Unidades de Registo	Entrevistados							Unidades de enumeração	Resultados (%)
		1	2	3	4	5	6	7		
Interesses	3.1 Alinhamento nacional com a UE	X	X	X		X	X		5	71%
	3.2 África como um todo		X						1	14%
	3.3 Estabilização do Sahel		X	X	X	X	X	X	6	86%
	3.4 Económico			X				X	2	29%
Conclusão: de realçar que 86% dos entrevistados considera que os interesses europeus se prendem com a estabilização da região. Relativamente aos interesses nacionais, 71% dos inquiridos considera que os mesmos estão alinhados com os interesses europeus.										

Questão #4 - Considera existir uma estratégia nacional, concreta e objetiva, para o Sahel? Pode fundamentar?

Quadro 5 – Análise de conteúdo final das respostas à questão 4

Categoria	Unidades de Registo	Entrevistados							Unidades de enumeração	Resultados (%)
		1	2	3	4	5	6	7		
Estratégia nacional	4.1 Alinhamento com a UE	X	X	X	X				4	57%
	4.2 Relação bilateral com a França	X	X						2	29%
	4.3 Segurança através da participação em missões			X			X		2	29%
	4.4 Sem clareza			X					1	14%
	4.5 Segurança marítima			X					1	14%
	4.6 Inexistência					X		X	2	29%
	4.7 Falta de coordenação							X	1	14%
Conclusão: 57% dos entrevistados considera que a estratégia nacional está alinhada com a UE. Ainda assim, 29% refere que a mesma segue a posição da França, sendo esta relação bilateral importante para os interesses nacionais, e igualmente outros 29% de inquiridos afirmam que a estratégia passa pela garantia de segurança com a participação em missões internacionais. Por outro lado, também 29% dos entrevistados desconhece a existência de uma estratégia nacional para o Sahel.										

Questão #5 - Portugal mantém relações multilaterais em linha com a estratégia da União Europeia. Na sua opinião, existem relações bilaterais entre Portugal e o Mali? Podia fundamentar?

Quadro 6 – Análise de conteúdo final das respostas à questão 5

Categoria	Unidades de Registo	Entrevistados							Unidades de enumeração	Resultados (%)
		1	2	3	4	5	6	7		
Relações bilaterais	5.1 Multilateralismo	X	X	X	X		X		5	71%
	5.2 Dificuldade em criar relações bilaterais	X	X						2	29%
	5.3 Presença física em todos os instrumentos do poder			X					1	14%
	5.4 Papel de neutralidade					X			1	14%
	5.5 Benefício económico para o Estado pela ajuda militar prestada							X	1	14%
Conclusão: de referir que 71% dos entrevistados considera que o multilateralismo predomina nas nossas relações e 29% refere que é difícil criar relações bilaterais com o Mali										

Questão #6 - Para além da União Europeia, quais são os outros *stakeholders* presentes no Mali? E quais são os interesses desses atores na região?



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

Quadro 7 – Análise de conteúdo final das respostas à questão 6

Categoria	Unidades de Registo	Entrevistados							Unidades de enumeração	Resultados (%)
		1	2	3	4	5	6	7		
Stakeholders + interesses	6.1 ONU (MINUSMA)/ Estabilização	X	X	X	X	X	X	X	7	100%
	6.2 Grupos Terroristas/conflito	X	X						2	29%
	6.3 França/Cooperação e Estabilização	X	X	X	X	X		X	6	86%
	6.4 Alemanha/Cooperação e Estabilização	X	X		X			X	4	57%
	6.5 Holanda/Cooperação e Estabilização	X						X	2	29%
	6.6 Reino Unido/Cooperação	X			X				2	29%
	6.7 EUA/Cooperação	X		X	X				3	43%
	6.8 União Africana/cooperação		X	X					2	29%
	6.9 CEDEAO/Cooperação		X	X	X			X	4	57%
	6.10 Espanha/Cooperação e Estabilização		X		X			X	3	43%
	6.11 Áustria/Cooperação e Estabilização		X					X	2	29%
	6.12 República Checa/Cooperação		X						1	14%
	6.13 Países do G5 Sahel/Cooperação e coordenação		X	X					2	29%
	6.14 Argélia/Cooperação		X	X					2	29%
	6.15 Mali (Governo, Forças Armadas e População)		X						1	14%
	6.16 Rússia/Wagner/Competição		X	X	X		X	X	5	71%
	6.17 China/Económicos		X	X	X		X		4	57%
	6.18 Turquia		X						1	14%
	6.19 Qatar		X						1	14%
	6.20 Egipto		X						1	14%
	6.21 <i>G5 Sahel Joint Force</i> /Cooperação e segurança				X				1	14%
	6.22 Japão/Cooperação				X				1	14%
	6.23 Guiné-Conakry				X				1	14%
	6.24 Líbia				X				1	14%
	6.25 ONG/Cooperação							X	1	14%
	6.26 Luxemburgo/Cooperação							X	1	14%
Conclusão: existe unanimidade absoluta que a ONU (MINUSMA) é um <i>stakeholder</i> na região cujo interesse é a estabilização da mesma. Em relação aos outros atores, os inquiridos realçaram a França com o interesse de cooperação e estabilização (71%); a Rússia com o interesse de competição utilizando PMC (<i>Wagner Group</i>) (71%); a Alemanha com o interesse de cooperação (57%); a China com interesse económico (57%) e a CEDEAO com interesse de cooperação (57%).										

Questão #7 - Cada vez mais, o envolvimento das FFAA na política externa dos Estados se torna de vital importância. Para concretizar os interesses nacionais, a presença em missões internacionais como a EUTM Mali, constitui um dos eixos estratégicos da política externa portuguesa. Na sua opinião e face aos interesses nacionais no Mali e no Sahel, a participação das FFAA Portuguesas nesta missão, com o seu efetivo e capacidades, enquadra-se no pretendido? Pode fundamentar?



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

Quadro 8 – Análise de conteúdo final das respostas à questão 7

Categoria	Unidades de Registo	Entrevistados							Unidades de enumeração	Resultados (%)
		1	2	3	4	5	6	7		
Participação das FFAA Portuguesas	7.1 Política bilateral apoiada por ONU e UE	X							1	14%
	7.2 Proporcional aos interesses e possibilidades nacionais	X	X	X	X		X		5	71%
	7.3 Relevante		X	X					2	29%
	7.4 Proporcional à dimensão nacional		X	X			X	X	4	57%
	7.5 Acima do expectável		X						1	14%
	7.6 Reconhecimento		X						1	14%
	7.7 Adequada			X	X		X	X	4	57%
	7.8 Visibilidade			X					1	14%
	7.9 Necessidade de maior coerência em relação aos interesses nacionais			X				X	2	29%
	7.10 Enquadrada na estratégia europeia e nacional			X					1	14%
	7.11 Reduzida					X			1	14%
Conclusão: 71% dos entrevistados considera que a participação das FFAA Portuguesas na EUTM Mali é proporcional aos interesses e possibilidades nacionais. Já 57% refere que é adequada e proporcional à dimensão de Portugal.										

Questão #8 - Na sua opinião, quais as principais vantagens estratégicas resultantes do envolvimento das FFAA Portuguesas no Mali?

Quadro 9 – Análise de conteúdo final das respostas à questão 8

Categoria	Unidades de Registo	Entrevistados							Unidades de enumeração	Resultados (%)	
		1	2	3	4	5	6	7			
Vantagens estratégicas	8.1 Alinhamento com a UE	NR	X	X				X	3	50%	
	8.2 Capacitação das Forças nacionais		X	X					2	33%	
	8.3 Visibilidade e credibilidade internacional		X		X	X	X			4	67%
	8.4 Reconhecimento internacional		X				X			2	33%
	8.5 Contribuição para a estabilidade regional			X	X	X				3	50%
	8.6 Contribuição no combate aos desafios securitários para a UE			X						1	17%
	8.7 Garantir as condições para a segurança e a estabilidade do continente europeu				X	X					2
NR – Não respondido											
Conclusão: para 67% dos entrevistados, o envolvimento das FFAA Portuguesas no Mali traz visibilidade e credibilidade internacional, e para 50% contribui para a estabilidade regional. Em linha com as questões N.º 3 e N.º 4, também 50% dos inquiridos refere que o envolvimento das FFAA Portuguesas contribui para o empenhamento das FFAA em geral dos Estados-membros da UE.											

Questão #9 - A participação portuguesa na EUTM Mali iniciou-se em 2013. Desde essa data, a tendência foi crescente até Portugal assumir o comando da missão em 2019/2020. Na sua opinião qual tem sido o impacto da participação das FFAA Portuguesas na EUTM Mali tendo em vista os interesses nacionais?



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

Quadro 10 – Análise de conteúdo final das respostas à questão 9

Categoria	Unidades de Registo	Entrevistados							Unidades de enumeração	Resultados (%)
		1	2	3	4	5	6	7		
Impacto da participação das FFAA Portuguesas	9.1 Visibilidade e credibilidade internacional	X	X	X	X	NR	X	X	6	100%
	9.2 Competência	X	X	X	X				4	67%
	9.3 Reconhecimento internacional			X					1	17%

NR – Não respondido

Conclusão: Apesar resposta em branco do entrevistado N.º 5, **todos os restantes** enaltecem a visibilidade e credibilidade internacional com a participação das FFAA Portuguesas na EUTM Mali, tal como elencado na questão anterior. Também **67%** dos inquiridos considera a competência como característica do sucesso do empenhamento militar português na EUTM Mali.

Questão #10 - Considera que a participação portuguesa na EUTM Mali deveria ser mais robusta ou ter outro formato? Podia fundamentar?

Quadro 11 – Análise de conteúdo final das respostas à questão 10

Categoria	Unidades de Registo	Entrevistados							Unidades de enumeração	Resultados (%)
		1	2	3	4	5	6	7		
Participação militar portuguesa	10.1 Adequada	X	X	X	X	X	X	X	7	100%
	10.2 Aceitável	X	X	X					3	43%
	10.3 Exequível	X	X	X					3	43%
	10.4 Decisão Política	X	X						2	29%
	10.5 Disponibilidade					X	X		2	29%

Conclusão: A **unanimidade** dos entrevistados considera que a nossa participação é adequada, não necessitando de mais robustez nem de possuir outro formato.

Questão #11 - Na sua opinião, o desempenho dos militares portugueses na EUTM Mali desde 2013, contribuíram para a afirmação de Portugal no Sahel, segundo a estratégia nacional para aquela região? De que forma?

Quadro 12 – Análise de conteúdo final das respostas à questão 11

Categoria	Unidades de Registo	Entrevistados							Unidades de enumeração	Resultados (%)
		1	2	3	4	5	6	7		
Desempenho dos militares portugueses	11.1 Visível e credível	X		X		X	X	X	5	71%
	11.2 Maior relevância durante o comando da missão		X		X				2	29%
	11.3 Permite alcançar objetivos europeus			X			X		2	29%

Conclusão: **71%** dos entrevistados considera que desde que iniciou a participação das FFAA Portuguesas na EUTM Mali, o desempenho dos militares tem trazido visibilidade e credibilidade a Portugal, permitindo a sua afirmação no Sahel.

Questão #12 - Face ao anúncio recente de retirada das Forças francesas do Mali e á presença das *Private Military Companies* russas (nomeadamente o Grupo *Wagner*), qual vai ser o posicionamento futuro português relativamente ao empenhamento das suas FFAA na EUTM Mali?



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

Quadro 13 – Análise de conteúdo final das respostas à questão 12

Categoria	Unidades de Registo	Entrevistados							Unidades de enumeração	Resultados (%)
		1	2	3	4	5	6	7		
Posicionamento futuro português	12.1 Alinhamento com a UE	X	X	X	X	X	X	X	7	100%
	12.2 Continuação da missão e treino	X	X						2	29%
	12.3 Continuar a colaborar com autoridades locais		X						1	14%
	12.4 Eventual apoio a Espanha							X	1	14%
Conclusão: Por unanimidade , os entrevistados consideram que o posicionamento futuro português na EUTM Mali com a presença do <i>Grupo Wagner</i> no território, estará em linha com os restantes Estados-membros da UE, tal como na questão N.º 3, N.º 4 e N.º 8.										



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

Apêndice D — Matrizes de unidades de contexto e de registo por questão da entrevista

Questão #1 - Considerando o Sahel um *choke point* numa área dinâmica e de grandes dimensões, que apresenta vários desafios de segurança, tais como o terrorismo, tráfico de droga, tráfico humano e migração, quais são os principais desafios securitários para a Europa provenientes desta região?

Quadro 14 – Matriz de unidades de contexto e de registo da questão 1

	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
E1	<p>[...] assume-se neste momento como uma área de passagem importante para vários fluxos. Uns tradicionais, como é o caso da transumância, outros que se aproveitam dessas rotas de passagem para “incorporar” outros tráficos – seja de armas, droga, tráfico humano (migrantes, seres humanos para colheita de órgãos, prostituição, etc). Por todo o lado, em zonas em que a autoridade nacional não consegue ser exercida, exercem-na grupos armados, alguns de índole terrorista, outros de cariz insurgente, estabelecendo pontos de controlo para extorsão de tarifas e direitos de passagem, mas também exercendo domínio, com leis tradicionais ou de cariz religioso (e.g. sharia) sobretudo em áreas de mineração que garantem recursos para a sustentação, armamento e equipamento bélico. [...] os riscos securitários para a Europa prendem-se com a perturbação das áreas de origem de matérias primas, o avanço do terrorismo, a criação de vagas de refugiados e migrantes para a vizinhança da Europa no Mediterrâneo e para a própria Europa e a perturbação das comunidades europeias migrantes nestes países ligados ao funcionamento das sociedades nestes países e origem de ameaças marítimas no golfo da guiné, a partir de terra. [...] A instabilidade governativa é outro dos desafios que exacerba a instabilidade, enfraquece ou inviabiliza a abordagem regional e multilateral e cria enormes dificuldades à cooperação.</p>	<p><u>Desafios Securitários:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Tráfico de Armas (1.1)• Tráfico de droga (1.2)• Tráfico humano (1.3)• Terrorismo (1.4)• Migração (1.5)• Instabilidade governativa (1.6)• Ação de competidores estratégicos (1.7)
E2	<p>Eles estão mais ao menos descritos na questão. Vejamos, o terrorismo, tráfico de droga, tráfico humano e as migrações, são obviamente neste momento as grandes preocupações para a Europa como desafios à segurança vindos dessa região. Claro que neste momento, existe também o jogo de influências que está a ser cada vez mais visível por parte de alguns países, que procuram ganhar relevância no xadrez estratégico, e utilizam obviamente Estados como o Mali, e o Sahel em geral, para exercer essa influência. [...] Existe uma preocupação permanente para que estes Estados, através de uma governança adequada, consigam responder aos problemas destas populações, ou seja, que consigam por essa via, responder aos seus anseios, do ponto de vista da segurança, do ponto de vista do seu bem-estar, da sua estabilidade, de modo a que não sejam utilizados por organizações terroristas e que não procurem outros destinos, nomeadamente a Europa que fica a “dois passos” para migrar. [...] Com a dificuldade em responder aos anseios das populações, a facilidade com que essas populações são manipuladas, influenciadas e instrumentalizadas por organizações terroristas, e muitas vezes isso acontece porque as pessoas não</p>	<p><u>Desafios Securitários:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Tráfico de Armas (1.1)• Tráfico de droga (1.2)• Tráfico humano (1.3)• Terrorismo (1.4)• Migração (1.5)• Instabilidade governativa (1.6)• Ação de competidores estratégicos (1.7)



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

	encontram respostas por parte das estruturas dos Estados que as governam, a situação tem tendência a piorar.	
E3	A forma como a pergunta está elaborada, sumariza de forma muito completa os desafios securitários para a Europa que podem ter origem nesta região. Na realidade qualquer um destes desafios securitários pode afetar a Europa a partir desta e de outras áreas de África. Acrescentaria que estes desafios securitários não são estanques e podem perfeitamente manifestar-se através da sua fusão ou mistura. Por outro lado, se são originados ou facilitados pelas condições e características de vulnerabilidade e instabilidade desta região , que geram as condições particulares para a implementação e crescimento de organizações terroristas , locais e/ou com afiliações a outras de aspiração global (em particular o Estado Islâmico e a <i>Al-Qaeda</i>), existência de redes criminosas de tráfico de diferentes naturezas, que acabam por se ligar com as anteriores, estes desafios são também ampliados pela situação atual dos países entre essa região e a Europa (desde Marrocos até ao Egipto, com especial atenção para a Líbia, a situação é muito complicada, também manifestada pelos três fluxos principais de migração), e tudo isto maximizado pela competição entre poderes globais, regionais, ou locais, que se vai manifestando cada vez mais no continente africano.	<p><u>Desafios Securitários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Tráfico de Armas (1.1) • Tráfico de droga (1.2) • Tráfico humano (1.3) • Terrorismo (1.4) • Migração (1.5) • Instabilidade governativa (1.6) • Ação de competidores estratégicos (1.7)
E4	Os principais desafios para a Europa são os movimentos demográficos descontrolados , com origem ou que utilizam rotas que passam nessa região; a ação das organizações transnacionais que podem estabelecer santuários nesta região e expandir a sua ação para a Europa ou para o Sul de África a partir desta região; bem como o crime organizado que tem rotas nesta região, pode utilizar os movimentos migratórios para a Europa para fazer tráfico de droga e humano para a Europa.	<p><u>Desafios Securitários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Tráfico de droga (1.2) • Tráfico humano (1.3) • Terrorismo (1.4) • Migração (1.5)
E5	Não aplicável	
E6		
E7		

Questão #2 - Como caracteriza a estratégia europeia para o Sahel? Na sua opinião existem lacunas? Se sim, quais e porquê?

Quadro 15 – Matriz de unidades de contexto e de registo da questão 2

	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
E1	[...] a União Europeia dispõe de uma Estratégia para o Sahel que tem sido evolutiva e tem procurado dar uma resposta, sempre que possível, com a necessária apropriação dos países com instabilidade, com os países vizinhos numa perspetiva regional e reforçando ou criando as instituições para o efeito. O facto da estar presente a ameaça terrorista tem levado a UE a implementar apoios às Forças Armadas que lhes garantam maior capacidade, complementando a ação e em articulação e coordenação com as Missões multidimensionais da ONU no terreno.	<p><u>Caracterização (2.1):</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio às Forças Armadas e sincronização com a ONU (2.1.1) <p><u>Lacunas (2.2):</u></p>



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

	<p>Como qualquer Estratégia exige uma contínua monitorização e adaptação. Só assim se podem verificar lacunas e adequar a ação estratégica, sempre modulada pelos objetivos políticos e pelas condições de partida para a implementação da estratégia.</p>	
E2	<p>Se existem lacunas? Se a Estratégia estivesse a resultar, poderíamos dizer que não existiam lacunas e por isso estava bem delineada, estava a ser posta em prática e os objetivos estavam a ser atingidos. Mas a realidade como sabemos não é bem assim. Também há aqui outros fatores, sobre os quais poderemos falar, sobre o papel de alguns Estados que têm uma importância grande no delinear destas estratégias, e que depois, digamos, mudam de rumo, como estamos a assistir neste momento.</p> <p>Se eu quisesse caracterizar a Estratégia Europeia para o Sahel, eu diria que é sobretudo, complexa, com uma série de instrumentos, com uma multiplicação de iniciativas, que talvez fazem sentido do ponto de vista europeu, mas uma estratégia deste tipo só resulta, se os Estados do Sahel e o próprio Sahel entender a estratégia e se envolver na sua aplicação. Para estes países é muito difícil entender a complexidade dos instrumentos das várias vertentes da estratégia, que a UE tem para o Sahel. A UE tem estado a trabalhar sobre aquilo que considera ser a estratégia para o Sahel, nas suas diferentes vertentes, mas por exemplo, no âmbito da ação bilateral de alguns Estados-membros, o papel da França para a implementação desta estratégia é essencial e a decisão de sair do Mali, de retirar a <i>Takuba</i> e a <i>Barkane</i> vai criar aqui uma lacuna essencial na estratégia da UE para o Sahel, que é a parte cinética, ou seja, o combate ao terrorismo [...] E portanto, essa condição de base dentro dos instrumentos da UE, deixa de existir. O Mali é essencial, por isso é que a UE investiu imenso no Mali, por isso é que a comunidade internacional está muito focalizada no Mali e a própria região está focalizada no Mali. Se a estratégia da UE para o Sahel não for bem-sucedida no Mali, não é bem-sucedida para o Sahel em geral. [...] agora, naquilo que diz respeito à reconstrução do setor de segurança, existe uma série de missões que continuam a trabalhar: A EUTM Mali, a EUCAP Sahel Mali, que continuam a ter o seu papel, obviamente. Existem várias outras iniciativas, como a coligação para o Sahel, o P3S, os apoios bilaterais, e tudo isto continua a existir e a fazer parte desta estratégia.</p>	<p><u>Caracterização (2.1):</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Papel dos Estados-membros (2.1.2)• Complexa (2.1.3)• Papel da França (2.1.4)• Foco no Mali (2.1.5)• Desenvolvimento e segurança (2.1.6) <p><u>Lacunas (2.2):</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Não funcionamento da mesma (2.2.2)• Difícil compreensão e aceitação local (2.2.3)
E3	<p>É interessante verificar as diferentes iniciativas e tentativas de estratégia para o Sahel que foram desenvolvidas desde 2002 pelos Estados Unidos e mais tarde também por países da UE ou pela própria UE. A conceção da atual estratégia é teoricamente correta, em particular na perspetiva da sua abrangência, combinando os diferentes vetores para se conseguir umnexo entre a segurança e o desenvolvimento. O problema, a meu ver, tem estado essencialmente no modelo mais europeu que africano, o que tende a ser a médio e longo prazo de difícil implementação e aceitação local, e por outro lado a sincronização dos diferentes esforços, para que possa ser efetivamente visível a sua eficácia e</p>	<p><u>Caracterização (2.1):</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Desenvolvimento e segurança (2.1.6) <p><u>Lacunas (2.2):</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Difícil compreensão e aceitação local (2.2.3)



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

	as vantagens que estes esforços oferecem sobre outro tipo de ajudas, que não exigem contrapartidas.	
E4	<p>A estratégia da Europa para o Mali e para a região do Sahel é apoiar o desenvolvimento do Estado e das suas Instituições, incluindo as Forças de Segurança e Forças Armadas, por forma a criar as condições para que esses países possam garantir a autoridade do Estado e a segurança das populações e assim evitar que se mantenha a atual situação que é propícia à ação de atores não estatais (organizações terroristas transnacionais, crime organizado, grupo armados de autodefesa, etc.). A par com estas ações de capacitação das estruturas do estado, a União Europeia procura igualmente fomentar o desenvolvimento económico da região.</p> <p>A principal lacuna que existe na estratégia da UE para a defesa é a política de não fornecer material militar às Forças Armadas apoiadas, nomeadamente as do Mali, pelo que face à reduzida capacidade financeira destes países a par dos graves problemas económicos que enfrentam, dificilmente conseguem os recursos necessários para equipar as suas Forças e desta forma incrementar a eficácia e efetividade das mesmas.</p>	<p><u>Caracterização (2.1):</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento e segurança (2.1.6) <p><u>Lacunas (2.2)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Não fornecer material às Forças Armadas (2.2.1)
E5	Não aplicável	
E6		
E7		

Questão #3 - Na sua opinião quais são os interesses europeus e nacionais na região do Sahel?

Quadro 16 – Matriz de unidades de contexto e de registo da questão 3

	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
E1	Portugal segue a posição de um Estado-membro da UE, comunga da maioria dos interesses da UE e tem especial atenção ao impacto da ameaça terrorista na zona do Golfo da Guiné e a sua progressão para Sul “a cavalo” nos eixos da transumância com impacto na RCA.	<p><u>Interesses:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Alinhamento nacional com a UE (3.1)
E2	Os interesses nacionais, penso que se inserem no contexto dos interesses internacionais europeus . Em primeiro lugar, a estabilidade da região . É preciso estabilizar a região e isso é extremamente importante para a UE, obviamente porque o Sahel está aqui às portas da EU [...] Como eu referi, várias vezes, e isso está claro nos documentos estratégicos europeus de referência, África é uma prioridade para a Europa e estamos a falar de África como continente no seu conjunto por múltiplas razões, sendo elas histórias, culturais, económicas, de influência diplomática, do relacionamento entre as populações, as migrações.[...] Portanto, interesses europeus, são claros e consideráveis no contexto do continente Africano como um todo e o Sahel é uma área importantíssima que convém estabilizar , porque uma das preocupações é que esta instabilidade seja exportada e isso é já um sinal evidente para outros países limítrofes. Não estou a falar no Magrebe, mas num certo arco de países que têm alguma estabilidade até ao Golfo da Guiné. Se os efeitos que estamos a ver no	<p><u>Interesses:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Alinhamento nacional com a UE (3.1) África como um todo (3.2) Estabilização do Sahel (3.3)



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

	<p>Sahel em geral, a ampliação do estado de insegurança na região, a proliferação de organizações terroristas e a instrumentalização das populações, não forem controlados, vai-se expandir para sul, aumentando os deslocados internos, os refugiados e os dramas humanitários. A UE tem como preocupação e deve procurar minimizar, controlar e conter dentro do Sahel e não permitir que seja exportado para outros países que têm alguma estabilidade neste momento. [...] quanto aos interesses específicos, as trocas comerciais, as relações diplomáticas e políticas que temos com estes países, no contexto global dos interesses em África que são vastos. Para Portugal, neste contexto (Sahel) não são os mais relevantes nem os mais significativos. São sim, no contexto dos interesses europeus em geral.</p>	
E3	<p>Julgo que os interesses europeus estão essencialmente relacionados com três áreas: o apoio ao desenvolvimento sustentado das sociedades africanas no respeito pelo estado de direito democrático; o contributo para a segurança e estabilização da região, em particular na luta contra o terrorismo e contra todos os tipos de tráfico; e o interesse económico em relação aos recursos necessários para a continuação do desenvolvimento europeu e também africano. Quanto mais seguro e desenvolvido for o continente africano, mais segura e por consequência desenvolvida pode ser a Europa. Do ponto de vista das diferentes nações, a questão da segurança e a economia poderão nalguns casos assumir uma maior relevância, dependendo dos países, mas essencialmente, os estados europeus seguem uma perspetiva de interesses alinhadas com a UE. Assim parece ser também o caso nacional, particularmente nesta região africana, que não tem as mesmas características da África lusófona ou com a qual Portugal tem relações históricas e culturais, mais evidentes. Mais uma vez, e mais recentemente, interessa também ter em atenção os interesses de competidores globais e regionais em África e a sua influência sobre as posições europeias, aspeto que começa a ser muito evidente também no Mali e no Sahel.</p>	<p><u>Interesses:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Alinhamento nacional com a UE (3.1)• Estabilização do Sahel (3.3)• Económico (3.4)
E4	<p>Garantir a estabilidade da região (ou no mínimo evitar o aumento do risco de instabilidade) por forma a que a situação de insegurança se alastre para outras regiões, nomeadamente Europa e os países da CPLP localizados em Africa, como por exemplo Moçambique.</p>	<p><u>Interesses:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Estabilização do Sahel (3.3)
E5	<p>À data, considero que os principais interesses europeus, prendem-se com a estabilidade política e militar regional, de forma a não facilitar ou mesmo permitir a existência e hegemonia de grupos terroristas, alguns com intenções separatistas. Países como a França e outros, têm ainda interesses próprios, com fundamento histórico e grande motivação económica. Relativamente a Portugal, nunca percecionei interesses especificamente nacionais, reconhecendo um grande alinhamento com as preocupações europeias.</p>	<p><u>Interesses:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Alinhamento nacional com a UE (3.1)• Estabilização do Sahel (3.3)
E6	<p>O Principal interesse Europeu é estabilizar a região do Sahel. A insegurança nesta região da África Ocidental, é prejudicial tanto para o desenvolvimento dos países da região como para os interesses da União Europeia. Resolver os</p>	<p><u>Interesses:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Alinhamento nacional com a UE (3.1)



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

	<p>problemas de tráfico de armas, de pessoas, drogas e imigração nestes países permite garantir a segurança da Europa. O Sahel é a última região onde ainda é possível o controlo das fronteiras evitando assim que eventuais problemas cheguem ao Norte de África e por consequência ao sul de Europa. Sendo Portugal membro da UE, tem por isso obrigação de participar também na defesa desses interesses.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estabilização do Sahel (3.3)
E7	<p>Considero que o principal interesse europeu, incluindo o nacional, é a estabilização da zona do Sahel, assim como que o seu controlo não passe para “outras mãos”. Muitos países têm também interesses económicos, já que estamos a falar de uma região com muita riqueza em recursos naturais, embora Portugal, à semelhança do que acontece noutros TO, parece descurar esta parte.</p>	<p>Interesses:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabilização do Sahel (3.3) • Económico (3.4)

Questão #4 - Considera existir uma estratégia nacional, concreta e objetiva, para o Sahel? Pode fundamentar?

Quadro 17 – Matriz de unidades de contexto e de registo da questão 4

	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
E1	<p>Portugal segue a posição de um estado membro da UE, comunga da maioria dos interesses da UE e tem especial atenção ao impacto da ameaça terrorista na zona do Golfo da Guiné e a sua progressão para Sul “a cavalo” nos eixos da transumância com impacto na RCA.</p>	<p>Estratégia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alinhamento com a UE (4.1)
E2	<p>Obviamente que temos interesses na Nigéria e na Argélia (energéticos) mas não estou a incluir estes países nesta análise. Mas é claro que temos interesse na estabilidade destas regiões. [...]. Destes 5 países do G5 Sahel, quais são do ponto de vista estatístico, os indicadores das nossas relações económicas? E por isso eu referi, que no contexto dos nossos interesses em geral, e sobretudo no que diz respeito a África, o Sahel não é o nosso foco, a nossa prioridade. É nossa prioridade enquanto Estado Membro inserido na UE onde temos sido ativos e onde somos reconhecidos por essa via. Temos que ter uma posição muito concreta em tudo que se discute relativamente à estratégia da UE para o Sahel e sermos ativos na definição desta estratégia. Volto a dizer aquilo que disse no início. A estratégia é complexa e parece que de dois em dois anos ou de três em três anos reinventamos estruturas, mecanismos, acordos que transportamos para dentro da UE. Mas isto porque alguns Estados-membros têm capacidade para o fazer. No que se refere às relações bilaterais, como sabemos a nossa relação com a França é muito importante, cabendo ao nível político decidir de que modo exercemos esta relação bilateral e quais são os dividendos e os contributos para esta relação. E aí concordo, é muito importante, mas não é só a nossa relação com a França, mas sim a relação de um conjunto de outros países com a França no contexto da estratégia para o Sahel. A França é um país muito importante na UE, já que investiu muito no Sahel. A <i>Takuba</i> e a <i>Barkane</i> são missões muito dispendiosas e também tinha interesse saber quanto essas missões têm custado à França para se entender as razões pelas quais está a reagir, atendendo à situação política no Mali. Portanto, a UE assim como a</p>	<p>Estratégia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alinhamento com a UE (4.1) • Relação bilateral com a França (4.2)



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

	relação bilateral da relação com a França são fatores importante para Portugal.	
E3	Penso que, como antes referido, a estratégia nacional para o Sahel, mesmo que não completamente definida num Conceito Estratégico, é muito alinhada com a estratégia da UE , uma vez que as principais preocupações europeias, são também as dos seus países do Sul, e por consequência de Portugal. Note-se que Portugal está presente em todas as missões militares europeias não executivas, desde o Mali à RCA, Somália e Moçambique , e também está presente nas suas missões executivas. Recentemente esta estratégia tem englobado também os interesses relacionados com a questão da segurança marítima , o que vem alargando a ação política e diplomática às regiões continentais um pouco mais a sul e à região do Golfo da Guiné.	<p><u>Estratégia:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Alinhamento com a UE (4.1) • Segurança através da participação em missões (4.3) • Sem clareza (4.4) • Segurança marítima (4.5)
E4	É minha convicção que a estratégia nacional de Portugal para o Sahel se inscreve no âmbito da estratégia das Organizações Internacionais em que Portugal se insere, nomeadamente da União Europeia exponenciada pelo facto do Sahel ser uma região que se insere no arco de segurança de Portugal.	<p><u>Estratégia:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Alinhamento com a UE (4.1)
E5	Desconheço a existência de eventual estratégia nacional para o Sahel.	<p><u>Estratégia:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Inexistência (4.6)
E6	A meu ver, Portugal identificou que os desafios securitários na região saheliana poderão vir a ter uma influência direta na segurança nacional, Portugal faz “fronteira” com o Norte de África. Daí ser melhor controlar os problemas ainda longe das nossas fronteiras, evitando que os mesmos nos cheguem à porta. Marcar presença participando com Forças e militares no diferentes TO das missões da EUTM irá permitir que tal não aconteça.	<p><u>Estratégia:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Segurança através da participação em missões (4.3)
E7	Eu considero que não . Para que isso acontecesse, outros ministérios deveriam estar envolvidos, como por exemplo o dos Negócios Estrangeiros, para que as empresas portuguesas pudessem ter apoio na participação em negócios que se pudessem concretizar na região. Ou que os militares que estão no TO fossem envolvidos na partilha da informação a que têm acesso através da EUTM para contribuir para essa estratégia. Estranhamente, e não é a primeira vez que sinto isso, Portugal aparentemente parece não aproveitar para encetar uma ação coordenada ao nível nacional, para salvaguardar ou até mesmo potenciar os seus interesses na região.	<p><u>Estratégia:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Inexistência (4.6) • Falta de coordenação (4.7)

Questão #5 - Portugal mantém relações multilaterais em linha com a estratégia da União Europeia. Na sua opinião, existem relações bilaterais entre Portugal e o Mali? Podia fundamentar?

Quadro 18 – Matriz de unidades de contexto e de registo da questão 5

	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
E1	As relações bilaterais de Portugal com o Mali são as de um estado europeu que integra uma Missão não executiva da União Europeia (UE) e que não dispõe, para já, de outras relações bilaterais, em matéria de defesa. O pessoal ali empenhado dispõe do estatuto acordado entre a UE e o Mali. Tudo o restante	<p><u>Relações:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Multilateralismo (5.1) • Dificuldade em criar relações bilaterais (5.2)



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

	<p>são as normais relações com países que não se encontram ligados por nenhum tratado comum, além da Carta das Nações Unidas.</p> <p>Para participação na Operação <i>Takuba</i> foi iniciado um processo de autorização de envio de uma força para participação com o mesmo estatuto previsto para os participantes na Operação e que nunca foi assegurado.</p> <p>No momento atual, atenta a posição europeia, não parece haver espaço de manobra para a criação ou reforço das relações bilaterais.</p>	
E2	<p>Os acordos bilaterais são instrumentos para explorar essas relações bilaterais. Existem relações bilaterais entre Portugal e o Mali. Podemos não ter um embaixador residente e uma embaixada em Bamako, mas temos com certeza um embaixador não residente e temos estruturas no Mali que têm esse papel. Tal como na RCA, onde também não temos uma embaixada ou um embaixador residente, mas temos um embaixador em Kinshasa que é acreditado em Bangui, e no Mali é a mesma coisa. Depois temos a Delegação da UE. Uma componente importante das nossas relações faz-se através dos mecanismos multilaterais. Devemos aprofundar estas relações? Quando a situação o justifica, elas são aprofundadas na área económica, na área diplomática e na área política. O Mali tem sido um país muito instável, não é fácil ter uma relação bilateral consistente com um país nestas condições. Também o tentamos fazer com a RCA, sendo uma tarefa complexa. Não me refiro somente às relações bilaterais no domínio da defesa, refiro-me também a outras áreas com importância nas relações entre Estados, nomeadamente nas questões políticas, diplomáticas, económicas obviamente, sendo isso o motor dessas relações.</p>	<p><u>Relações:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Multilateralismo (5.1)• Dificuldade em criar relações bilaterais (5.2)
E3	<p>Como referi, as relações e os interesses de Portugal e da União Europeia em relação ao Mali, não parecem assumir diferenças significativas. Portugal não tem representação diplomática no Mali, mas tem uma representação diplomática para o Sahel, sediada em Portugal que frequentemente se desloca a essa região, e por outro lado, participa ativamente no âmbito da representação diplomática da União Europeia no Mali, para além da participação em todas as missões europeias e não só, que atuam no Mali.</p> <p>A realidade portuguesa para o Mali, é diferente em relação a outros países europeus, em virtude do seu passado histórico, mas é também diferente, em virtude da nossa particular forma de estabelecer relações e pontes. Por outro lado, em meu humilde entender, a relevância das possíveis influências para Portugal de acontecimentos que aqui se desenvolvem, aconselha de forma substantiva a uma atenção particular. Neste sentido, uma maior representatividade nacional ou uma presença física de outras áreas que não apenas a militar, poderia contribuir para um melhor entendimento e possíveis soluções.</p>	<p><u>Relações:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Multilateralismo (5.1)• Presença física em todos os instrumentos do poder (5.3)
E4	<p>Atendendo as que as capacidades e recursos que Portugal tem à sua disposição, ao facto das relações económicas entre os dois países são reduzidas e eu os interesses de Portugal em Africa se dirigem essencialmente para os PALOP,</p>	<p><u>Relações:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Multilateralismo (5.1)



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

	considero que Portugal garante a defesa dos seus interesses através das organizações internacionais de que faz parte e eventualmente através de parcerias com maior presença na região, como é o caso de França.	
E5	Não mas considero que deveriam existir. Como já demonstrado noutras teatro de operações, nomeadamente em África, os elementos das Forças Armadas portuguesas conseguem com grande facilidade manter proximidade com a população e com as diferentes autoridades, revelando-se frequentemente como uma mais-valia e um elemento pacificador. Tive a percepção ao longo dos diversos contactos estabelecidos que, o facto de Portugal ter um papel neutro na história do Mali, poderia ser potenciado como fator de maior aceitação e de eventual negociação entre alguns intervenientes no conflito.	<p>Relações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Papel de neutralidade (5.4)
E6	Não . Para existirem relações bilaterais deve existir algo que relacione/una os países. O Mali é uma ex-colónia Francesa com uma cultura diferente da portuguesa, país muçulmano, com o francês como uma das línguas oficiais, sem qualquer relação com Portugal. Sendo o Mali um país rico em recursos naturais, poderia ser interesse de Portugal explorar estas riquezas, mas muito dificilmente isso acontecerá porque os mesmos já se encontram controlado principalmente pela França, China e Rússia. Portugal participa na missão da EUTM-Mali por ser membro da UE e nesse âmbito contribui para o esforço da UE para atingir os objetivos definidos.	<p>Relações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Multilateralismo (5.1)
E7	Não , pelas mesmas razões referidas no ponto anterior, julgo que se existissem se poderiam tirar algumas vantagens . Refiro-me a vantagens económicas em primeiro lugar, tanto para o Estado como para empresas nacionais interessadas em investir na região e que poderiam, por exemplo, ter algum benefício fiscal negociado pelo Estado, em contrapartida pela ajuda militar que está a prestar no país. Isto caso não houvessem outros projetos de ajuda ao país, que não os militares.	<p>Relações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Benefício económico para o Estado pela ajuda militar prestada (5.5)

Questão #6 - Para além da União Europeia, quais são os outros *stakeholders* presentes no Mali? E quais são os interesses desses atores na região?

Quadro 19 – Matriz de unidades de contexto e de registo da questão 6

	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
E1	As Nações Unidas são o principal ator que procura a estabilidade no Mali . A MINUSMA é a maior Missão multidimensional das Nações Unidas da atualidade [...] Os grupos de índole terrorista procuram a dominação de áreas de mineração e a fixação das Forças (nacionais e de paz) [...] A França , através da Operação <i>Barkhane</i> , focou-se na contenção e redução da ameaça terrorista e procurou apoiar os governos do Mali na estabilização e organização da governação do país, [...] existem outros Estados europeus envolvidos nas operações militares da MINUSMA e da <i>Barkhane</i> , como a Alemanha, Holanda e Reino Unido . OS EUA apoiam em INTEL e executam operações	<p>Atores/Interesses:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ONU (MINUSMA)/ Estabilização (6.1) • Grupos Terroristas/conflito (6.2) • França/Cooperação e Estabilização (6.3) • Alemanha/Cooperação (6.4)



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

	<p>anti-terrorismo na área, por vezes, sem qualquer coordenação ou aviso prévio, face à segurança das operações.</p>	<ul style="list-style-type: none">• Holanda/Cooperação (6.5)• Reino Unido/Cooperação (6.6)• EUA/Cooperação (6.7)
E2	<p>Existem vários níveis; existem outras organizações importantes. Começamos logo por falar na ONU, com uma presença significativa no Mali, através da MINUSMA que é uma missão de estabilização. [...] A UE tem o seu papel assim como a UA que, talvez por limitações de recursos e por ter muitos problemas com que lidar não se tem mostrado suficientemente ativa. [...] acho que deves então analisar a ONU, a UE que é o aspeto central no teu trabalho, a UA e a CEDEAO. A CEDEAO tem tido um papel relevante relativamente ao processo de transição no Mali e tem sido apoiada pela UE. A UE tem no fundo, confirmado e tem alinhado as suas posições pela posição da CEDEAO. [...] obviamente, não estou a comparar a importância entre atores, aquilo que é o papel da ONU, o que é o papel da UE e o papel da UA (menos relevante). O que eu quero dizer é que a CEDEAO tem um papel relevantíssimo naquilo que se está a passar no Mali, e no Sahel em geral. [...]</p> <p>Relativamente a outros <i>stakeholders</i>, entramos nos Estados que têm influência na região. Dentro da UE, existem dois ou três Estados-membros que têm um papel importantíssimo. A França, à cabeça, a Espanha que tem por exemplo 50% dos efetivos da EUTM Mali, com capacidades relevantes, como por exemplo a capacidade de helicópteros NH-90 (Unidade de transporte intra-Teatro) e outras capacidades como a proteção da força. A Alemanha teve o anterior Comandante da missão, sendo o atual austríaco. Tem havido um alinhamento importante entre estes dois Estados-membros no que respeita à EUTM. A Áustria tem mostrado grande interesse, e desde que eu estou nesta função, já é a segunda vez que comanda a EUTM Mali e empenha-se com capacidades significativas. É interessante também falar da República Checa que já comandou e vai comandar outra vez a seguir, com contingentes importantes. Portanto, o Sahel e o Mali em particular têm sido regiões que despertam grande interesse de Estados-membros, [...] depois, quando falamos em <i>stakeholders</i>, não podemos deixar de falar de Estados da região, como os países do G5 Sahel que têm um papel importante, até em virtude da criação do G5 onde se verifica alguma coordenação. [...] depois, na minha opinião, para o executar é necessário apoiar diretamente os Estados. Outro <i>stakeholder</i> regional é a Argélia, sendo conveniente estudar o acordo de paz que patrocinaram e que continua em vigor, sendo um país importante nesse processo. Depois, os próprios malianos, e nós esquecemo-nos muitas vezes que eles têm responsabilidades nisto. O governo maliano, o agora governo de transição e as Forças Armadas malianas, são um <i>stakeholder</i> importante neste processo e têm procurado, talvez não com as bases mais adequadas, desenvolver o seu papel. Portanto, convém olhar para as autoridades</p>	<p><u>Atores/Interesses:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• ONU (MINUSMA)/ Estabilização (6.1)• Grupos Terroristas/conflito (6.2)• França/Cooperação e Estabilização (6.3)• Alemanha/Cooperação (6.4)• União Africana/cooperação (6.8)• CEDEAO/Cooperação (6.9)• Espanha/Cooperação (6.10)• Áustria/Cooperação (6.11)• República Checa/Cooperação (6.12)• Países do G5 Sahel/Cooperação e coordenação (6.13)• Argélia/Cooperação (6.14)• Mali (Governo, Forças Armadas e População) (6.15)• Rússia (6.16)• China (6.17)• Turquia (6.18)• Qatar (6.19)• Egito (6.20)



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

	<p>malianas, para os malianos e as suas Forças Armadas como um importante <i>stakeholder</i> nesta vertente.</p> <p>Depois outros <i>stakeholders</i> relevantes, são como é evidente, a Rússia, a China, a Turquia, o Qatar, o Egipto também com alguma influência, existindo aqui vários níveis e várias dimensões.</p> <p>Por último elencaria os grupos terroristas que convém analisar. Estamos a falar nos JNIM, o Estado Islâmico do Sahel, que têm um papel relevante e depois internamente, sendo menos relevante, temos as questões étnicas relacionadas com a dinâmica etnográfica no Mali.</p>	
E3	<p>Para além da União Europeia, no âmbito multilateral, destacam-se desde logo as organizações de âmbito regional, a ECOWAS, a UA, o G5 Sahel e a sua vertente militar, o G5 Sahel Joint Force, cujos interesses são a criação de condições de segurança e estabilização regional, com meios locais e alguns apoios internacionais. As duas últimas, criadas especificamente para tentar resolver localmente a situação, para além das enormes dificuldades que enfrentam, dependem muito das contribuições militares locais e dos apoios logísticos internacionais, situação que se pode complicar muito com o tipo de relações que presentemente se desenvolvem entre o Mali e a França. Ainda no âmbito multilateral, destacam-se a missão das NU, a MINUSMA, que se trata de uma das maiores missões das NU, sendo uma missão multidisciplinar que persegue dois objetivos fundamentais, nomeadamente, o cumprimento dos Acordos de Argel e a proteção da população. [...] no plano bilateral, destacaria desde logo a China, cujos interesses são os mesmos que detém em todo o resto do continente africano e decorrente do estabelecimento da <i>Belt and Road Initiative</i> (embora nalguns países africanos este interesse possa também ter um aspeto militar, o que não parece ser o caso no Mali, até porque não tem saídas para o mar). Por outro lado, a Rússia, que se manteve relativamente discreta até antes do golpe de estado de agosto de 2020, cujos interesses também são os mesmos em relação aos países africanos, desde logo políticos, oferecendo uma solução de regime e procurando apoios destes países no seio de organizações internacionais, económicos através das vendas de armamento e da obtenção de recursos essenciais, e militares no plano da <i>global power competition</i>. Assim é possível também identificar os Estados Unidos, mais no plano da <i>global power competition</i> e do combate contra o terrorismo. Depois cada um dos países europeus que detém interesses económicos no Mali, assim como o Japão, sendo um dos mais relevantes contribuintes económicos no Mali. É também necessário sublinhar os países limítrofes, dos quais destacaria a Argélia, que tem uma importante linha de fronteira com o Norte do Mali, e que recentemente tem vindo a alterar a sua política de não interferência em outros estados, manifestando cada vez mais uma vontade de se constituir como uma potência regional. Neste plano, não exatamente pela sua presença no Mali, mas mais pelas consequências de instabilidade que podem exportar para o Mali, é ainda preciso referir o Burkina Faso, o Níger, a Guiné-Conakry e a Líbia, qualquer</p>	<p><u>Atores/Interesses:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• ONU (MINUSMA)/ Estabilização (6.1)• França (6.3)• EUA/Competição (6.7)• União Africana/cooperação (6.8)• CEDEAO/Cooperação (6.9)• Países do G5 Sahel/Cooperação e coordenação (6.13)• Argélia/Cooperação (6.14)• Rússia/competição (6.16)• China (6.17)• <i>G5 Sahel Joint Force</i>/Cooperação e segurança (6.21)• Japão/Cooperação (6.22)• Guiné-Conakry (6.23)• Líbia (6.24)



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

	um deles já com episódios relatados de tentativas de influência russa e/ou de instabilidade política e de segurança.	
E4	<p>Os principais intervenientes na região, segundo me recorde são a UE, ONU, a ECOWAS e a França.</p> <p>Adicionalmente tinham alguma intervenção no país de acordo com as suas próprias agendas, mas com a contribuição militar através das organizações internacionais presentes no território, a Alemanha, Reino Unido e Espanha. Mantinham igualmente presença no Mali, mas como não tendo uma relação com a EUTM nunca me apercebi exatamente qual era o grau de empenhamento, os EUA e a Rússia. Nos últimos tempos a Rússia tem vindo a incrementar a sua influência através do Grupo Wagner, à semelhança do que vem vindo a fazer na RCA.</p> <p>Era igualmente referido os interesses económicos da China na região, mas efetivamente nunca tive a perceção da sua presença no país.</p>	<p>Atores/Interesses:</p> <ul style="list-style-type: none">• ONU (6.1)• França (6.3)• Alemanha/Cooperação (6.4)• Reino Unido/Cooperação (6.6)• EUA (6.7)• CEDEAO (6.9)• Espanha/Cooperação (6.10)• Rússia (Grupo Wagner) /influência (6.16)• China/económicos (6.17)
E5	<p>Em simultâneo decorria uma missão das Nações Unidas, com grande implantação no terreno e que conduz operações no território do Mali para neutralização das ações dos diferentes grupos armados e de apoio à população e ao Governo do Mali.</p> <p>A França tinha ainda em curso a Operação <i>Barkane</i>, maioritariamente conduzida no Norte do País, que combatia a presença e as ações dos diferentes grupos.</p>	<p>Atores/Interesses:</p> <ul style="list-style-type: none">• ONU/Estabilização (6.1)• França/Cooperação e Estabilização (6.3)
E6	<p>Os principais são:</p> <p>ONU (MINUSMA): missão de apoio à paz, que recorre a muitos países da região do Mali como principais contribuidores para a MINUSMA, para tentar criar estabilidade na região.</p> <p>Rússia: principal interesse é controlar o poder neste país e conseguir influenciar o seu governo, mas também tem interesses económicos. Esta situação não é nova sendo uma repetição do que aconteceu no pós-independência dos países africanos em que a URSS tentou da mesma forma controlar o poder de vários países em África.</p> <p>China: principalmente tem interesse económicos, constrói estradas, infraestruturas. Para além disso tenta escoar os seus produtos no país.</p>	<p>Atores/Interesses:</p> <ul style="list-style-type: none">• ONU/Estabilização (6.1)• Rússia/Competição (6.16)• China/Económicos (6.17)
E7	<p>Uma miríade. Muitos países, como a França, Alemanha, Espanha, Áustria, Holanda e Luxemburgo estabelecem relações bilaterais, como questionado na pergunta anterior, e mesmo os que pertencem à UE atuam à margem da organização quando defendem os interesses nacionais; Antes desses, as Nações Unidas, com um efetivo ainda considerável e que desenvolvem uma atividade considerável no Mali; como se sabe, desde o início do ano e antes de começar a guerra na Ucrânia, houve uma intensificação da cooperação bilateral com a Rússia, através da Wagner; existem também muitas empresas internacionais,</p>	<p>Atores/Interesses:</p> <ul style="list-style-type: none">• ONU/Estabilização (6.1)• França/Cooperação (6.3)• Alemanha/Cooperação e Estabilização (6.4)• Holanda/Cooperação e Estabilização (6.5)



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

	<p>NGO, a CEDEAO, etc, enfim, uma enorme quantidade de entidades com quem é preciso coordenar algumas das atividades da força.</p> <p>Acredito que para além dos interesses económicos que a grande maioria dos países terá no Mali, um país rico em matérias primas e preciosas, haverá também interesse da grande maioria na estabilização desta região do globo, assim como na competição pelo papel de país (ou organização) que melhor apoia o Mali. Isto esteve patente nas reações ao aumento da cooperação da Rússia com o Mali, que poderá levar mesmo a uma grande alteração do panorama atual no Mali, como se tem estado a observar ultimamente. A França está prestes a encerrar a cooperação militar e securitária e prepara-se para deslocalizar as suas Forças na região do Sahel maioritariamente para o Burkina Faso, e vai muito provavelmente arrastar a UE consigo. Será interessante estarmos atentos aos próximos desenvolvimentos naquela região.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • CEDEAO/Cooperação (6.9) • Espanha/Cooperação e Estabilização (6.10) • Áustria/Cooperação e Estabilização (6.11) • Rússia (Grupo Wagner) /influência (6.16) • ONG/Cooperação (6.25) • Luxemburgo/Cooperação (6.26)
--	---	--

Questão #7 - Cada vez mais, o envolvimento das FFAA na política externa dos Estados se torna de vital importância. Para concretizar os interesses nacionais, a presença em missões internacionais como a EUTM Mali, constitui um dos eixos estratégicos da política externa portuguesa. Na sua opinião e face aos interesses nacionais no Mali e no Sahel, a participação das FFAA Portuguesas nesta missão, com o seu efetivo e capacidades, enquadra-se no pretendido? Pode fundamentar?

Quadro 20 – Matriz de unidades de contexto e de registo da questão 7

	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
E1	<p>[...] A participação em coligação tem a ver com aspetos de política bilateral, desde que apoiada pela ONU e UE.</p> <p>Neste caso, começou-se na UE, participou-se na MINUSCA, está planeada e esteve pronta a contribuição para a Operação Barkhane. A evolução foi em função das disponibilidades (financeiras, sobretudo) e das oportunidades. As participações nestas missões são disputadas e onde há vagas (helis, Intel, Aviação, etc.) ou não há capacidade ou está acima das disponibilidades.</p> <p>Logo, podemos admitir que está ao nível dos interesses e das possibilidades de Portugal [...].</p>	<p><u>Participação das FFAA Portuguesas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Política bilateral apoiada por ONU e UE (7.1) • Proporcional aos interesses e possibilidades nacionais (7.2)
E2	<p>Eu acho que sim e isto não pode deixar de ser visto no contexto de todas as missões. Como já referi, Portugal tem uma participação relevante nestas missões, tem tido um empenhamento reconhecidíssimo por parte da UE no TO da RCA, não só através da participação na EUTM RCA e na MINUSCA com contingentes significativos, mas também nos Comandos das missões. [...] Mas temos participado em todas as missões de uma forma geral e agora iniciamos a participação em Moçambique, que é igualmente uma missão importantíssima dentro do mesmo contexto. Portanto, Portugal à sua dimensão, acho que tem tido um empenhamento muito acima do que seria o expectável, ou seja, em termos de proporcionalidade de empenhamento nestas missões. [...] Acho que é uma participação à nossa dimensão. [...] Portanto, os Estados-membros</p>	<p><u>Participação das FFAA Portuguesas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Proporcional aos interesses e possibilidades nacionais (7.2) • Relevante (7.3) • Proporcional à dimensão nacional (7.4) • Acima do expectável (7.5)



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

	<p>têm-se envolvido e Portugal tem-se envolvido à sua dimensão com 15 a 20 militares. Acho que é uma participação muito importante à nossa dimensão e que tem de ser vista no contexto mais alargado do nosso empenhamento das diversas missões PCSD da UE. [...] Portanto, Portugal aí como em todas as outras situações está de cabeça levantadíssima. Aliás, eu ouvi mais do que uma vez, elogios à nossa abordagem, [...] Por isso, penso que é louvável a todos os níveis aquilo que tem sido o nosso empenhamento.</p>	<ul style="list-style-type: none">• Reconhecimento (7.6)
E3	<p>Portugal, como referi, assume para esta parte de África, uma política muito coerente com a UE, com a sua estratégia e com os seus objetivos, que constituem também a estratégia e os objetivos nacionais. Também por essa razão, Portugal participa em todas as missões militares da EU em África e em missões das NU para além das atividades de cooperação de defesa bilateral. No âmbito das missões da UE, à exceção da EUTM Moçambique, por razões evidentes, a dimensão quantitativa e qualitativa da participação nacional parece-me muito adequada na EUTM Somália (mais reduzida), representa uma aposta muito significativa na EUTM RCA provavelmente pela conjugação do esforço materializado na MINUSCA, sendo talvez menos evidente na EUTM Mali, na medida em que esta se constitui na maior e mais arriscada missão militar não executiva da UE e também pela conjugação de esforços nacionais no plano da MINUSMA. Duas coisas parecem evidentes: em primeiro lugar, Portugal tem assumido uma relevância e visibilidade evidentes neste tipo de missões, uma vez que à exceção da EUTM Somália, já liderou ou lidera todas as restantes. Neste aspeto, torna-se relativamente simples considerar correto o nexos entre a liderança nacional da EUTM RCA e da EUTM Moz e o efetivo nacional empregue nas missões durante esses períodos de liderança. No caso da EUTM Somália, a liderança é normalmente de Itália, em coerência com a sua influência na área e dimensão do contingente. No caso da EUTM Mali esta liderança é normalmente assegurada pelos países com os maiores contingentes ou com maior influência na área (França, Bélgica, Espanha e Alemanha). É por isso mais difícil para Portugal assumir mais oportunidades de liderança desta missão, em face da dimensão quantitativa do seu contingente. Contudo parece-me que à semelhança das restantes missões, quando se assume a sua liderança, as capacidades nacionais em apoio dos comandantes devem ser substancialmente reforçadas. Em segundo lugar, parece-me que a importância estratégica que o Sahel e o Mali, representam para Portugal, não serão seguramente menores do que o que representa a RCA. Neste sentido, uma maior representatividade na EUTM Mali, poderia ser mais coerente com os interesses estratégicos de segurança e estabilidade nacionais.</p> <p>Resumindo, de uma forma geral, a participação de Portugal nas missões tipo EUTM está bem enquadrada na estratégia europeia e nacional e representa um evidente e significativo esforço nacional, seja pela quantidade seja pela qualidade contributiva. No caso do Sahel, tratando-se de uma área cuja influência estratégica para Portugal me parece ser mais evidente do que outras,</p>	<p><u>Participação das FFAA</u></p> <p><u>Portuguesas:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Proporcional aos interesses e possibilidades nacionais (7.2)• Relevante (7.3)• Proporcional à dimensão nacional (7.4)• Adequada (7.7)• Visibilidade (7.8)• Necessidade de maior coerência em relação aos interesses nacionais (7.9)• Enquadrada na estratégia europeia e nacional (7.10)



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

	<p>penso que a participação nacional poderia ser incrementada, o que se me afigura essencial particularmente aquando dos períodos de assunção do comando da missão. Contudo, é também necessário considerar o crédito nacional já acumulado nas missões que Portugal liderou durante mais tempo ou que iniciou, fator que face à necessidade de racionalização dos recursos disponíveis, também não pode deixar de ser considerado.</p>	
E4	<p>A participação das Forças Armadas portuguesas em missões no exterior materializa-se na satisfação dos compromissos internacionais do Estado português no âmbito político militar. Esta participação tem em linha de conta as necessidades das missões e operações internacionais das diferentes organizações internacionais que Portugal integra e a disponibilidade das capacidades nacionais existentes. Face ao referido acima o empenhamento de Portugal materializa-se nas diferentes missões no país, militares e não militares. À data em que integrei a EUTM-Mali, o compromisso de Portugal era com 11 militares, pois a minha participação (12 elementos, foi essencialmente para responder a uma solicitação de Espanha, tal como aconteceu quando Portugal assumiu o Comando da Missão). Atualmente já incrementou o seu contributo para 17 elementos e embora tenha decidido incrementar o seu esforço na região decidiu que esse esforço adicional deveria ser feito não através da UE ou ONU, mas através da participação na Operação francesa <i>Barkane</i>, integrando a TF <i>Takuba</i>, pelo que a atual contribuição para a EUTM-Mali foi a considerada adequada, posição que subscrevo, já que o esforço nas missões não executivas da UE em que Portugal participa, são a EUTM-RCA e mais recentemente a EUTM-MOZ, que pelas óbvias ligações será aquela onde Portugal exercerá o esforço.</p>	<p><u>Participação das FFAA</u></p> <p><u>Portuguesas:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Proporcional aos interesses e possibilidades nacionais (7.2)• Adequada (7.7)
E5	<p>No período em que integrei a EUTM-Mali, e considerando o reduzido número de militares nacionais presentes no TO, considero que o efetivo e as capacidades empenhadas eram, manifestamente poucas. A falta de estabilidade no Sahel, com grande influência em áreas vizinhas, em que incluo a Guiné-Bissau, tem repercussões na Europa, do ponto de vista económico e securitário, sendo um dos grandes fatores dos movimentos de emigração ilegal com que a Europa se debate, e ao qual, Portugal não está imune.</p>	<p><u>Participação das FFAA</u></p> <p><u>Portuguesas:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Reduzida (7.11)
E6	<p>A estratégia de Portugal consiste em participar na defesa dos interesses europeus definidos para o Mali e que estão de acordo com a estratégia de Portugal para a região do Sahel. Nesse sentido, é importante que Portugal participe nestas missões e noutros compromissos internacionais que tenha. No meu entender face à dimensão do nosso país e das nossas Forças Armadas, os efetivos presentes enquadram-se perfeitamente na realidade nacional. Contudo é de referir que sempre que Portugal foi solicitado a reforçar a sua presença na missão, a EUTM recebeu sempre uma resposta positiva do nosso país, daí os efetivos ter vindo a aumentar pontualmente quando tal é solicitado.</p>	<p><u>Participação das FFAA</u></p> <p><u>Portuguesas:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Proporcional aos interesses e possibilidades nacionais (7.2)• Proporcional à dimensão nacional (7.4)• Adequada (7.7)
E7	<p>Eu diria que em termos de efetivos, face à nossa dimensão e à dos outros países, não estamos “mal” representados, ou seja, o efetivo da nossa participação parece estar adequado, aliás, muitos países da UE têm uma representação</p>	<p><u>Participação das FFAA</u></p> <p><u>Portuguesas:</u></p>



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

	<p>inferior à nossa. Esse efetivo poderá é não estar a ser aproveitado convenientemente pelo nosso País.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Proporcional à dimensão nacional (7.4) • Adequada (7.7) • Necessidade de maior coerência em relação aos interesses nacionais (7.9)
--	---	--

Questão #8 - Na sua opinião, quais as principais vantagens estratégicas resultantes do envolvimento das FFAA Portuguesas no Mali?

Quadro 21 – Matriz de unidades de contexto e de registo da questão 8

	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
E1	Não respondido	<p><u>Vantagens:</u> Não respondido</p>
E2	<p>A dimensão do nosso empenhamento contribui, como eu referi anteriormente, para o empenhamento das Forças Armadas em geral dos Estados-membros da UE. Obviamente que somos um dos Estados-membros que participa, temos a nossa bandeira e temos os nossos militares que estão a desempenhar funções em posições relevantes e ativas. [...] Tem sido muito importante também para estes militares participar nestas missões. Portanto, existe aqui também um elemento importante do ponto de vista operacional, de capacitação das nossas tropas que também passa pela participação nestas operações. Depois, como é um contingente não muito significativo, eu diria que este aspeto se dilui um pouco naquilo que é a participação de outros Estados-membros, mas temos uma posição sempre presente e isso acho que é importante. Agora, identificar vantagens estratégicas, tenho alguma dificuldade em encontrar grandes vantagens estratégicas. Somos contribuintes líquidos reconhecidos para a segurança internacional, através da participação nestas missões, seja na MINUSMA como também na EUTM Mali.</p>	<p><u>Vantagens:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Alinhamento com a UE (8.1) • Capacitação das Forças nacionais (8.2) • Visibilidade e credibilidade internacional (8.3) • Reconhecimento internacional (8.4)
E3	<p>As vantagens estratégicas, são as mesmas que para a UE, ou seja, através da contribuição para a contenção e estabilização de situações de instabilidade, da contribuição para o combate contra o terrorismo e contra o tráfico de todas as formas e criminalidade, da contribuição para a capacitação no plano de segurança e defesa, e, da contribuição para o desenvolvimento e sustentação social e económica do estado e da região e da promoção dos valores do estado de direito democrático e dos valores humanitários, garantir as condições para a segurança e a estabilidade do continente europeu e dos seus países, incluindo Portugal, e fomentar a possibilidade do estabelecimento ou desenvolvimento de relações comerciais e económicas tão próximo da normalidade quanto possível.</p>	<p><u>Vantagens:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Alinhamento com a UE (8.1) • Capacitação das Forças nacionais (8.2) • Contribuição para a estabilidade regional (8.5) • Contribuição no combate aos desafios securitários para a UE (8.6)



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

		<ul style="list-style-type: none">• Garantir as condições para a segurança e a estabilidade do continente europeu (8.7)
E4	<p>Na minha opinião os objetivos que Portugal procura atingir com o envolvimento das FFAA portuguesas no Mali são:</p> <ul style="list-style-type: none">- Afirmar Portugal como um aliado credível, fiável, solidário e competente;- Garantir a defesa do território comum e a proteção dos cidadãos nacionais através da estabilidade na vizinhança próxima e alargada onde a região do Sahel se integra.	<p><u>Vantagens:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Visibilidade e credibilidade internacional (8.3)• Contribuição para a estabilidade regional (8.5)• Garantir as condições para a segurança e a estabilidade do continente europeu (8.7)
E5	<p>A principal vantagem será contribuir para a estabilidade regional, com impacto na Europa e consequentemente em Portugal. Considerando a qualidade dos militares portugueses, será ainda uma oportunidade de contribuir da melhor maneira para a formação dos militares do Mali.</p>	<p><u>Vantagens:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Visibilidade e credibilidade internacional (8.3)• Contribuição para a estabilidade regional (8.5)
E6	<p>A participação dos militares portugueses na missão da EUTM-Mali tem merecido da própria missão, da comunidade internacional e local (Mali), reconhecimentos públicos pelo seu profissionalismo, dedicação, competências técnicas através de Louvores e atribuições de medalhas a diversos militares portugueses que passaram pela missão. Estes reconhecimentos permitem a Portugal fortalecer a sua posição no seio das organizações a que pertence bem como junto dos outros Estados-membros das mesmas.</p>	<p><u>Vantagens:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Visibilidade e credibilidade internacional (8.3)• Reconhecimento internacional (8.4)
E7	<p>No atual contexto da nossa participação, só as vejo ao nível “macro” da UE, onde somos um país com um efetivo um pouco expressivo naquela missão. Eu diria que contribuímos para a missão da EU fazendo parte integrante do efetivo da missão, e não mais do que isso, quando estamos a falar das FFAA portuguesas. Ao nível bilateral, não me apercebi, nem fui contactado nesse sentido por qualquer entidade nacional.</p>	<p><u>Vantagens:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Alinhamento com a UE (8.1)

Questão #9 - A participação portuguesa na EUTM Mali iniciou-se em 2013. Desde essa data, a tendência foi crescente até Portugal assumir o comando da missão em 2019/2020. Na sua opinião qual tem sido o impacto da participação das FFAA Portuguesas na EUTM Mali tendo em vista os interesses nacionais?



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

Quadro 22 – Matriz de unidades de contexto e de registo da questão 9

	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
E1	<p>Portugal assumiu o comando da EUTM Mali, a solicitação de ESP, por dificuldade operacional com a nomeação de um Comandante Espanhol face à inexistência de um Governo sufragado no parlamento espanhol. Daí ter sido ESP que garantiu também a maioria dos cargos da EUTM MALI nesse período. A credibilidade da participação de militares das FFAA PRT é enorme, seja no MALI, seja na RCA ou nas missões da ONU. Tal deve-se à preparação operacional dos militares e das Forças, mas também à forma humanista no relacionamento com as populações e à atuação competente, serena, mas firme nas missões em curso.</p> <p>Tal tem sobretudo trazido visibilidade positiva às FFAA de PRT e no MALI tem sido o caso.</p>	<p>Impacto:</p> <ul style="list-style-type: none">• Visibilidade e credibilidade internacional (9.1)• Competência (9.2)
E2	<p>O nosso efetivo nunca foi grande e em relação ao comando português da Força, eu acompanhei o processo porque já estava nestas funções. Eu acompanhei a situação que levou à nomeação do MGen Boga Ribeiro para Comandante da EUTM Mali. Foi uma situação ocasional porque era a vez da Espanha comandar a missão e por razões de política interna não foi possível à Espanha nomear um Comandante. [...] Quando se coloca um General português no comando de uma missão, deve-se reforçar o núcleo forte à volta do Comandante, o que não aconteceu. A missão correu muito bem, tendo o MGen Boga Ribeiro substituído um General Austríaco, que revelou algumas dificuldades de relacionamento com as autoridades malianas (não falava francês), tendo-se verificado algum distanciamento com as mesmas. Com o MGen Boga Ribeiro, isto não aconteceu e rapidamente resolveu este problema, restabelecendo os laços da EUTM com as autoridades malianas, nomeadamente com as autoridades militares como nunca tinha sido visto. Com isto, e foi perfeitamente visível, houve um aumento da atividade de treino e da atividade em geral da EUTM [...] Concluindo, Portugal tem mantido uma posição coerente com a participação na EUTM Mali.</p>	<p>Impacto:</p> <ul style="list-style-type: none">• Visibilidade e credibilidade internacional (9.1)• Competência (9.2)
E3	<p>A participação nacional na EUTM Mali desenvolve-se desde o seu início, manifestando desde logo um esforço de solidariedade europeu e um interesse específico na tentativa de resolução da situação ali vivida. A qualidade da participação nacional na EUTM Mali tem sido sempre elevada, muito constante e extremamente bem recebida, tendo em conta o facto de que, como já referido, se trata da missão não executiva da UE de mais elevado risco e dimensão. Aliás, infelizmente, foi um militar português, o SAj Benido, a primeira vítima mortal desta missão. A visibilidade proporcionada localmente, ao nível da UE e em território nacional aquando da assunção da liderança desta missão, apesar de se ter constituído apenas numa única ocasião, pareceu-me</p>	<p>Impacto:</p> <ul style="list-style-type: none">• Visibilidade e credibilidade internacional (9.1)• Competência (9.2)• Reconhecimento internacional (9.3)



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

	<p>evidente, em particular no momento de grande exigência estratégica e sanitária em que esse período se constituiu, que foi materializada através da efetiva capacidade de colaboração com as audiências alvo, pelo interesse manifestado por cerca de 40 visitas internacionais à missão, pelo reconhecimento que as entidades europeias entenderam manifestar-lhe, e também pela contribuição efetuada no plano da revisão do mandato da missão, que se traduziu numa expansão de capacidades, no âmbito territorial e temporal. Desta forma penso que tem vindo a contribuir para que Portugal se consolide como um membro muito credível da UE.</p>	
E4	<p>É minha convicção que a assunção do Comando da EUTM-Mali não foi no seguimento de uma intenção nacional, mas sim como resposta a uma solicitação de Espanha, que devido a uma situação conjuntural estava com dificuldade em nomear um Comandante para esta Missão. Estou igualmente convencido que em resultado da competência que os militares portugueses que integram esta missão têm demonstrado e em especial ação do oficial general português que comandou a missão contribuiu para que as FFAA portuguesas e consequentemente Portugal sejam vista como críveis e competentes, sendo este um dos principais objetivos que Portugal procura atingir ao participar nesta missão.</p>	<p>Impacto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Visibilidade e credibilidade internacional (9.1) • Competência (9.2)
E5	<p>Tendo divergido a minha atenção profissional para outras áreas, não tenho acompanhado, com proximidade, a evolução da situação no Mali, pelo que não tenho contributos para esta questão.</p>	<p>Impacto: Não respondido</p>
E6	<p>Portugal tem demonstrado estar disponível para assumir posições e missões importantes no âmbito da UE, o que lhe permite aumentar a sua credibilidade junto dos restantes países da UE, colocando assim a política externa portuguesa num patamar com algum destaque junto das diferentes organizações e dos Estados-membros que as compõem e principalmente junto da UE. Se pretendemos ter algum protagonismo e alguma importância na UE, para assim podermos defender os nossos interesses nacionais, Portugal tem de estar pronto a contribuir e apoiar e não ficar sempre numa posição passiva.</p>	<p>Impacto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Visibilidade e credibilidade internacional (9.1)
E7	<p>Sem dúvida que termos tido um General Comandante da Missão terá dado a Portugal uma boa projeção na missão, mas eu diria mais na imagem ao nível da UE, e não propriamente no Mali. Mas esta é apenas a minha perceção, não quer dizer que esteja correta, porque desconheço qualquer outra vantagem que possa ter havido decorrente da nossa participação na EUTM Mali.</p>	<p>Impacto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Visibilidade e credibilidade internacional (9.1)

Questão #10 - Considera que a participação portuguesa na EUTM Mali deveria ser mais robusta ou ter outro formato? Podia fundamentar?

Quadro 23 – Matriz de unidades de contexto e de registo da questão 10

	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
E1	[...] A participação em coligação tem a ver com aspetos de política bilateral , desde que apoiada pela ONU e UE.	<p>Participação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adequada (10.1)



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

	<p>Neste caso, começou-se na UE, participou-se na MINUSCA, está planeada e esteve pronta a contribuição para a Operação Barkhane. A evolução foi em função das disponibilidades (financeiras, sobretudo) e das oportunidades. As participações nestas missões são disputadas e onde há vagas (helis, Intel, Aviação, etc.) ou não há capacidade ou está acima das disponibilidades.</p> <p>Logo, podemos admitir que está ao nível dos interesses e das possibilidades de Portugal [...].</p> <p>A participação tem que ser ponderada em função de três critérios: i) Adequabilidade – existem ou não capacidades disponíveis e face à maturidade das FFAA, a missão dessa contribuição adequa-se a um estado-membro da UE e nação da OTAN? A temporaneidade, em termos políticos e do processo do conflito? iii) Aceitabilidade – é aceitável participar com mais meios face ao risco e aos recursos em jogo? O povo português aceita esta maior contribuição? iv) Exequibilidade – tendo em conta as oportunidades é possível essa contribuição?</p> <p>É sempre com base neste tipo de ponderação que é fundamentada qualquer proposta para o nível governamental, que pondera e determina a participação.</p>	<ul style="list-style-type: none">• Aceitável (10.2)• Exequível (10.3)• Decisão política (10.4)
E2	<p>Falamos somente sobre a EUTM Mali mas não nos podemos esquecer da MINUSMA que tem uma participação significativa. Quanto à EUTM Mali, obviamente que sim. Como militar, obviamente que Portugal, até pela qualificação dos seus quadros, e pelo aquilo que tem sido o seu desempenho, tem sempre lugar para inserir mais pessoal na estrutura da EUTM Mali.</p> <p>Não existe absolutamente dúvida alguma, tal como tem lugar para mais pessoal na EUTM RCA, na EUTM MOZ onde lideramos com um contingente mais significativo. Portanto, do ponto de vista militar, não há dúvidas que a resposta à questão é afirmativa. Agora, aqui o racional é outro, partindo da definição do nosso empenhamento em missões de paz e missões de estabilização a nível internacional. E isso é Lisboa que define ao nível político, com o devido aconselhamento da parte militar. Respondendo claramente, para os objetivos que nós temos presentes, e tal como eu referi anteriormente, muitos deles passam pela nossa integração na UE, acho que está razoável. Se quisermos um empenhamento mais robusto, podemos fazê-lo porque temos condições e credibilidade para isso. Mas é uma situação muito política e tem de ser analisada no contexto das missões em geral.</p>	<p><u>Participação:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Adequada (10.1)• Aceitável (10.2)• Exequível (10.3)• Decisão política (10.4)
E3	<p>No âmbito da EUTM Mali, penso já ter respondido anteriormente a esta questão. A contribuição militar nacional no Mali, contudo, não se circunscreve à EUTM Mali, mas também se materializa no plano da MINUSMA, onde militares portugueses também se encontram desde o seu lançamento, e mais recentemente no âmbito da Operação <i>Takuba</i>, presentemente ainda aguardando os desenvolvimentos no terreno em relação à implementação desta operação. Penso, como já referido que, durante o tempo da liderança da missão, a composição do contingente deveria ter assumido características idênticas às que</p>	<p><u>Participação:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Adequada (10.1)• Aceitável (10.2)• Exequível (10.3)



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

	são assumidas aquando da assunção do comando da EUTM RCA, fundamentalmente para apoio do exercício do comando. Esta condição, na minha opinião, não deve estar limitada à EUTM Mali, mas deve procurar ser uma constante sempre e quando Portugal assume o comando de uma missão militar internacional. Mas, especificamente sobre o Mali e considerando as situações normais de participação, penso que de uma forma geral, Portugal tem assumido uma participação correta, ou seja, presença em todas as missões internacionais, diversificada no plano qualitativo, e equilibrada quando considerados todos os seus empenhamentos.	
E4	Tal como referido atrás, considero que a participação é a adequada , face aos interesses e prioridades de Portugal.	<u>Participação:</u> • Adequada (10.1)
E5	Considero que, como referido na questão anterior, Portugal tem assumido uma postura de maior presença , o que revela uma preocupação relativamente aquela região. Considero também que dadas as capacidades e dimensão das nossas FFAA, será difícil empenhar-se com uma ainda maior dimensão. Penso que deverá ser mantida uma presença permanente , de forma a mantermos um conhecimento e acompanhamento permanente desse TO, com a dimensão considerada adequada .	<u>Participação:</u> • Adequada (10.1) • Disponibilidade (10.5)
E6	Não me parece que Portugal consiga uma participação mais robusta de forma continuada nesta missão, devido aos diversos empenhamentos externos militares que Portugal tem vindo a assumir e face a dimensão das nossas Forças Armadas. É importante assumir alguns cargos importantes, de tempos a tempos, para mostrar a nossa disponibilidade sempre que somos solicitados, como Portugal tem feito, mas nada mais que isso.	<u>Participação:</u> • Adequada (10.1) • Disponibilidade (10.5)
E7	Considero que está mais ou menos adequada , até porque está espalhada por algumas das vertentes da missão (EM da Força, onde se inclui a chefia de uma das repartições, na ATF – equipa de assessoria/mentoria às FAMA e na ETTF – equipas de formação às FAMA). Poderia talvez aumentar mais a sua participação no EM da força, precisamente para ter o acesso mais facilitado à informação que circula nas diversas células de EM.	<u>Participação:</u> • Adequada (10.1)

Questão #11 - Na sua opinião, o desempenho dos militares portugueses na EUTM Mali desde 2013, contribuíram para a afirmação de Portugal no Sahel, segundo a estratégia nacional para aquela região? De que forma?

Quadro 24 – Matriz de unidades de contexto e de registo da questão 11

	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
E1	Portugal assumiu o comando da EUTM Mali, a solicitação de ESP, por dificuldade operacional com a nomeação de um Comandante Espanhol face à inexistência de um Governo sufragado no parlamento espanhol. Daí ter sido ESP que garantiu também a maioria dos cargos da EUTM MALI nesse período. A credibilidade da participação de militares das FFAA PRT é enorme, seja no Mali, seja na RCA ou nas missões da ONU. Tal deve-se à preparação operacional dos militares e das Forças, mas também à forma humanista no	<u>Desempenho:</u> • Visível e credível (11.1)



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

	<p>relacionamento com as populações e à atuação competente, serena, mas firme nas missões em curso.</p> <p>Tal tem sobretudo trazido visibilidade positiva às FFAA de PRT e no MALI tem sido o caso.</p>	
E2	<p>Sim. [...] obviamente que contribuímos para a afirmação de Portugal, estamos presentes, mas temos de ser razoáveis e honestos nesta avaliação. Não podemos dizer que contribuímos de forma extraordinária para a afirmação de Portugal no Sahel, porque à dimensão que o fazemos, não nos permite estabelecer esse objetivo. Se olharmos para Espanha que tem uma presença significativa, no final a nossa voz tem um peso muito equivalente à de outros Estados-membros que têm tido outras participações. Quando temos o comando da Força, obviamente que é diferente, pois temos uma afirmação e uma relevância diferente, porque é o Comandante e o seu círculo próximo que interage com a parte política, com a parte militar e com a parte internacional, ou seja, com todos os <i>stakeholders</i> que estão no terreno e, portanto, a afirmação vai ser muito maior. De toda a nossa participação na EUTM Mali, com um contingente tão pequeno, o facto de termos comandado, fez com que nós tivéssemos a oportunidade de nos afirmar acima daquilo que era a nossa justa dimensão.</p>	<p><u>Desempenho:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Maior relevância durante o comando da missão (11.2)
E3	<p>A afirmação de Portugal no Sahel não parece ser uma formulação adequada para o objetivo nacional em relação ao Sahel. A contribuição de Portugal para um Sahel estável e tão desenvolvido quanto possível, parece ser um objetivo mais credível e compatível com a estratégia nacional e europeia. Neste sentido, sim, a contribuição nacional tem sido relevante, na medida em que, se ainda não foi possível resolver todas as questões e instabilidades existentes naquela região, tem pelo menos contribuído para a contenção possível dessa instabilidade e para impedir o agravamento das condições de vida das populações, e desta forma, prevenir, também tanto quanto possível, a importação deste tipo de problemas para o território nacional e europeu.</p>	<p><u>Desempenho:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Visível e credível (11.1)• Permite alcançar objetivos europeus (11.3)
E4	<p>Não. Com exceção da altura em que Portugal comandou a Missão e como tal deu maior visibilidade na região, por norma a participação de militares portugueses na EUTM-Mali contribui para a afirmação de Portugal na UE e não no Mali, onde o interveniente é a UE e não Portugal.</p>	<p><u>Desempenho:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Maior relevância durante o comando da missão (11.2)
E5	<p>Como referi na questão 9, não acompanho a missão com proximidade, pelo que não terei uma opinião devidamente fundamentada. No entanto, pela perceção que tive durante a missão, todas as autoridades militares e civis do Mali com quem contactei viam com muito bons olhos a presença de militares portugueses, e consideravam uma mais valia a sua presença nos diversos projetos em que estavam envolvidos.</p>	<p><u>Desempenho:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Visível e credível (11.1)
E6	<p>De uma forma geral o trabalho dos militares presentes no TO do Mali tem sido reconhecido pelos diversos Comandantes da missão da EUTM assim como por Bruxelas através do MPCC desde do início da missão e também pelas autoridades militares do Mali e não só. Dito isto, podemos afirmar que o</p>	<p><u>Desempenho:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Visível e credível (11.1)• Permite alcançar objetivos europeus (11.3)



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

	empenho dos militares portugueses tem contribuindo para alcançar os objetivos de UE bem como os de Portugal no seio da UE.	
E7	Tenho alguma dificuldade em responder a esta questão, porque desconheço a estratégia nacional para a região. Mas mesmo não a conhecendo, face ao desempenho que normalmente os militares portugueses costumam ter perante as entidades que contactam neste tipo de missões, quase de certeza que o nosso desempenho facilitará qualquer estratégia que Portugal tenha no Mali.	<p><u>Desempenho:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Visível e credível (11.1)

Questão #12 - Face ao anúncio recente de retirada das Forças francesas do Mali e á presença das *Private Military Companies* russas (nomeadamente o Grupo *Wagner*), qual vai ser o posicionamento futuro português relativamente ao empenhamento das suas FFAA na EUTM Mali?

Quadro 25 – Matriz de unidades de contexto e de registo da questão 12

	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
E1	À luz do referido na questão 7 e do compromisso de Portugal, creio que a orientação parece simples, porém a guerra na Europa exigirá uma ponderação mais cautelosa no futuro próximo.	<p><u>Posicionamento:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Alinhamento com a UE (12.1)
E2	[...] o Alto Representante tinha recebido em Bruxelas, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Mali, a quem foi colocada uma questão muito simples. A UE precisa de garantias por parte do Estado maliano que permitam à EUTM continuar a desenvolver a sua atividade de acordo com o mandato e de acordo com o que está acordado. E existem duas vertentes importantes nestas condições. Uma em relação à liberdade de circulação da EUTM Mali, a garantia que continuam a utilizar todas as capacidades de proteção da Força, nomeadamente a livre circulação dos drones, a livre circulação no terreno, o livre acesso aos espaços, a utilização dos meios aéreos para se deslocarem dentro do território maliano e o respeito das imunidades e dos privilégios que foram acordados entre o Mali e a UE. O segundo aspeto como condição, é que as Forças Armadas malianas treinadas pela EUTM Mali não sejam utilizadas sob comando das PMC ou Wagner em operações. E isso levou a que em 04 de março deste ano, fosse preparada uma Frago para o Comandante da EUTM Mali, por decisão do Diretor do MPCC, com instruções para adiar algumas ações de formação que iriam decorrer no Norte do Mali. Isto já é uma consequência. Na próxima semana irá decorrer um Comité Político de Segurança, para analisar a situação e opções relativamente à continuidade da missão no Mali. Dia 21 irá decorrer o conselho europeu de Ministros da Defesa, em que o assunto vai ser discutido e decidir o que vai acontecer à EUTM Mali. Neste momento ainda não existe uma posição definida. Um Estado-membro considera que se deveria suspender o treino e outros consideram que o treino se deve manter por forma a não deixar espaço livre à atuação da Wagner. Entretanto, o Alto Representante enviou uma carta a solicitar uma declaração/resposta formal das autoridades malianas, apesar da reunião que decorreu com quatro ministros do governo do	<p><u>Posicionamento:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Alinhamento com a UE (12.1) • Continuação da missão de treino (12.2)



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

	<p>Mali, e da reunião que eu tive com o CHOD do Mali sobre este assunto, onde eles afirmam que se comprometem a cumprir todas as condições. Por isso, o processo está a decorrer e eu não posso antecipar o que vai acontecer e tenho a certeza, tal como em todas as situações, que Portugal vai posicionar-se em conjunto com a decisão da UE. Espero que a decisão sobre esta temática seja a mais correta, porque do meu ponto de vista, estas missões são relevantes se tiverem a componente do terreno. O treino é aquilo que permite à EUTM e aos militares da UE estarem em contacto com os Comandantes das Forças malianas, com as tropas malianas e é isso que lhes permite serem reconhecidos pela qualidade do seu treino e do seu conselho, permitindo depois alavancar outras atividades, na área da educação e na área do conselho. Se nós simplesmente suspendemos o treino, estamos a criar uma lacuna e a transmitir uma fraqueza. Posto isto, sou da opinião que não se deve acabar com o treino, mas não posso afirmar que é isso que vai acontecer.</p>	
E3	<p>Não é ainda possível, à data da resposta a esta questão, determinar o futuro das missões europeias e internacionais como consequência da anunciada saída da França. Por outro lado, é necessário referir que a saída da França é o resultado de uma intenção conjugada das atuais autoridades locais africanas face às suas atitudes relativamente ao apoio da comunidade internacional e em particular da França, e à sua preferência sobre outros atores, nomeadamente a Rússia. O que se vem assistindo nesta sequência, é o anúncio de várias outras nações europeias, acompanhando a atual posição francesa, no sentido de uma limitação quantitativa, qualitativa ou mesmo temporal, em relação à continuidade nestas missões. Vários países europeus não projetaram Forças para a <i>Takuba</i>, ou vão limitar a sua participação em qualquer uma das três grandes missões. A própria UE pretendendo manter a sua presença, vem limitando o desenvolvimento das atividades da EUTM Mali. Penso que, coerentemente com o que referi sobre a coincidência das estratégias nacional e europeia nesta matéria, Portugal poderá/deverá seguir o que for decidido ao nível da UE. Contudo, não se me afiguram quaisquer dúvidas que, um aligeiramento da presença europeia ou ocidental dará ainda mais espaço ao que já vem sendo assumido pela Rússia e por outros atores, cujas consequências também não se afiguram difíceis de identificar, bastando observar o que se passa na RCA ou noutros países onde estas PMC vêm operando, sendo que, no Mali e no Sahel, é necessário adicionar-lhe a dimensão e a posição estratégica em relação à Europa e Portugal. Por isso, em minha opinião, é essencial manter a presença na área e a colaboração com as autoridades locais para a capacitação da sua segurança e defesa.</p>	<p><u>Posicionamento:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Alinhamento com a UE (12.1)• Manter a missão de treino (12.2)• Continuar a colaborar com autoridades locais (12.3)
E4	<p>Portugal irá acompanhar o posicionamento da UE relativamente a esta missão, isto é irá manter ou reduzir a sua participação de acordo com a intenção da UE de manter, reduzir ou terminar a missão.</p>	<p><u>Posicionamento:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Alinhamento com a UE (12.1)
E5	<p>Creio que Portugal dificilmente fará uma avaliação isolada da situação, mantendo uma postura alinhada com o que será a ideia e intenções europeias, nomeadamente no que se refere a limitar a grande influência das</p>	<p><u>Posicionamento:</u></p>



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

	organizações referidas, principalmente à luz dos acontecimentos recentes na Ucrânia.	<ul style="list-style-type: none">• Alinhamento com a UE (12.1)
E6	Se a EUTM-Mali continuar, creio que Portugal irá continuar a contribuir com militares para esta missão , mesmo que tenha que reduzir a sua presença. Agora tudo irá depender da posição de UE e dos seus Estados membros.	<p><u>Posicionamento:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Alinhamento com a UE (12.1)
E7	Na minha opinião, Portugal poderá ter dois posicionamentos mais prováveis: o que me parecerá mais lógico será seguir aquilo que a maioria dos países da UE vier a decidir perante a presença russa (vamos ver o que irá acontecer agora durante o conflito na Ucrânia ou se este vier a terminar entretanto), que poderá culminar na retirada do país; o outro, caso seja essa a intenção da UE como OI, poderá apoiar Espanha se este último decidir ficar, já que possui o maior contingente nacional na Força e terá objetivos estratégicos nacionais bem mais sólidos que os nossos, com toda a certeza.	<p><u>Posicionamento:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Alinhamento com a UE (12.1)• Eventual apoio a Espanha (12.4)



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

Apêndice E — Efetivos e cargos desempenhados pelos militares das FFAA Portuguesas

Cargo/Missão	Militar em funções	Ramo	Zona do Teatro	
ATF J3 COS3	CFR FZ	MAR	MALI - ATF (BAMAKO)	1.º MANDATO
Formador – (1ª SHARPSHOOTER Training Team)	TEN	EXE	MALI - ETTF (Koulikoro)	
Formador – (1ª SHARPSHOOTER Training Team)	SAJ	EXE	MALI - ETTF (Koulikoro)	
Formador – (1ª SHARPSHOOTER Training Team)	1SARG	MAR	MALI - ETTF (Koulikoro)	
Formador – (1ª SHARPSHOOTER Training Team)	2SARG	MAR	MALI - ETTF (Koulikoro)	
Auxiliar de Formador – (1ª SHARPSHOOTER Training Team)	1CB	EXE	MALI - ETTF (Koulikoro)	
Auxiliar de Formador – (1ª SHARPSHOOTER Training Team)	1CB	EXE	MALI - ETTF (Koulikoro)	
Auxiliar de Formador – (1ª SHARPSHOOTER Training Team)	1CB	EXE	MALI - ETTF (Koulikoro)	

Figura 17 – Participação no ano de 2013

Cargo/Missão	Militar em funções	Ramo	Zona do Teatro	
ATF J3 COS3 (Current Operation Specialist)	CFR FZ	MAR	MALI - ATF (BAMAKO)	2.º MANDATO
Formador – (2ª SHARPSHOOTER Training Team)	1SARG	EXE	MALI - ETTF (Koulikoro)	
Formador – (2ª SHARPSHOOTER Training Team)	1SARG	EXE	MALI - ETTF (Koulikoro)	
Formador – (3ª SHARPSHOOTER Training Team)	TEN	EXE	MALI - ETTF (Koulikoro)	
Formador – (3ª SHARPSHOOTER Training Team)	1SARG	EXE	MALI - ETTF (Koulikoro)	
Formador – (3ª SHARPSHOOTER Training Team)	1SARG	MAR	MALI - ETTF (Koulikoro)	
Formador – (3ª SHARPSHOOTER Training Team)	1SARG	MAR	MALI - ETTF (Koulikoro)	
EUTM-TACPTT	CAP	FAP	MALI - ETTF (Koulikoro)	
EUTM-TACPTT	CAP	FAP	MALI - ETTF (Koulikoro)	
EUTM-TACPTT	TEN	FAP	MALI - ETTF (Koulikoro)	
EUTM-TACPTT	1SARG	FAP	MALI - ETTF (Koulikoro)	
EUTM-TACPTT	1SARG	FAP	MALI - ETTF (Koulikoro)	
EUTM-TACPTT	1SARG	FAP	MALI - ETTF (Koulikoro)	

Figura 18 – Participação no ano de 2014

No ano de 2015 (Figura 19), Portugal continuou a ocupar o cargo “*HQ ATF10 J3 Current Ops Spec3*” (cargo anual), passou a ocupar o cargo “*INFO OPS*” no segundo semestre, em rotação com a Alemanha, e o cargo “*J6 Chief*” e “*J6 IT Supervisor*”, a partir de maio. Ao nível do treino e formação, a participação foi igual a 2014 (Figura 18), com “*Sharpshooters*”, em conjunto com a Hungria, e “*Forward Tactical Air Controller (FTAC)*”, em rotação com a Itália. Estes cargos foram aprovados na conferência de geração de Forças de 28 de novembro de 2014.

Cargo/Missão	Militar em funções	Ramo	Zona do Teatro	
ATF J3 COS3 (Current Operation Specialist)	CTEN	MAR	MALI - ATF (BAMAKO)	2.º MANDATO
Information Operations (Info Ops) Staff Officer	MAJ	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)	
MFHQ - J6 Chief	MAJ	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)	
MFHQ - J6 IT Supervisor	SAJ	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)	
Formador (4ª SHARPSHOOTER Training Team)	SAJ	EXE	MALI - ETTF (Koulikoro)	
Formador (4ª SHARPSHOOTER Training Team)	SAJ	EXE	MALI - ETTF (Koulikoro)	
Formador (5ª SHARPSHOOTER Training Team)	1TEN	MAR	MALI - ETTF (Koulikoro)	
Formador (5ª SHARPSHOOTER Training Team)	1SARG	MAR	MALI - ETTF (Koulikoro)	
Formador (5ª SHARPSHOOTER Training Team)	1SARG	EXE	MALI - ETTF (Koulikoro)	
Formador (5ª SHARPSHOOTER Training Team)	1SARG	EXE	MALI - ETTF (Koulikoro)	
EUTM-TACPTT	CAP	FAP	MALI - ETTF (Koulikoro)	
EUTM-TACPTT	CAP	FAP	MALI - ETTF (Koulikoro)	
EUTM-TACPTT	TEN	FAP	MALI - ETTF (Koulikoro)	
EUTM-TACPTT	1SARG	FAP	MALI - ETTF (Koulikoro)	
EUTM-TACPTT	1SARG	FAP	MALI - ETTF (Koulikoro)	

Figura 19 – Participação no ano de 2015

Depois da terceira conferência de geração de Forças para as missões da UE, realizada em julho de 2015, Portugal através da MILREP e depois dos *inputs* dos Ramos, conseguiu



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

obter na EUTM Mali, para o período de janeiro a maio de 2016 e subseqüentes rotações semestrais, o cargo “J2/Counter Int” na ETTF, posição à qual a FAP se tinha candidatado (Figura 20).

Cargo/Missão	Militar em funções	Ramo	Zona do Teatro	3.º MANDATO
Information Operations (Info Ops) Staff Officer	MAJ	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)	
MFHQ - J6 Chief	TCOR	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)	
MFHQ - J6 IT Supervisor	SAJ	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)	
ATF - Strategic Advisor - Operations & Plans	TCOR	EXE	MALI - ATF (BAMAKO)	
ATF - Strategic Advisor Doctrine/Education	TCOR	EXE	MALI - ATF (BAMAKO)	
ETTF Staff - J2 Counter INT1	SMOR	FAP	MALI - ETTF (Koulikoro)	
Formador (6ª SHARPSHOOTER Training Team)	1SARG	EXE	MALI - ETTF (Koulikoro)	
Formador (6ª SHARPSHOOTER Training Team)	TEN	EXE	MALI - ETTF (Koulikoro)	
Formador (7ª SHARPSHOOTER Training Team)	1SARG	EXE	MALI - ETTF (Koulikoro)	
Formador (7ª SHARPSHOOTER Training Team)	1SARG	EXE	MALI - ETTF (Koulikoro)	
501 - MOBILE TRAINNING TASK FORCE/SHARP SHOOTER SNIPER	CB FZ	MAR	MALI - ETTF (Koulikoro)	

Figura 20 – Participação no ano de 2016

Em 2016 (Figura 20) e 2017 (Figura 21), a Equipa TACPTT, no Centro de Treino de Koulikoro, efetuava rotação com o contingente italiano por períodos de seis meses. Esta Equipa era constituída por três militares qualificados FTAC, da FAP, sendo o oficial mais antigo o comandante da equipa.

Portugal e Espanha, através dos respetivos Comandos Militares Conjuntos, em coordenação com os MILREPs, acordaram um regime de rotatividade para os lugares de comandante da equipa de “Sharpshooters”.

Cargo/Missão	Militar em funções	Ramo	Zona do Teatro	3.º MANDATO
Information Operations (Info Ops) Staff Officer	MAJ	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)	
MFHQ - J6 Chief	MAJ	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)	
MFHQ - J6 IT Supervisor	SAJ	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)	
ATF - Strategic Advisor - Operations & Plans	TCOR/MAJ	EXE	MALI - ATF (BAMAKO)	
ATF - Strategic Advisor Doctrine/Education	MAJ	EXE	MALI - ATF (BAMAKO)	
ETTF Staff - J2 Counter INT1	SAJ	FAP	MALI - ETTF (Koulikoro)	
Formador (8ª SHARPSHOOTER Training Team)	TEN	EXE	MALI - ETTF (Koulikoro)	
Formador (8ª SHARPSHOOTER Training Team)	2SARG	MAR	MALI - ETTF (Koulikoro)	
Formador (9ª SHARPSHOOTER Training Team)	1TEN	MAR	MALI - ETTF (Koulikoro)	
Formador (9ª SHARPSHOOTER Training Team)	1SARG	EXE	MALI - ETTF (Koulikoro)	
EUTM-TACPTT	MAJ	FAP	MALI - ETTF (Koulikoro)	
EUTM-TACPTT	CAP	FAP	MALI - ETTF (Koulikoro)	
EUTM-TACPTT	CAP	FAP	MALI - ETTF (Koulikoro)	
EUTM-TACPTT	TEN	FAP	MALI - ETTF (Koulikoro)	
EUTM-TACPTT	ALF	EXE	MALI - ETTF (Koulikoro)	

Figura 21 – Participação no ano de 2017

Durante o ano de 2018 (Figura 22), tal como em 2017, manteve-se a participação nacional na EUTM Mali, com um empenhamento até 12 militares.

Portugal e Espanha acordaram apoiar-se mutuamente nas missões que ambos passaram a liderar a partir de janeiro de 2018, a EUTM RCA e a EUTM Mali respetivamente. Nesse sentido, Portugal decidiu manter 12 militares na missão da EUTM-Mali durante o ano de 2018, sendo um dos cargos o de “Deputy Mission Force Commander”. Existiu também a troca da equipa TACPTT por outra equipa da FAP composta por dois militares (“SME Air



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

FUSCO”) capazes de assegurar a formação a militares que iriam garantir a segurança dos aeródromos das FAMa.

Cargo/Missão	Militar em funções	Ramo	Zon do Teatro	4.º MANDATO
Deputy Mission Commander	COR	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)	
Information Operations (Info Ops) Staff Officer	CAP	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)	
MFHQ - J6 Chief	TCOR	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)	
MFHQ - J6 IT Supervisor	SCH	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)	
ATF - Strategic Advisor - Operations & Plans	TCOR	EXE	MALI - ATF (BAMAKO)	
ATF - Strategic Advisor Doctrine/Education	TCOR	EXE	MALI - ATF (BAMAKO)	
ETTF Staff - J2 Counter INT1	SAJ	FAP	MALI - ETTF (Koulikoro)	
Trainer MTT 1.1 (sniper)	1SARG	EXE	MALI - ETTF (Koulikoro)	
Trainer MTT 1.2 (sniper)	1SARG	MAR	MALI - ETTF (Koulikoro)	
Team Leader MTT 2.1 (Infantry/Commando)	1TEN	MAR	MALI - ETTF (Koulikoro)	
Air SME for FusCo (Air Force Team)	TEN	FAP	MALI - MFHQ (BAMAKO)	
Air SME for FusCo (Air Force Team)	SAJ	FAP	MALI - MFHQ (BAMAKO)	

Figura 22 – Participação no ano de 2018

Por solicitação de Espanha, Portugal assumiu, durante o final de 2019 e o primeiro semestre de 2020, o comando da missão, aumentando o seu nível de participação através da ocupação de até 18 posições na estrutura da missão, como explanado na Figura 23.

Cargo/Missão	Militar em funções	Ramo	Zona do Teatro	4.º MANDATO
Mission Force Commander (MFCDR)	BGEN	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)	
Military Assistant to the MFCDR	MAJ	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)	
Aid de Camp to MFCDR	CAP	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)	
Head of MFCDR secretariat	SCH	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)	
MFCDR Protection Detachment	1SARG	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)	
MFCDR Protection Detachment	2CB	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)	
MFCDR Protection Detachment	SOLD	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)	
Information Operations (Info Ops) Staff Officer	CAP	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)	
MFHQ - J6 Chief	TCOR	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)	
MFHQ - J6 IT Supervisor	SCH	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)	
ATF - Strategic Advisor - Operations & Plans	TCOR	EXE	MALI - ATF (BAMAKO)	
ATF - Strategic Advisor Doctrine/Education	TCOR	EXE	MALI - ATF (BAMAKO)	
ETTF Staff - J2 Counter INT1	SAJ	FAP	MALI - ETTF (Koulikoro)	
Trainer MTT 1.1 (sniper)	1SARG	EXE	MALI - ETTF (Koulikoro)	
Trainer MTT 1.2 (sniper)	SAJ	MAR	MALI - ETTF (Koulikoro)	
Team Leader MTT 2.1 (Infantry/Commando)	1TEN	MAR	MALI - ETTF (Koulikoro)	
Team Lider FusCo TT	CAP	FAP	MALI - ETTF (Koulikoro)	
FusCo TT	1SARG	FAP	MALI - ETTF (Koulikoro)	

Figura 23 – Participação no ano de 2019

Cargo/Missão	Militar em funções	Ramo	Zona do Teatro	5.º MANDATO
Information Operations (Info Ops) Staff Officer	CAP	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)	
MFHQ - J6 Chief	TCOR	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)	
MFHQ - J6 IT Supervisor	SCH	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)	
ATF - Strategic Advisor - Operations & Plans	TCOR	EXE	MALI - ATF (BAMAKO)	
ATF - Strategic Advisor Doctrine/Education	TCOR	EXE	MALI - ATF (BAMAKO)	
ETTF Staff - J2 Counter INT1	1SARG	FAP	MALI - ETTF (Koulikoro)	
Trainer MTT 1.1 (sniper)	1SARG	EXE	MALI - ETTF (Koulikoro)	
Trainer MTT 1.2 (sniper)	1SARG	MAR	MALI - ETTF (Koulikoro)	
Team Leader MTT 2.1 (Infantry/Commando)	1TEN	MAR	MALI - ETTF (Koulikoro)	
Team Lider FUSCO TT	CAP	FAP	MALI - ETTF (Koulikoro)	
FusCo TT	1SARG	FAP	MALI - ETTF (Koulikoro)	

Figura 24 – Participação no ano de 2020



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

No ano de 2021 (Figura 25), Portugal participou nesta missão com um efetivo de 17 militares, exercendo funções no EM da Força e com equipas de formação.

Cargo/Missão	Militar em funções	Ramo	Zona do Teatro
ETTF - S3 Deputy	1TEN	MAR	MALI - ETTF (Koulikoro)
Information Operations (Info Ops) Staff Officer	CAP	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)
MFHQ - J6 Chief	TCOR	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)
MFHQ - J6 IT Supervisor	SCH	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)
ATF - Strategic Advisor - Operations & Plans	TCOR	EXE	MALI - ATF (BAMAKO)
ATF - Strategic Advisor Doctrine/Education	TCOR	EXE	MALI - ATF (BAMAKO)
ETTF/MTTF - Dep Chief Instructor	MAJ	EXE	MALI - ETTF (Koulikoro)
ETTF/MTTF - Trainer Leadership (Engineer)	TEN	EXE	MALI - ETTF (Koulikoro)
ETTF Staff - J2 Counter INT1	1SARG	FAP	MALI - ETTF (Koulikoro)
Trainer MTT 1.1 (sniper)	1SARG	EXE	MALI - ETTF (Koulikoro)
Trainer MTT 1.2 (sniper)	1SARG	MAR	MALI - ETTF (Koulikoro)
Team Leader MTT 2.1 (Infantry/Commando)	1TEN	MAR	MALI - ETTF (Koulikoro)
Team Lider FUSCO TT	TEN	FAP	MALI - ETTF (Koulikoro)
FUSCO TT	2SARG	FAP	MALI - ETTF (Koulikoro)
MFHQ - J2 Burkina Faso Intelligence Analyst	1SARG	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)
ETTF/MTTF - Trainer MTT 1.1 (C-IED)	1SARG	EXE	MALI - ETTF (Koulikoro)
ETTF/MTTF - Trainer MTT 1.1 (C-IED)	2SARG	MAR	MALI - ETTF (Koulikoro)

5.º MANDATO

Figura 25 – Participação no ano de 2021

Relativamente a 2022 (Figura 26), a participação manteve-se igualmente nos 17 militares. Em abril existiu a troca do “*MFHQ – J2 Burkina Faso Intelligence Analyst*” pelo “*ATF – Strategic Advisor – Intelligence*”, que nunca chegou a ser ocupado por militares das FFAA portuguesas.

Cargo/Missão	Militar em funções	Ramo	Zona do Teatro
Information Operations (Info Ops) Staff Officer	CAP	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)
MFHQ - J6 Chief	TCOR	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)
MFHQ - J6 IT Supervisor	SCH	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)
MFHQ - J2 Burkina Faso Intelligence Analyst	1SARG	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)
ATF - Strategic Advisor - Operations & Plans	TCOR	EXE	MALI - ATF (BAMAKO)
ATF - Strategic Advisor Doctrine/Education	TCOR	EXE	MALI - ATF (BAMAKO)
ETTF/MTTF - Dep Chief Instructor	MAJ	EXE	MALI - ETTF (Koulikoro)
ETTF/MTTF - Trainer Leadership (Engineer)	TEN	EXE	MALI - ETTF (Koulikoro)
ETTF Staff - J2 Counter INT1	1SARG	FAP	MALI - ETTF (Koulikoro)
Trainer MTT 1.1 (sniper)	1SARG	EXE	MALI - ETTF (Koulikoro)
Trainer MTT 1.2 (sniper)	1SARG	MAR	MALI - ETTF (Koulikoro)
Team Leader MTT 2.1 (Infantry/Commando)	1TEN	MAR	MALI - ETTF (Koulikoro)
Team Lider FUSCO TT (Air Force Team)	TEN	FAP	MALI - ETTF (Koulikoro)
FUSCO TT (Air Force Team)	1SARG	FAP	MALI - ETTF (Koulikoro)
ETTF/MTTF - Trainer MTT 1.1 (C-IED)	SAJ	EXE	MALI - ETTF (Koulikoro)
ETTF/MTTF - Trainer MTT 1.1 (C-IED)	1SARG	MAR	MALI - ETTF (Koulikoro)

5.º MANDATO

Figura 26 – Participação no ano de 2022

Para 2023 (Figura 27), a contribuição nacional será de cinco militares, após estar concluída a transição entre a CEL 2021-2022 (17 militares) e a CEL autorizada (cinco militares).



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

Cargo/Missão	Militar em funções	Ramo	Zona do Teatro	5.º MANDATO
Deputy J2 - Chief CCIR	MAJ	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)	
J2 CI NCO	SAJ	FAP	MALI - MFHQ (BAMAKO)	
Information Operations (Info Ops) Staff Officer	CAP	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)	
MFHQ - J6 Chief	TCOR	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)	
MFHQ - J6 IT Supervisor	SAJ	EXE	MALI - MFHQ (BAMAKO)	

Figura 27 – Participação no ano de 2023



Apêndice F — Contribuição dos militares da Marinha

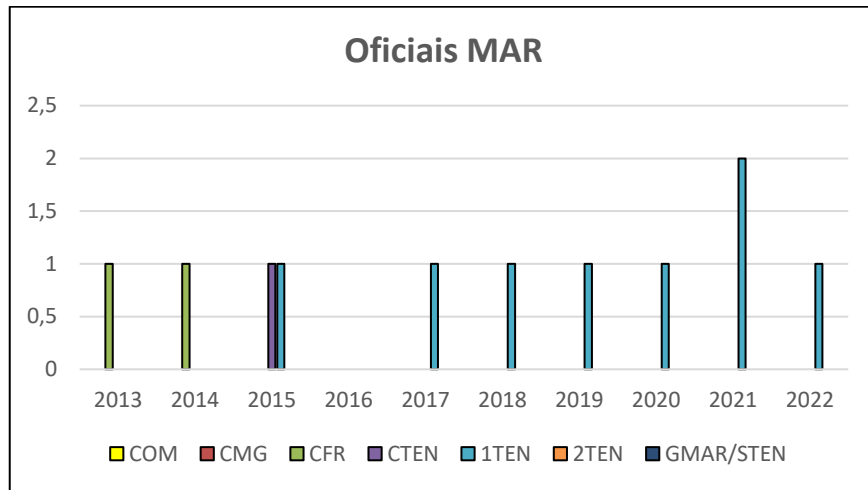


Figura 28 – Participação dos Oficiais da MAR na EUTM Mali

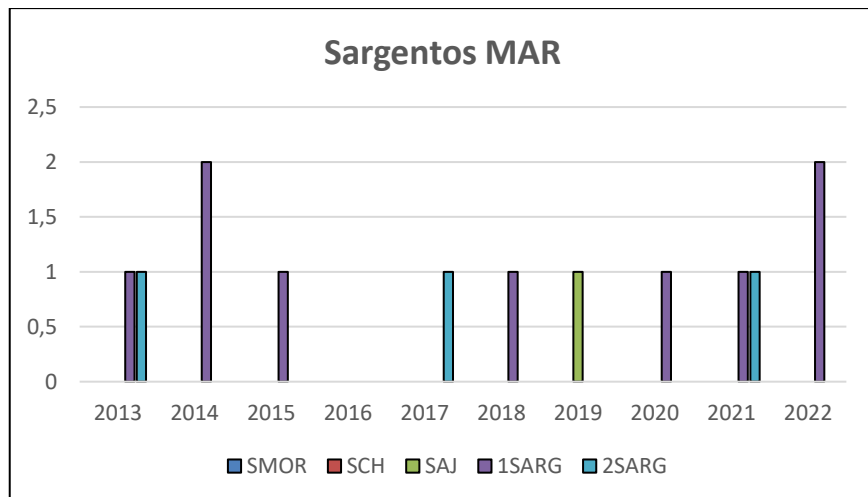


Figura 29 – Participação dos Sargentos da MAR na EUTM Mali

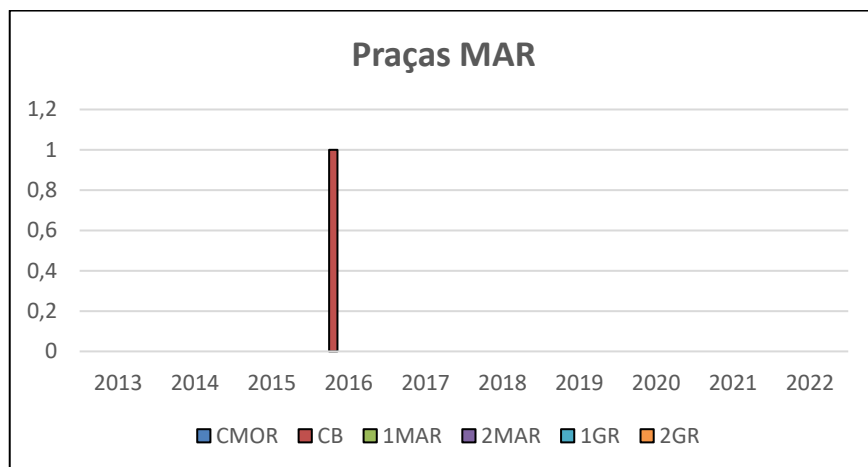


Figura 30 – Participação das Praças da MAR na EUTM Mali



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

Apêndice G — Contribuição dos militares do Exército

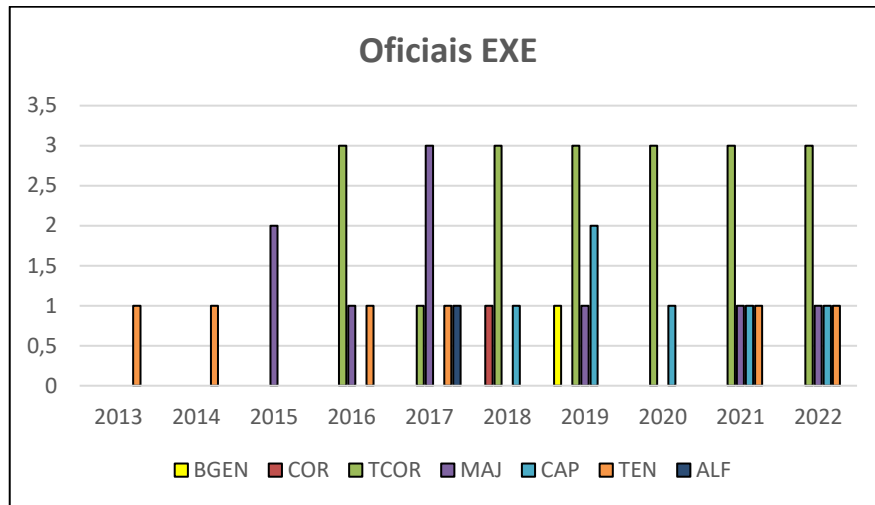


Figura 31 – Participação dos Oficiais do EXE na EUTM Mali

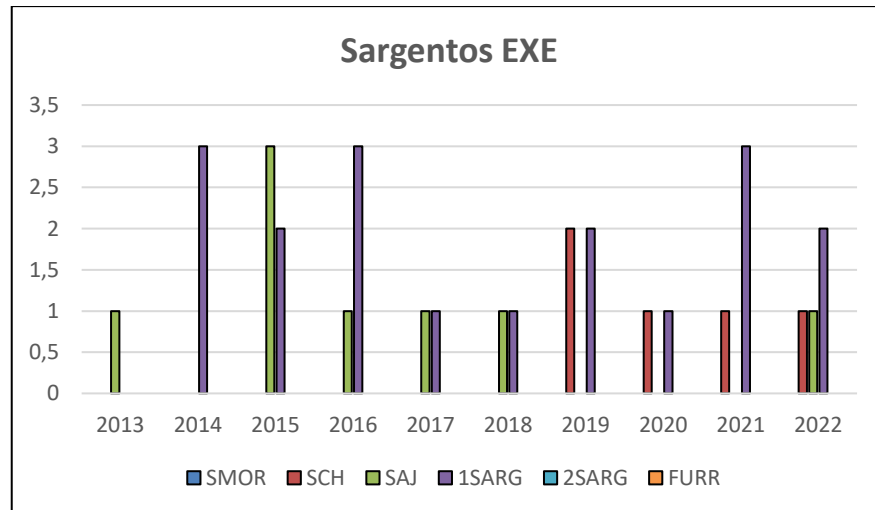


Figura 32 – Participação dos Sargentos do EXE na EUTM Mali

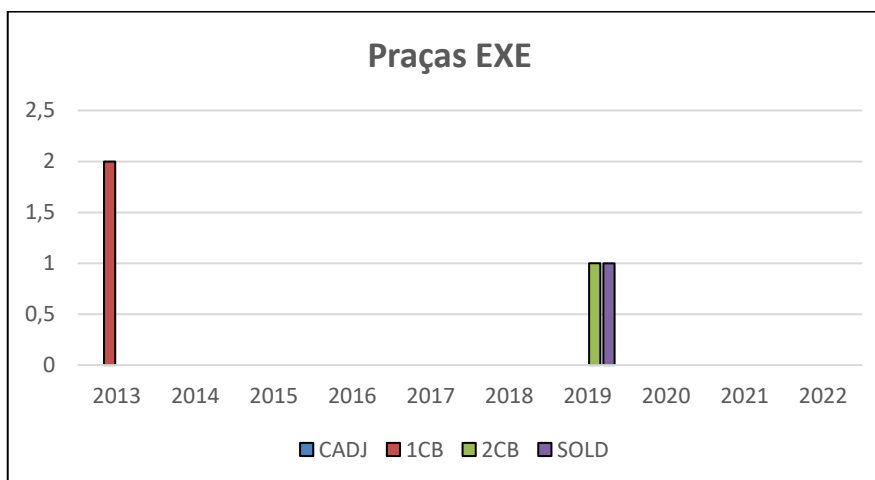


Figura 33 – Participação das Praças do EXE na EUTM Mali



A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

Apêndice H — Contribuição dos militares da Força Aérea

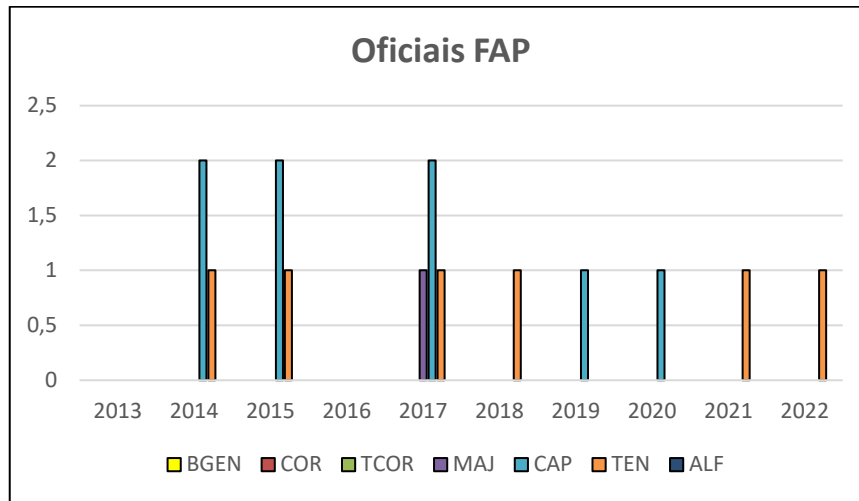


Figura 34 – Participação dos Oficiais da FAP na EUTM Mali

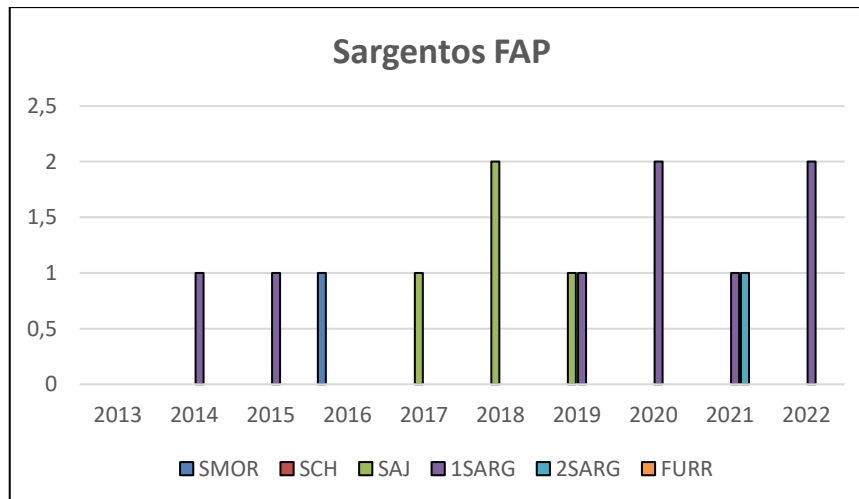


Figura 35 – Participação dos Sargentos da FAP na EUTM Mali

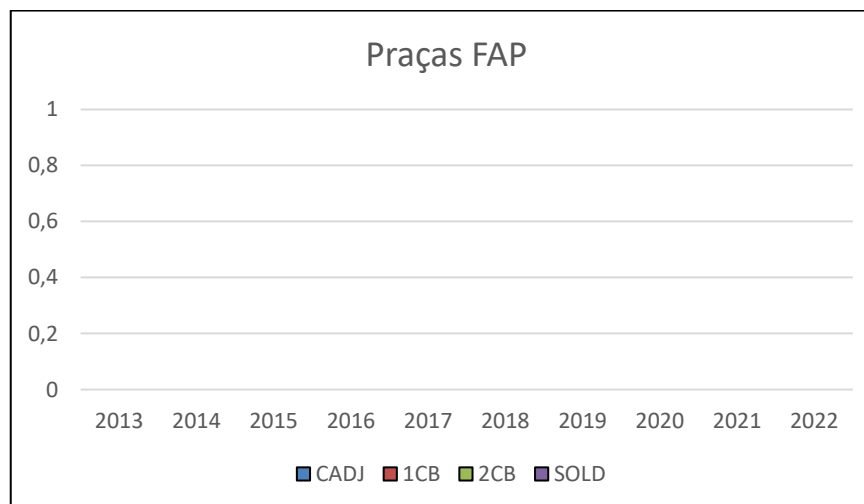


Figura 36 – Participação das Praças da FAP na EUTM Mali